



# QUESTÕES URBANAS

Arquitetura, Ensino e Projecto

Textos escolhidos

Teresa Madeira da Silva  
ISCTE-IUL, DINAMIA'CET-IUL

Teresa Madeira da Silva  
ISCTE-IUL, DINAMIA'CET-IUL  
Formatação e edição de texto: Joana Roxo  
Desenho da capa: Marco Cardoso  
Lisboa, Dezembro de 2018  
Suporte edição electrónica  
ISBN: 978-989-8905-13-0  
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)  
Edifício ISCTE  
Av. Das Forças Armadas  
1649-026 Lisboa, Portugal

Citação recomendada:

Madeira da Silva, Teresa (2018). **Questões Urbanas 2. Arquitetura, Ensino e Projeto, Textos escolhidos**. Lisboa: ISCTE-IUL, DINÂMIA-CET-IUL.

URL Repositório: <http://hdl.handle.net/10071/15149>

# QUESTÕES URBANAS 2

## Arquitetura, Ensino e Projeto

Textos escolhidos

**Teresa Madeira da Silva**

ISCTE-IUL, DINAMIA'CET-IUL

# ÍNDICE

- pág. 6 **PREFÁCIO**
- pág. 10 **NOTA INTRODUTÓRIA**
- 1** 2015 **A Hermenêutica de Gadamer e a Prática de Projeto no Ensino da Arquitetura.**  
pág. 15  
*Gadamer's hermeneutics and the practice of design in architectural education*  
  
Arquiteturarevista, vol.11,n.2 (jun/dez 2015), p.93-103.
- 2** 2013 **From an explanation to interpretation in architectural designing.**  
pág. 41  
  
knowing (by) Designing. LUCA Sint-Lucas School of Architecture. p.547-552.
- 3** 2016 **Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez. Uma experiência de ensino num contexto de mudanças nas práticas profissionais de arquitetura.**  
pág. 51  
*Architectural Summer School: Projecting in times of scarcity. A teaching experience in a context of changes in the professional practices of architecture.*  
  
Cidades, Comunidades e Territórios, 32 (Jun/2016), p.80-102. Em co-autoria com MATOS, Madalena; FERREIRA, Ana Catarina).
- 4** 2009 **Um Modelo Teórico de Interpretação do Lugar Arquitetónico como Modo de Investigação Projetual - Uma Leitura Hermenêutica.**  
pág.  
*A theoretical model of interpretation of the architectural place as way of investigation projectual - a reading hermeneutic*  
  
IV PROJECTAR 2009 Projeto como Investigação: Antologia. (org. ZEIN, Ruth Verde). São Paulo: Editora Alter Market.
- 5** 2011 **Singularidade do Lugar Arquitetónico: Sete Dimensões para a Leitura do Território Contemporâneo.**  
pág. 111  
*Uniqueness of the Architectural Place: Seven Dimensions for the Reading of the Contemporary Territory.*  
  
(coord. CHAVES, Mário), Que Futuro? Lisboa: Editora da Universidade Lusíada, p.129-137.
- 6** 2012 **A Consciência Histórica na Interpretação do Lugar Arquitetónico.**  
pág. 135  
*Historical consciousness in the interpretation of the architectural place.*  
  
Arquiteturarevista, v.8, n.1 (Jan/Jun 2012) p.3-7.
- 7** 2013 **Objetivação e Interpretação: Para uma Leitura do Território.**  
pág. 149  
*Objectification and Interpretation: for a Reading of the Territory.*  
  
(Coord. JORGE, J. Gorjão), Para uma Ética do Território. Lisboa: FA-UTL, p.51-56.
- 8** 2011 **Recuperação do Património Recente: Dois Bairros de Intervenção Prioritária na Periferia de Lisboa.**  
pág. 161  
*Recovery of the Recent Heritage: Two Priority Intervention Neighborhoods in the outskirts of Lisbon.*  
  
Atas da Conferência Internacional – Portugal entre desassossegos e desafios. Coimbra: CES, U.C. Em co-autoria com ALVES, Pedro Marques; MAGALHÃES Miguel Vasconcelos; OLIVEIRA, M. João.
- 9** 2013 **A Evolução do Traçado Urbano a partir da Cartografia e Iconografia - O Caso da Cidade de São Tomé.**  
pág. 185  
*The Evolution of Urban Tracing from Cartography and Iconography - São Tomé City.*  
  
(Org. GAZZANEO, Luiz Manoel), Representações da Cidade no Mundo Lusófono e Hispânico. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU. p.204-213.

## PREFÁCIO

A coleção de textos que Teresa Madeira da Silva nos propõe neste segundo volume de “QUESTÕES URBANAS” (neste caso, com textos escolhidos sobre a temática “Arquitetura, Ensino e Projeto”), mobilizando e republicando (tal como no primeiro volume) textos anteriormente divulgados por outras vias dispersas, oferece-nos um conjunto importante de contributos para entender e discutir o que é a prática da arquitetura na contemporaneidade, não a assumindo, como muitos, num mundo aparte e muitas vezes fechado em si mesmo, mas abordando-a no campo social e multidimensional em que ela ocorre, e tendo em atenção uma atividade de ensino e de projeto na área da arquitetura que nunca deixa de ser assumida como sendo ancorada numa relação mais ampla com o campo dos estudos urbanos e territoriais.

Diferentemente do primeiro volume de textos escolhidos, que se associavam mais com o dissecar, através de casos concretos, de um conjunto de questões fulcrais para o entendimento das cidades e da metrópole contemporânea (explorando questões tão diversas como as dinâmicas urbanas da informalidade, a intervenção pública no campo da habitação social ou a relação entre arte e arquitetura), neste segundo volume, o foco está colocado mais no esmiuçar da atividade do arquiteto e das práticas na arquitetura, entendida como matéria de investigação e de projeto, bem como da sua relação com o ensino e com as dinâmicas pedagógicas, ou com as dinâmicas e exigências quotidianas da prática da profissão.

Apesar da grande diversidade (em termos de forma, de conteúdo, das próprias autorias) dos textos aqui coligidos, podemos eventualmente agrupá-los, em termos temáticos, em três grandes blocos, que nos remetem para três grandes áreas de trabalho (necessariamente entrecruzadas entre si) com que Teresa Madeira da Silva tem vindo a ocupar-se desde o seu trabalho de doutoramento (e mesmo antes, desde o seu mestrado). São textos escritos entre 2009 e 2016, que refletem uma ampla experiência profissional, na docência e na investigação, mas que, sobretudo, refletem uma vontade permanente de diluir as fronteiras artificiais entre estes mundos, muitas vezes demasiado estanques nas cabeças dos académicos e dos planeadores do território.

Os 3 primeiros textos podem ser vistos como um conjunto de contributos, complementares entre si, que nos alimentam a reflexão sobre as práticas e as dinâmicas pedagógicas, sendo que dois deles o fazem diretamente através da discussão de experiências de ensino concretas. Seja partindo de perspetiva mais conceptual, próxima da discussão filosófica, em torno de questões como o património, a cultura ou a memória (em particular no capítulo 1: “A Hermenêutica de Gadamer e a Prática de Projeto no Ensino da Arquitetura”), ou através de uma discussão sobre a interpretação da obra arquitetónica (no capítulo 2, “From an explanation to interpretation in architectural designing”), ou seja numa perspetiva mais pragmática e aplicada (como é o caso do texto do capítulo 3 “Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez. Uma experiência de ensino num contexto de mudanças nas práticas profissionais de arquitetura”, realizado em colaboração com Madalena Matos e Ana Catarina Ferreira), onde se debate uma experiência pedagógica focada na adequação das formas e dos conteúdos do ensino da arquitetura a novas configurações profissionais e na tentativa de aproximação do ensino às práticas profissionais emergentes, em qualquer dos casos estamos perante um questionar muito pertinente e contemporâneo às práticas do arquiteto-urbanista e do pedagogo no campo da arquitetura, procurando mobilizar o seu considerável percurso e saber-fazer acumulado no campo do ensino da prática projetual para responder aos novos desafios que se colocam para produzir e planear a cidade.

Um segundo conjunto de textos (que inclui os capítulos 4, 5, 6 e 7, textos desenvolvidos no período entre 2019 e 2013), sem nunca deixar verdadeiramente de lado a questão, sempre presente, da prática pedagógica e profissional no campo da arquitetura, foca-se mais na reflexão sobre o lugar arquitetónico, e sobre a(s) interpretação(ões) que dele é(são) feita(s), na linha do trabalho que Teresa Madeira da Silva vem desenvolvendo desde o seu doutoramento. O texto apresentado no capítulo 4 (“Um Modelo Teórico de Interpretação do Lugar Arquitetónico: como Modo de Investigação Projetual - Uma Leitura Hermenêutica” retoma a proposta de um modelo teórico de interpretação, cruzando filosofia e arquitetura, para a leitura do “lugar” arquitetónico. Esta discussão é continuada e concretizada através da proposta de conjunto de dimensões operacionais para essa leitura, na contemporaneidade, no capítulo 5

(“Singularidade do Lugar Arquitetónico: Sete Dimensões para a Leitura do Território Contemporâneo”), a qual, tal como o texto patente no capítulo 6 (“A Consciência Histórica na Interpretação do Lugar Arquitetónico”) nos (re)centram na importância fundamental da contextualização e da afirmação da especificidade do lugar na prática quotidiana da ação e do estudo sobre os territórios concretos com que lidamos nos dias de hoje. Finalmente o texto 7 aborda de forma mais direta a questão da relação com a multiplicidade de leituras possíveis sobre um território e as diversas vias para o interpretar e objetivar “Objetivação e Interpretação: Para uma Leitura do Território”).

Por fim, um terceiro e último bloco de textos (englobando os capítulos 8 e 9), traz-nos dois contributos, um pouco mais diversos entre si, que nos remetem para uma abordagem menos abstrata e mais pragmática, ilustrando na prática muitos dos desafios colocados nos capítulos anteriores, através de dois casos concretos que nos confrontam com a análise e a intervenção no tecido urbano e os dilemas que elas colocam. Por um lado, uma reflexão sobre os sentidos e os objetivos desejados (e desejáveis) para uma intervenção de reabilitação em dois conjuntos de património construído de habitação social coletiva, partindo do caso de uma intervenção em dois bairros sociais – o do Condado (a “Zona J”) e o dos Loios (a “Pantera Cor-de-rosa”) - ambos em Marvila (Chelas), Lisboa (texto 8, “Recuperação do Património Recente: Dois Bairros de Intervenção Prioritária na Periferia de Lisboa”, em coautoria com Pedro Marques Alves, Miguel Vasconcelos Magalhães e M<sup>a</sup> João Oliveira). Por outro lado, e ainda bebendo no trabalho de dissertação de mestrado da autora, uma discussão metodológica sobre a construção de plantas relativas à evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé (em São Tomé e Príncipe), entre os séculos XV e XVII, mostrando como as referências bibliográficas e iconográficas constituem elementos fundamentais para complementar, apoiar e suprir as lacunas da cartografia, no texto 9 (“A Evolução do Traçado Urbano a partir da Cartografia e Iconografia - O Caso da Cidade de São Tomé”).

No seu conjunto, e em termos de uma visão global, podemos afirmar que estes textos nos dão uma perspetiva multifacetada sobre um conjunto de temas que têm sido recorrentes na investigação levada a cabo por Teresa

Madeira da Silva (o lugar arquitetónico; a leitura do território; a relação entre património, tempo e cultura e os desafios e dilemas que coloca à intervenção;...) e a forma como podem ser pensados e operacionalizados na prática do ensino do projeto, às escalas da obra arquitetónica e da cidade, avançando com um interessante conjunto de pistas para a reflexão nesta matéria.

Sendo esta uma republicação de um conjunto diversificado e heteróclito de textos, aqui agora reunidos, mas outrora pré-publicados em fontes muito diversas (e portanto, necessariamente, sujeitos, cada um *de per se*, a lógicas, a racionalidades de discurso e a padrões de estruturação, elas próprias muito díspares), verificar-se-ão necessariamente algumas zonas de sobreposição ou algumas zonas “cinzentas” não totalmente exploradas em nenhum destes textos. No entanto, por outro lado, é de destacar o potencial com que é confrontado o leitor, ao aceder à junção destes textos num único volume, para explorar novos cruzamentos e novas articulações, alargando o campo para o aprofundamento de cada uma das reflexões, e associando inegavelmente um valor acrescentado à sua leitura.

Independentemente de tudo isto, destaca-se o importante valor desta obra para, de forma relativamente sistemática, alimentar uma reflexão sobre o ensino e o projeto da arquitetura na contemporaneidade, revelando-se um útil instrumento de trabalho para alunos de arquitetura e de estudos urbanos interessados em compreender e atuar sobre uma realidade em permanente mudança, tendo consciência dos desafios que essa mudança coloca ao seu pensamento sobre a cidade e à atuação que nela se pretende desenvolver, bem como, mais em geral, para todos aqueles que queiram investigar e perceber as dinâmicas urbanas e a forma como a morfologia da cidade evolui à luz dos contextos históricos, sociais, culturais e económicos em que estas se desenvolvem.

Pedro Costa  
Professor no Departamento de Economia Política do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Diretor do DINAMIA/CET-IUL, onde coordena o grupo de investigação “Cidades e Territórios”

## NOTA INTRODUTÓRIA

*Questões Urbanas 2 – Arquitetura, Ensino e Projeto. Textos escolhidos*, surge na sequência de uma anterior publicação *Questões Urbanas 1 – Território e Arquitetura. Textos escolhidos*, e dá título a um conjunto de textos acerca de diferentes questões que se levantam no âmbito disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo associados ao Ensino.

Este livro, tal como o primeiro volume, é a compilação de artigos escolhidos entre a produção científica desenvolvida no ISCTE-IUL/DINÂMIA'CET-IUL, entre 2009 e 2016. Tal como no Volume 1, os artigos aqui compilados foram anteriormente publicados de forma dispersa em revistas nacionais e internacionais e em atas de conferências, encontrando-se estas devidamente referenciadas no índice. Embora com alguns ajustes e pequenas correções, os textos são essencialmente os textos de origem apoiados por novas e mais imagens. A produção científica aqui apresentada tem como enquadramento a atividade de investigação e a atividade académica desenvolvida ao longo desses anos. Alguns artigos foram realizados e coautoría com Pedro Marques Alves, Miguel Magalhães, Maria João Oliveira, Madalena Matos e Ana Catarina Ferreira que merecem um agradecimento especial pela partilha e debate acerca dos temas tratados.

Todos estes artigos decorrem de trabalhos de investigação e das atividades de ensino anteriormente realizados: a tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo (ISCTE-IUL, 2009) que teve como foco a criação de um Modelo de Leitura do Lugar Arquitetónico, foi fundamental para a maioria dos textos aqui desenvolvidos. Também a dissertação do mestrado em Desenho Urbano (ISCTE-IUL, 1998) sobre a cidade de São Tomé no contexto das cidades atlânticas de origem portuguesa, a docência no Mestrado Integrado em Arquitetura (do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL), e no Doutoramento e Mestrado em Estudos Urbanos (parceria entre o ISCTE-IUL e a FCSH da Universidade Nova), assim como a parceria entre o ISCTE-IUL e a *Faculty of Design and Technology da Technische Universität Darmstadt* foram igualmente fundamentais para desenvolver outros temas aqui tratados. Um agradecimento especial aos meus alunos! Por último, o Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de

Intervenção em dois Bairros Sociais (a “Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”) realizado no âmbito da proposta vencedora de um concurso lançado pelo IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, e que decorreu entre 2010 e 2012 serviu também de tema de investigação e questionamento sobre as matérias ligadas à Arquitetura, ao Ensino e ao Projeto. Como referi, a maioria dos textos aqui apresentados têm como ponto de partida os temas tratados na tese de doutoramento. Os dois primeiros prendem-se diretamente com experiências de ensino.

O primeiro, no âmbito de uma experiência pedagógica no Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, trata da questão da valorização do património arquitetónico a partir de uma proposta de reabilitação para os bairros da Serafina e Liberdade em Lisboa. Tendo como ideia de património a herança coletiva que engloba os conceitos de cultura e memória, tomamos como ponto de partida os valores patrimoniais que passam de geração em geração.

O segundo artigo, realizado em coautoría com Madalena Matos e Ana Catarina Ferreira, decorre de uma outra experiência pedagógica na forma de uma *Summer School*, organizada conjuntamente pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL e a *Faculty of Design and Technology da Technische Universität Darmstadt*. Entre outros, foram aqui problematizados vários temas associados à reabilitação e ao turismo nos centros históricos urbanos. A experiência de trabalho no terreno permitiu a sensibilização dos alunos para a necessidade de entender a valorização do património arquitetónico de uma forma ampla e integrada, assim como para a importância de um maior envolvimento do arquiteto nos contextos socio-territoriais onde intervém.

O terceiro artigo decorre de uma comunicação apresentada num Congresso em Bruxelas sobre o ensino do Projeto na área disciplinar da Arquitetura, prende-se com a discussão sobre a qualidade dos lugares arquitetónicos e pressupõe que a análise formal das obras arquitetónicas (muito utilizada no ensino do projeto), com um carácter descritivo e através da sua decomposição em partes, fora do contexto dos seus intérpretes não é suficiente para a sua compreensão. Deste modo, neste artigo procuramos

alargar o modo de leitura dos lugares a partir do cruzamento de duas áreas disciplinares – a filosofia e a arquitetura.

O quarto artigo, tal como o anterior, trata da leitura do lugar arquitetónico, como modo de investigação projetual através de um modelo teórico de interpretação, desenvolvido a partir de dois campos disciplinares: o da filosofia e o da arquitetura. Num primeiro momento, procura clarificar e aprofundar o significado do conceito de lugar arquitetónico. Em seguida, procura ampliar o tipo de leituras até agora avançadas na vertente prática do campo disciplinar da arquitetura propondo uma ferramenta útil para o arquiteto enquanto projetista, com base no domínio conceptual da hermenêutica contemporânea nas figuras de Gadamer e Ricoeur.

O quinto artigo procura aprofundar o significado do conceito de lugar, no contexto das cidades atuais, tomando como pressuposto que a análise e descrição formal das obras arquitetónicas (por vezes através da decomposição em partes dos edifícios geradores dessas obras), não são suficientes para a sua leitura. Propomos, através de sete tópicos associados aos conceitos de *espaço, de tempo e à consciência do papel dos intérpretes* explorar outras formas de leitura e interpretação do mesmo.

O sexto artigo igualmente decorrente da investigação realizada no âmbito da tese de Doutoramento evoca, na interpretação do lugar arquitetónico, a dimensão finita e relacional do homem e o seu enraizamento histórico, centrando o campo da interpretação num outro paradigma em relação ao que habitualmente se pratica. Assim, são introduzidos, como dados a ter em conta na leitura dos lugares, dimensões afetas aos seus intérpretes, normalmente excluídas de qualquer leitura.

No sétimo artigo, as hipóteses que se colocam surgem igualmente à luz da filosofia hermenêutica. Uma vez que esta apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel dos diferentes intérpretes, temos como argumento que o território deve ser encarado sob dois pontos de vista distintos: como objeto considerado abstratamente em relação ao contexto em que é produzido (eixo explicativo que trata do lado formal) e, como obra produzida por alguém que está inserido numa determinada

comunidade cultural e colocado numa determinada *situação histórica* (eixo compreensivo que trata do significado).

O oitavo artigo prende-se com o Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de Intervenção em dois Bairros Sociais (a “Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”), situados em Marvila (Chelas), e realizado para o IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. No centro do debate, estão dois conjuntos urbanos edificados na década de 1970 e de 1980, identificados como bairros de intervenção prioritária, e um conjunto de questões que os mesmos levantam em relação ao modo como intervir.

O nono e último artigo decorre do trabalho desenvolvido na dissertação de Mestrado em Desenho Urbano e trata da evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé através da cartografia e da iconografia. Neste artigo pretende-se mostrar a metodologia utilizada na construção de cartografia sobre a evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé, desde as primeiras ocupações (século XV), até meados do século XVII. Com base em cartografia existente, iconografia e textos relativos à cidade de São Tomé foram construídas plantas de várias épocas históricas, do traçado urbano da Cidade de São Tomé, nomeadamente: na atualidade, no início do século XX, no final do século XIX, no final do século XVIII, na primeira metade do século XVII, no final do século XVI e no final do século XV e início do século XVI.

Teresa Madeira da Silva  
Dezembro 2018

1

2015

## A Hermenêutica de Gadamer e a Prática de Projeto no Ensino da Arquitetura

Gadamer's hermeneutics and the practice of design in architectural education

Arquiteturarevista, vol.11, n.2 (Jun/Dez 2015), p.93-103.



Bairro Liberdade/Serafina. Lisboa. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2015)



## Resumo

Este artigo expõe o modo como se configura e sensibiliza a questão da valorização do património arquitetónico no ensino de Arquitetura desenvolvida no 3º ano do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Tendo como ideia de património a herança coletiva que engloba os conceitos de cultura e memória, a experiência de ensino é o local apropriado para o debate informado acerca dos valores patrimoniais que passam de geração em geração. Este artigo cruza, na elaboração dos projetos de arquitetura, a valorização do património como pertencente aos campos organizacional, técnico e artístico com as conceções de “consciência histórica” e “tradição” provenientes da filosofia hermenêutica na pessoa de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), de modo a proporcionar novos resultados em relação às abordagens tradicionais. Em termos metodológicos, o que se pretende, com os exercícios propostos, é fazer ressaltar nos estudantes um conceito de património amplo, onde a ideia da sua valorização possibilita uma leitura que inclui a paisagem como um todo. Os resultados obtidos mostram-nos que os estudantes equacionam o património através de formas de atuação que incluem o restauro e a reabilitação de objetos (edifícios), mas também através de propostas onde a organização e elaboração de programas articulados entre si, tendo em conta as pessoas, a paisagem e a cultura no presente, são conceitos integrados nos projetos.

## Abstract

This paper attempts to describe the way in which the recognition of the value of the architectural heritage is shaped and stressed in the teaching of architecture developed in the 3rd year of the Integrated Master's Degree in Architecture at ISCTE, University Institute of Lisbon. With a notion of legacy consisting of the collective heritage that encompasses the concepts of culture and memory, the experience of teaching is the appropriate setting for an informed debate about heritage values that pass down from generation to generation. This article intersects, in the preparation of architectural projects, the recognition of the value of heritage as belonging to the organizational, technical and artistic fields with the conceptions of “historical consciousness” and “tradition” from hermeneutic philosophy in the person of Hans-Georg Gadamer (1900-2002), so as to provide new results in relation to traditional approaches. In methodological terms, what is intended with these exercises is to enable students to develop a broad concept of heritage, where the idea of the recognition of its value allows a reading that includes the landscape as a whole. The results obtained show us that students deal with heritage through actions that include the restoration and rehabilitation of objects (buildings), but also through proposals where the organization and preparation of programmes articulated with each other, taking into account people, landscape and culture in the present, are concepts that are integrated in the projects.

## Introdução

Durante o século XX e início do século XXI, a maioria das escolas de arquitetura e a prática da arquitetura nos ateliers entendiam a arquitetura e o património arquitetónico como um assunto “de objetos”. Esta conceção é, em muitos casos, separada da noção de paisagem, de território, de sociedade e do usufruidor, sendo estes conceitos associados ao campo disciplinar do urbanismo, do planeamento, da sociologia ou da psicologia. Este artigo procura dar a conhecer a experiência de ensino de Arquitetura desenvolvida no 3º ano do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, de forma a expor o modo como se configura e sensibiliza a questão da valorização do património arquitetónico. Tendo como ideia de património a herança coletiva que engloba os conceitos de cultura e memória, a experiência de ensino é o local adequado para o debate informado acerca dos valores patrimoniais que atravessam gerações.

Dividimos este artigo em três partes. A primeira parte – “Introdução”, perspetiva a forma como evolui o olhar acerca do património através das ideias centrais expressas nas cartas e convenções nacionais e internacionais relativas às questões do património. A segunda parte – “Metodologia”, descreve a metodologia utilizada, as hipóteses de trabalho e os exercícios propostos de modo a entender o foco e o tipo de abordagem. A metodologia adotada cruza, na elaboração dos projetos de arquitetura, a valorização do património como pertencente aos campos organizacional, técnico e artístico com as conceções de “consciência histórica” e “tradição” provenientes da filosofia hermenêutica na pessoa de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), de modo a proporcionar novos resultados em relação às abordagens tradicionais. A terceira parte – “Resultados e Conclusões”, para além de sintetizar os principais resultados e conclusões a partir dos projetos desenvolvidos pelos estudantes, discute e defende as hipóteses colocadas no início.

Dado que, no ensino do projeto arquitetónico, nos confrontamos invariavelmente com a problemática decorrente da existência de património construído, entendemos que se justifica, nesta Introdução, rever a forma como, através das Cartas e das Convenções Internacionais, tem evoluído o olhar sobre o património em Portugal. Assim, a noção de património, os conceitos e as missivas sobre património têm mudado ao longo da história e será natural que continuem a mudar. Nos últimos anos (segunda metade

do século XX e início do século XXI), temos assistido, através da leitura das cartas, convenções e recomendações oriundas de organismos nacionais e internacionais, a um crescente interesse pelas questões do património arquitetónico. Esse interesse, centrado inicialmente na preservação dos monumentos de maior significado histórico, alargou-se aos centros históricos, posteriormente iniciou abordagens ambientalistas e ecologistas, numa visão globalizante dos problemas (Lopes, 1996, p.9), e mais recentemente, considerando a preservação do património um processo dinâmico, teve em linha de conta a pessoa e os valores humanos.

Partindo de uma revisão de índole cronológica das principais Cartas e Convenções Internacionais (IGESPAR, s.d.), e relativamente à conservação e restauro, a *Carta de Atenas* (1931) e a *Carta de Veneza* (1964) são dois textos fundamentais no que diz respeito à preservação do património. Na primeira, a *Carta de Atenas*, importa destacar o facto de o património ser visto à luz da obra arquitetónica isolada na perspetiva do restauro dos monumentos. A degradação física provocada pela passagem do tempo, as ameaças provocadas pelos agentes atmosféricos, o respeito pela obra histórica e artística do passado e o respeito pelo carácter e fisionomia das cidades nas proximidades dos monumentos são, assim, as preocupações centrais. A *Carta de Veneza* convoca, para além da obra arquitetónica isolada, os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico (Lopes, 1996, p.13). Apesar de o conceito de monumento ser alargado, o enfoque principal assenta ainda na preocupação com o restauro. A autenticidade das intervenções no património é um dos aspetos importantes versados na *Carta de Veneza* e expressa-se através da ideia de que “as contribuições válidas de todas as épocas na edificação de um monumento devem ser respeitadas” (AA.VV., 1999). Assim, é recomendado que “os elementos destinados a substituir partes destruídas [ou em falta] devem integrar-se harmoniosamente no conjunto distinguindo-se, contudo, das partes originais” (Lopes, 1996, p.13). Estes princípios, integrados pelos arquitetos portugueses, ainda hoje são postos em prática de diversas maneiras consoante a experiência, a cultura e mentalidade. Na década de 70, assume especial importância a questão da arquitetura e da paisagem rurais, fortemente ameaçadas pela despovoação das zonas rurais; o Apelo sobre a *Arquitetura Rural e o Ordenamento do*

*Território* (1976) (Lopes, 1996) é o primeiro documento que trata de forma específica o património e a paisagem rural e onde os termos “ecologia” e “ordenamento integrado” do território constituem palavras e conceitos-chave. A *Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a Sua Função na Vida Contemporânea* (IGESPAR, 1976) e a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (1987) (IGESPAR. [s.d.]), são dois textos incontornáveis que refletem um avanço em relação ao modo de olhar o património nomeadamente nos centros históricos. No primeiro, verifica-se o alargamento da noção de património expresso através do abandono da proteção do edifício isolado. A preservação do património passa a abranger o tecido urbano ou a paisagem rural envolvente, constituindo um novo olhar em relação a esses bens. Em linha com este documento, a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* vai um pouco mais longe considerando os habitantes como parte interessada no processo da salvaguarda dos bens patrimoniais. Desta forma, passam a ser reconhecidos os aspetos que se prendem com as transformações sociais e económicas dos sítios, assim como se verifica a intenção de evitar a descaracterização ambiental, social e cultural dos conjuntos históricos. Na *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico* (1985), (IGESPAR.[s.d.]) ratificada por Portugal em 1991, houve a necessidade de redefinir o conceito de património (já expresso na *Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial Cultural e Natural da Unesco de 1972*) (IGESPAR.[s.d.]). Essa preocupação advém de uma outra e que se prende com a dificuldade em selecionar os bens a preservar. Assim, na *Convenção*, são redefinidos os conceitos de monumento, conjuntos arquitectónicos e sítios.

Paralelamente às questões patrimoniais relacionadas com a arquitetura e no seguimento de uma maior abrangência em relação à salvaguarda do património surge a *Carta de Florença* (1981), que tem como objetivo a salvaguarda de jardins históricos. Podemos observar a partir deste documento a inclusão do jardim na categoria de monumento. No texto das *Conclusões do Simpósio de Cracóvia*, realizado em junho de 1991 e subscrito por 34 países, há uma nova abordagem para além da preservação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos. As ameaças para a sua proteção são, para além do desenvolvimento urbano dos sítios e da poluição, o afluxo exagerado de turistas como fonte de desgaste patrimonial. Em 1999, duas cartas adotadas pelo ICOMOS (Concelho

Internacional dos Monumentos e Sítios) tornaram-se relevantes. A primeira, a *Carta sobre o Património Vernáculo Construído* (1999) (IGESPAR. [s.d.]), refere que o património vernáculo construído é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. A segunda, a *Carta Internacional sobre Turismo Cultural, Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial* (Turismo de Portugal, s.d.), refere um conceito de património mais alargado em relação aos anteriores, uma vez que inclui tanto o ambiente natural como o ambiente cultural. Uns anos mais tarde, em 2002, na *Declaração de Budapeste sobre Património Mundial*, o Comité do Património Mundial convida os Estados participantes da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972) (IGESPAR. [s.d.]), a fazerem um inventário e a proporem a inscrição na lista do Património Mundial dos bens do património cultural e natural em toda a diversidade. Esta preocupação reflete a necessidade de assegurar a proteção do património considerando este na sua pluralidade.

Em 2008, surge a *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, onde se reconhece “a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural” (IGESPAR, 2008, p. 6648). Assim, corrobora-se a “necessidade de comprometer cada um no processo contínuo de definição e gestão do património cultural” (IGESPAR, 2008, p. 6648), onde o conceito de preservação do património é considerado um processo dinâmico, a partir de três linhas de orientação: “(a) reconhecer que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*; (b) reconhecer uma responsabilidade individual e coletiva perante o património cultural; (c) salientar que a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida” (IGESPAR, 2008, p. 6648). Esta convenção teve como consequência, em 2009, a *Carta de Bruxelas* (IGESPAR. [s.d.]) sobre o *Papel do Património Cultural na Economia* e para a *Criação de Rede Europeia de Reconhecimento e Difusão*. Reflexo de “uma economia mundial mais competitiva e dinâmica, baseada no conhecimento e capaz de conseguir um crescimento económico sustentável com mais e melhores trabalhos, assim como uma maior coesão social” (IGESPAR,

2008), este documento coloca a coesão europeia na ordem do dia de modo a fazer face ao mundo global competitivo.

A análise das principais cartas, convenções e recomendações produzidas nos últimos anos mostra-nos que a percepção que temos da preservação do património tem vindo a evoluir no sentido do envolvimento das sociedades e dos habitantes nos processos de salvaguarda e preservação do património. O crescimento das cidades a um ritmo cada vez mais acelerado e as transformações urbanas que daí decorrem, assim como a desertificação da paisagem rural, sobretudo na Europa, levam a que se equacione o património de forma diferente ao longo do tempo. Já não está em causa somente o monumento – “as pedras”, mas o equilíbrio entre meio construído e natural, entre passado e presente, proporcionando, deste modo, um alargamento da noção de património. Verifica-se, para além de ações concretas, um alargamento a um conjunto de preocupações humanista onde os atores são importantes. A sociedade global, a diversidade cultural e os habitantes como usufruidores de cada um dos sítios a preservar ganham um papel relevante na atualidade, quando falamos de património.

### **Metodologia e enquadramento concetual e teórico**

Partindo do pressuposto que o património “é sempre uma versão da memória coletiva em permanente construção” (Folgado, 2010, p.323), encaramos o património na contemporaneidade como um campo de atuação do arquiteto que não passa unicamente pela construção ou conceção de objetos, mas antes pela consolidação de uma cultura. Na sequência das últimas recomendações internacionais, o crescimento económico e a coesão social são efeitos relacionados com o papel do património cultural, na atualidade. Como verificamos, a pessoa e os valores humanos estão colocados no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural.

Tendo por base este enquadramento, a metodologia utilizada na prática de projeto no ensino da arquitetura pretende confrontar os estudantes a partir de duas linhas de atuação; por um lado, projetar com o construído – as propostas não se pretendem autocentradas, mas dialogando com as circunstâncias físicas, geográficas (territoriais) e sociais, e, por outro, de acordo com o momento histórico em que nos encontramos – o presente,

tendo em conta a cultura e os seus intervenientes, tanto os projetistas como os usufruidores.

Para fundamentar a abordagem que se pretendeu dar à metodologia de trabalho, a partir do 1º enfoque – projetar com o construído, tivemos em linha de conta as recomendações anteriormente apresentadas. Relativamente ao 2º enfoque – reabilitar a partir do presente, iremos, a partir da perspetiva hermenêutica de Gadamer<sup>1</sup>, recorrer aos conceitos de consciência histórica e de tradição. A partir deste enfoque, podemos perceber que intervir nas obras do passado não é reconstruir segundo os modelos de épocas anteriores (porque isso seria uma impossibilidade), mas antes perceber que, se o património é uma herança do passado, é no presente que o temos que considerar, refletindo, deste modo, a cultura e o mundo em que nos encontramos.<sup>2</sup>

Gadamer considera como ponto de partida para o estudo da importância da consciência histórica a análise feita por Heidegger da estrutura prévia da compreensão e da historicidade intrínseca da existência humana. De acordo com a conceção heideggeriana da estrutura da compreensão, compreendemos uma obra ou uma situação não com a consciência vazia, temporariamente preenchida com a situação em causa, mas antes fazendo atuar uma intenção anterior à situação, um modo de ver já estabelecido, ou seja, algumas conceções prévias. Deste modo, quando pensamos em património como uma herança do passado que decorre da tradição, teremos que ter presente que o nosso olhar implica sempre “uma pré-compreensão que é, por sua vez, pré-figurada ou determinada pela tradição na qual vive o intérprete e que modela os seus preconceitos” (Gadamer, 2004, p.13). Dito de outro modo, quando abordamos um lugar ou uma obra, “não saímos do tempo e da história, não nos separamos de nós mesmos...”<sup>3</sup> (Palmer, 1999, p.172) para, a partir daí, compreendermos esse lugar ou essa obra. Deste modo, podemos dizer que não há uma visão ou uma compreensão pura da história ou de uma obra do passado sem referência

<sup>1</sup> Hans-Georg Gadamer nasceu em Marburgo, Alemanha, em 1900 e morreu em Heidelberg, Alemanha em 2002. Foi filósofo e é considerado um dos maiores vultos da hermenêutica filosófica (interpretação de textos escritos, formas verbais e não verbais).

<sup>2</sup> Para Gadamer, “o homem finito, o homem histórico vê e compreende sempre a partir do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço” (Gadamer, 2004, p. 30).

<sup>3</sup> É neste termos que Gadamer se refere à experiência do encontro com uma obra de arte (Palmer, 1999, p.172).

ao presente. Pelo contrário, a história é vista e compreendida apenas e sempre através de uma consciência que se situa no presente. Na linha da filosofia hermenêutica de Gadamer, outro dos passos importantes para a intervenção no património é também compreender a relação entre a obra construída e a temporalidade. Assim, à luz da temporalidade narrativa, as obras arquitetónicas podem ter diferentes leituras: desde o contexto de origem (com a construção do edifício, como elemento fundador) até ao contexto presente. As leituras das obras e dos lugares feitas a partir de um único contexto remetem os lugares para a categoria de objetos factuais e não para entidades que se situam na história, se transformam e têm vida própria.

O que acabamos de referir vai de encontro ao facto de o lugar arquitetónico ser também as leituras que fazemos acerca dele porque qualquer lugar construído se apresenta como obra aberta, ou seja, existe para qualquer um que dele queira usufruir e está sujeita a inúmeras interpretações. Uma vez que o lugar proporciona uma pluralidade de leituras para além do seu significado literal, considera-se que essas leituras são uma dimensão do próprio lugar e surgem na continuidade umas das outras, dependendo da época em que cada intérprete se encontra. A conceção de tradição referida anteriormente ajuda-nos a consolidar a ideia que aqui pretendemos veicular, porque, sendo aquela o produto de relações onde nos inserimos e nas quais nos situamos, nenhuma obra deve ser vista como isolada historicamente, dado que está inserida na tradição. Sendo a tradição numa obra (como num lugar) caracterizada pelo *rasto que esta deixa atrás de si*, por via da sua existência enquanto obra construída (história dos efeitos) e pelo facto de se constituir veículo de *preconceitos* (história da receção) transportados por quem a estuda e usufrui, importa para a leitura de qualquer lugar ter presente as diferentes leituras a que este é sujeito (em cada situação), porque também elas o constroem. O conceito de tradição incorpora, assim, o princípio da história efetual, enunciado por Gadamer, e veicula dois elementos: o elemento referencial, ou seja, o lugar arquitetónico como objeto factual, e as diferentes leituras resultantes dos preconceitos dos diferentes intérpretes marcados pela situação histórica e social que lhes está associada. O que entra em jogo na leitura do lugar é o modo de ser histórico de cada intérprete e a tradição onde cada lugar e cada intérprete se inserem.

Ao explicitar, na compreensão, o modo de ser histórico dos intérpretes e a tradição, Gadamer introduz o conceito de consciência histórica ou sentido histórico, relevante para qualquer leitura que se faça de um lugar ou de uma obra arquitetónica. Assim, qualquer leitura atual que se possa fazer das leituras passadas acerca de qualquer obra resulta da situação histórica em que nos encontramos. Como já referimos, não podemos ter “uma visão ou uma compreensão puras da história, sem referência ao presente” (Palmer, 1999, p.180), porque as leituras passadas são vistas e compreendidas sempre através de uma consciência que se situa no presente, constituindo este facto um condicionalismo que teremos de ter em conta. Segundo Gadamer, a consciência histórica ou sentido histórico refere-se à tomada de “consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de todas as nossas opiniões”.<sup>4</sup> A partir daqui podemos refletir sobre a relatividade da nossa própria posição e da dos outros autores e, deste modo, adquirimos consciência “do carácter *particular* de [cada] perspetiva” (Gadamer, 1998, p.17). Este conceito, no quadro da investigação em arquitetura, remete-nos para uma interpretação alternativa em relação à forma como habitualmente são abordadas as questões patrimoniais, ou seja, com a pretensão de que as leituras que se façam sejam tomadas como verdades definitivas. Sabemos que ao longo da história existem diferentes verdades: o mesmo acontecimento é compreendido atualmente de forma diferente do que foi no passado. A partir desta compreensão, o importante é o sentido que a história tem e não a sua verdade universal, porque esta é uma impossibilidade. Decorrente do facto de o intérprete existir como um ser historicamente colocado e do conceito de tradição que evocámos anteriormente, incorporamos na leitura do lugar os conceitos de situação e fusão de horizontes<sup>5</sup> trazidos por Gadamer e explorados por Ricoeur. O conceito de *situação* expressa-

<sup>4</sup> “[...] a aparição de uma tomada de consciência histórica é possivelmente a mais importante revolução por que passamos desde o surgimento da época moderna. [...] A consciência que, atualmente, possuímos da história é profundamente diferente da forma como outrora o passado aparecia a um povo ou a uma época. Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno: ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de todas as opiniões” (Gadamer, 1998, p.17).

<sup>5</sup> “Devemos a Gadamer esta ideia muito fecunda de que a comunicação à distância entre duas consciências, diferentemente situadas, se faz graças à fusão dos seus horizontes, quer dizer, do ajustamento das suas miras sobre o longínquo e o aberto. Mais uma vez se pressupõe um fator de distanciação entre o próximo, o longínquo e o aberto. Este conceito significa que não vivemos nem em horizontes fechados, nem num horizonte único. Na mesma medida em que a fusão dos horizontes exclui a ideia de um saber total e único, este conceito implica a tensão entre o próprio e o estranho, entre o próximo e o longínquo” (Ricoeur, 1991, p.69).

se, como vimos, segundo Gadamer, na tensão que existe entre o presente e o passado, fazendo coexistir uma situação simultaneamente estranha e familiar, ou seja, entre a objetividade da herança, que se pretende histórica e distanciada, e a nossa pertença a uma tradição. Dito de outra forma, quando estudamos uma obra do passado, ela é-nos estranha porque não a vivemos, mas é-nos familiar porque faz parte da nossa herança. Assim, deixamos que a obra nos interpele no nosso mundo atual; deixamos que se torne contemporânea, sendo que o verdadeiro ponto de referência é a própria significação histórica, ou seja, a significação que o lugar tem para nós, situados no presente. Este conceito de *situação* revela-nos que a interpretação de uma obra deve incluir a sua explicação (ou descrição formal), mas também o que significa em termos do momento atual.

Assim, o que estes conceitos referem é que todas as leituras passadas e a nossa leitura são o resultado de uma operação em situação, ou seja, resultam da tensão existente entre o momento em que nos encontramos e o que nos é transmitido do passado. Nesta medida, interessa-nos entender o significado que a obra arquitetónica passada tem para nós no presente, pelo acumular de leituras que recebemos da nossa pertença a uma tradição. Assim, ao interpretar uma obra tendo em conta o conceito de situação, compreendemos que está presente a interseção de duas consciências: a de quem projetou (tudo o que a obra traz consigo desde esse momento) e a de quem no presente a usufrui.<sup>6</sup> A importância deste conceito reside, portanto, no facto de qualquer leitura do lugar conter um grau de relatividade (não arbitrário), mas que depende da nossa própria posição: se não vivemos num horizonte fechado, também não vivemos num horizonte único.

O conceito de fusão de horizontes explorado por Gadamer assenta, deste modo, na comunicação entre duas consciências diferentemente situadas que se cruzam. A situação de cada uma delas revela-se pela tensão existente entre o momento em que nos encontramos e o que nos é transmitido do passado.

A resposta de cada intérprete é sempre o cruzamento (a dialética) entre o objeto concreto e o contexto histórico-geográfico em que se encontra,

<sup>6</sup> Como nos diz Solà-Morales, mesmo os monumentos acumulam memória e por isso modificam a leitura que deles fazemos (1998, p.121-122).

havendo deste modo, uma construção de significado através de uma comunicação de significado.

Esta perspetiva revela-nos que, ao inserir-se na tradição, o intérprete dialoga com a história, “criando e produzindo novos elementos que reinterpretarão, recriarão e desenvolverão uma atmosfera passada, mas que não será a mera repetição dela mesma” (Comesaña-Santalices, 2004, p.58). Pretendemos reforçar o valor da distância histórica na interpretação dos lugares, através da compreensão de como o intérprete atual pode colocar um edifício preexistente para além do horizonte limitado da sua situação de origem, fazendo coincidir o lugar distante (de origem) com o lugar atual.

No trabalho desenvolvido pelos estudantes em dois semestres, percebemos que as condicionantes atuais, tanto físicas como sociais e económicas, se mostraram essenciais na forma como se intervém no património existente. Deste modo, desde a escolha dos programas, que tiveram em conta as necessidades sentidas e o enquadramento das valências existentes na área de intervenção e área circundante, até à utilização dos materiais, a realidade presente foi fundamental para equacionar todo o projeto. Em termos práticos estes objetivos concretizam-se, por um lado, através da identificação dos elementos fundamentais do território, interpretando e representando o objeto de estudo, atendendo às especificidades do território, como a morfologia, a tipologia e a implantação do edificado preexistente, e, por outro, a partir da construção de um suporte teórico, de referência adequada ao lugar e ao programa a propor (Madeira da Silva et al., 2012b). Tendo como ponto de partida as questões do projeto e do património preexistente, iremos nos concentrar nos conteúdos programáticos, que interagem com as questões da reabilitação e se estruturam em torno de linhas temáticas de orientação.

No ano letivo 2012/13, o exercício proposto tinha como território os bairros da Liberdade/Serafina enquadrados pelo Aqueduto das Águas Livres (Fig.1).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> A Área de Estudo proposta para a realização dos exercícios coincide com os limites estabelecidos no Plano de Pormenor para a zona da encosta Noroeste do Vale de Alcântara. Segundo dados da CML, encontra-se “integrada na Freguesia de Campolide, sendo delimitada a Norte e Nascente pelo Eixo Norte-Sul e pela Linha Férrea de Cintura e a Poente e Sul pelo Parque Florestal de Monsanto, abrangendo uma superfície aproximada de cerca de 32,24 ha”.

Segundo o enunciado proposto aos estudantes,

as propostas a desenvolver deveriam completar, reconstruir e reinterpretar as malhas urbanas existentes, intervindo ao nível do sistema de espaço público (e das suas infraestruturas), proporcionando equipamentos de relevância comunitária, redistribuindo volumetrias edificadas e vazios privados ou propondo a reconversão de usos e tipologias funcionais (Madeira da Silva, 2012).

A Área de Estudo proposta para a realização dos exercícios coincide com os limites estabelecidos no Plano de Pormenor para a zona da encosta Noroeste do Vale de Alcântara. Segundo dados da CML, encontra-se “integrada na Freguesia de Campolide, sendo delimitada a Norte e Nascente pelo Eixo Norte-Sul e pela Linha Férrea de Cintura e a Poente e Sul pelo Parque Florestal de Monsanto, abrangendo uma superfície aproximada de cerca de 32,24 ha”.

(a) Valorização do enquadramento do Aqueduto das Águas Livres e integração física e social de ambos os Bairros, articulando os diferentes espaços através de zonas verdes, de percursos pedonais e da implantação de edifícios de uso coletivo e de comércio, contribuindo desta forma para a redução do seu estado de isolamento;

(b) Estabelecimento de ligações pedonais francas com as zonas da cidade situadas na encosta oposta do Vale de Alcântara (Campolide e Sete Rios), rompendo com a barreira constituída pelas infraestruturas pesadas que o atravessam;

(c) Requalificação/Reconversão urbanística do bairro da Liberdade, seja através de reabilitação de edificações existentes, seja através de processos de substituição, mas mantendo, no essencial, a estrutura urbana preexistente (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.).<sup>8</sup>



Figura 1. Área de Estudo: bairro da Liberdade e Serafina, Lisboa, Portugal. Fotografia aérea. (Fonte: Google maps. Acesso em: 02/08/2012)

<sup>8</sup> Ver objetivos programáticos para o Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e da Serafina (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.).



Figura 2. Área de Estudo: Oleiros, Azeitão, Portugal. Fotografia aérea. (Fonte: Google maps. Acesso em: 22/09/2013)

No ano letivo 2013/14, o exercício, no 1º semestre, a desenvolver centrou-se em contexto rural (Oleiros, em Azeitão) e partiu essencialmente da temática – turismo em espaço rural e, mais uma vez, do olhar do lugar e do território a partir das preexistências (Fig.2).

A razão para a escolha deste tema (turismo em espaço rural), neste ano letivo, enquadra-se, por um lado, pelas circunstâncias atuais em que Portugal e a Europa se encontram relativamente às questões patrimoniais: escassez de recursos, existência de património arquitetónico rico e degradado, zonas rurais despovoadas, etc. E, por outro, porque assim como o conceito de património sofreu uma abertura em relação aos seus pressupostos essenciais, também o ensino da arquitetura deverá abrir o seu foco. Embora ainda não seja uma aposta consensual, procurámos ir mais além, nos exercícios propostos, em relação ao horizonte de atuação; ao contrário da prática vocacionada para a criação de grandes equipamentos ou edifícios montados de forma autocentrada, procuramos, nos exercícios práticos, a criação e o desenvolvimento de programas onde, para além das componentes físicas e estéticas, as componentes sociais e económicas são equacionadas de forma integrada indo ao encontro das novas práticas de arquitetura. Numa altura em que, nas cidades europeias e nomeadamente nas cidades portuguesas, existe uma superabundância de equipamentos culturais, assim como de “blocos” habitacionais e onde a expansão das cidades tende a ser cada vez menos necessária ou desejável (Figueira, 2004, p. 38), consideramos que o paradigma, também no ensino da arquitetura, deve ser outro. Pretende-se, deste modo, que os estudantes não olhem para o património arquitetónico como objetos isolados, que necessitam somente de restauração ou reabilitação; propomos que, com a apresentação de propostas arquitetónicas, os estudantes possam definir e desenhar as valências programáticas a propor, bem como sejam levados a justificar a sua pertinência no quadro mais alargado do território que constitui o local de intervenção e a sua envolvente imediata. Neste sentido, consideraram-se importantes, ao falar de património em contexto rural, quatro pontos:

1. Potenciar a reconstituição e a preservação do património rural;
2. Criar espaços de apoio ao desenvolvimento da economia local através da reconstrução e reinterpretação de





Figura 3. Identificação e Localização: Quintas, Edifícios Históricos, Edifícios Devolutos, Espaços Públicos. Fonte: Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura V, 2013/2014. Proposta do Grupo 1: Ana Mestre, Bárbara Prudêncio, Joana Sequeira, Maria Carreira, Mariana Neto, Susana Gonçalves.

edifícios, ou conjuntos de edifícios existentes; 3. Complementar as atividades locais, tirando partido do património natural construído através de valências que considerem necessárias; 4. Intervir no espaço urbano público e nos vazios expectantes (Madeira da Silva, 2012a).

No decorrer das aulas optou-se por várias estratégias de integração e articulação da área disciplinar da arquitetura com outras áreas disciplinares, cuja estreita relação se considera cada vez mais interessante e importante para o exercício disciplinar da arquitetura. Considerando que o ensino da arquitetura, hoje, ultrapassa a realização do projeto para um edifício, a partir de um programa preestabelecido, de um lugar determinado e de uma panóplia de materiais disponíveis no mercado, a realização deste exercício pressupõe uma prática abrangente e integradora (Fig.3). As questões respeitantes ao património ambiental (enfatizando as questões relativas às diferentes opções de projeto: restaurar, preservar, demolir, reconstruir, construir), tanto nos centros históricos como nas periferias ou em meio rural, foram questões a considerar no processo de projeto e nas metodologias a desenvolver. Tendo em conta os pressupostos da hermenêutica contemporânea, considerámos que as diferentes intervenções num determinado lugar são sempre uma construção contemporânea baseada na dialética entre passado e presente, e orientada pelo interesse de quem a produz<sup>9</sup>.

Por outro lado, a articulação com as atividades da região, explorando e preservando os seus recursos patrimoniais, de forma a que os seus habitantes sejam os primeiros beneficiários, são fatores relevantes como dados do projeto.

Não se pretende com isto que os exercícios a realizar em meio académico simulem a realidade da prática da arquitetura; essa seria uma tarefa impossível porque a academia, hoje, conta com imposições e modelos aos quais somos obrigados a responder (enquadramento do projeto limitado a semestres com 12 semanas de aulas, avaliações finais, nº de horas de



Figura 4. Alçado Oeste. Proposta em Oleiros. Fonte: Proposta do estudante: João Jesus. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura V, 2013/2014.

<sup>9</sup> Como refere Távora, “[...] porque o espaço é um contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir” (Távora, 1996, p.19).

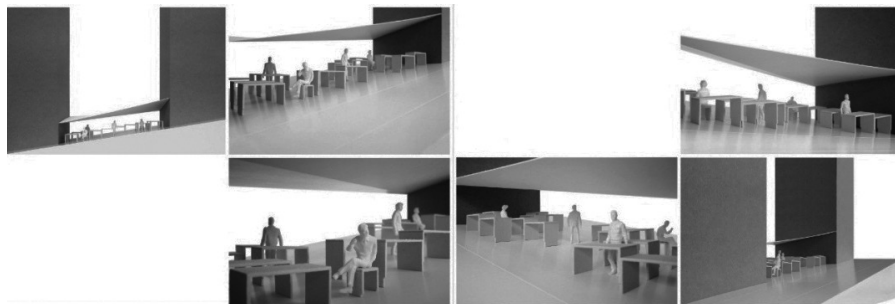


Figura 5. Mercado biológico próximo do Aqueduto das Águas Livres, Bairro da Serafina/Liberdade, Lisboa, Portugal. Fonte: Proposta do estudante Ruben Almeida. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura VI, 2012/2013.



Figura 6. Proposta de reconversão urbanística. Bairro da Serafina / Liberdade, Lisboa, Portugal. Fonte: Proposta da estudante Cristina Romão. Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura VI, 2012/2013.

contacto, etc.), pouco compatíveis com as exigências de um “tempo longo” que a realização de um projeto de arquitetura requer. Apesar disso, o que se pretende é, sobretudo, levantar questões dentro da área disciplinar da arquitetura através da prática do projeto acompanhada pelo olhar crítico de outras áreas disciplinares, de outros agentes que lidam com questões muito pragmáticas decorrentes da prática fora da academia (académicos de outras áreas, arquitetos, sociedade civil e residentes), para que a arquitetura e o ensino não se fechem sobre si mesmos.

## Resultados

De acordo com o que acabamos de apresentar e tendo como pano de fundo o cruzamento da prática do projeto com o enfoque oferecido pela hermenêutica de Gadamer, ao intervir no património as respostas são propostas atuais a partir da herança que nos é transmitida pela tradição. Como referimos, a leitura de qualquer lugar parte de um elemento histórico e culturalmente distante, que é o lugar de origem, ao qual se somam diferentes olhares sobre esse lugar, também eles histórica e culturalmente localizados, resultando, por um lado, na fusão e, por outro, no alargamento dos horizontes de compreensão sobre esse mesmo lugar. Nos exercícios propostos, observamos que os estudantes identificaram os momentos a partir dos quais o lugar se caracteriza, desde o seu aparecimento (contexto de origem) até à atualidade (contexto presente), não com o objetivo de imitar o que já tinha existido, mas para compreender a forma como esse lugar chegou até nós.

Se observarmos as intervenções propostas, podemos perceber que o entendimento que os estudantes fazem dos edifícios e dos lugares pré existentes e, conseqüentemente, as intervenções que propõem os situam no presente. Ao propor recuperar edifícios, a intenção não é reconstruir o contexto de origem, porque isso seria uma impossibilidade, e tampouco é destruir o seu carácter.

Através da consciência de que a tradição é uma realidade que nos chega do passado, o que faz sentido é recuperá-los e ampliá-los com a linguagem da época onde nos situamos, marcando, deste modo, mais uma época e um tempo de vida desse lugar. (Fig.4). Como refere Távora, “quando, por exemplo, ao restaurar um monumento com critério “científico” (ou

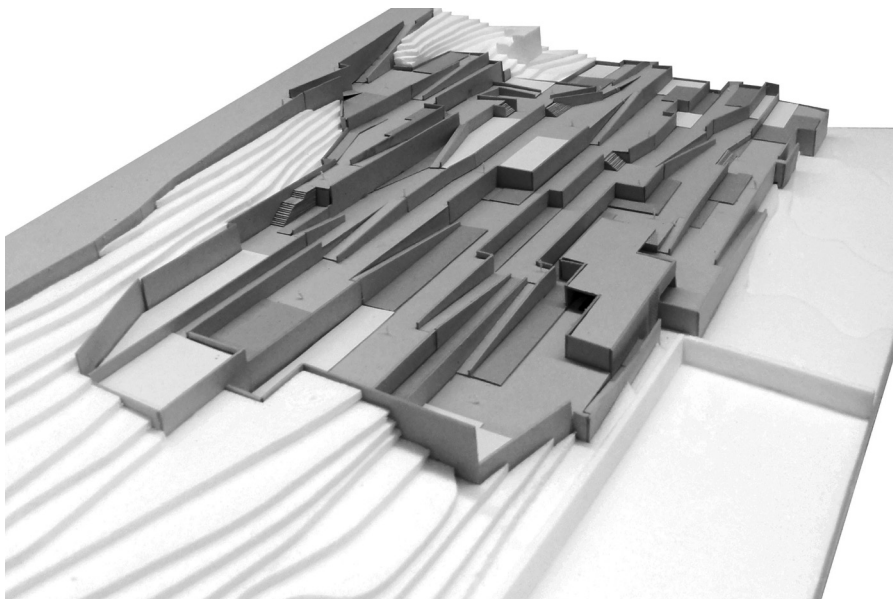


Figura 7. Proposta de reconversão urbanística. Bairro da Serafina/Liberdade, Lisboa, Portugal. Proposta da estudante Raquel Martins.



Figura 8. Proposta de intervenção em Oleiros, Azeitão, Portugal. Planta geral. Fonte: Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL – UC Arquitetura V, 2013/2014. Grupo 4: Joana Rodrigues, João Pedro, João Teixeira, Patrícia Cruz, Susana André.

pseudocientífico), passa pela cabeça de alguém dar a tal monumento o aspeto que ele teve em época mais ou menos passada, cai-se na utopia de supor que aquilo que já foi pode de novo vir a ser, esquecendo-se que a irreversibilidade do espaço não permite aceitar tal hipótese” (Távora, 1996, p.19).

Várias foram as questões levantadas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos: a questão da relação entre a forma física, o património e as necessidades de ordem social (Fig.5); a procura de lugares significativos para a população no presente; a redefinição de áreas históricas, onde a recuperação dos edifícios é entendida não como um simples problema de cenografia, de restauro ou de reabilitação (em sentido restrito), mas aliada às necessidades da população ou associada a programas de promoção de novos usos (Fig.6).

Os resultados obtidos revelam uma arquitetura contextual onde, sem utilizar o recurso à cópia superficial, nem a analogia direta, se procurou estabelecer uma relação com o contexto mediante a construção de ligações simbólicas com a envolvente e com critérios decorrentes das características do lugar (topografia, vistas, orientação solar ou a escala do lugar) (Fig.7). Encontramos propostas onde construir restaurar, recuperar revelam a marca do nosso tempo – o uso de materiais, e as soluções construtivas associam-se a recursos decorrentes do nosso tempo.

### **Conclusão – Arquitetura contextualizada**

As intervenções e as soluções apresentadas pelos estudantes, mesmo que resultando na modificação do lugar, possibilitam transferir para o futuro os valores da arquitetura do passado, sem renunciar ao desenvolvimento histórico próprio de qualquer lugar e de qualquer período. Verificámos que, com intervenções mínimas, se pode acrescentar um novo significado aos lugares e, ao mesmo tempo, preservar a memória de atividades e dos edifícios que tiveram presença marcante na vida desses lugares. Assim, certificamo-nos que os estudantes propuseram espaços que se identificavam com a realidade local, mas que, ao mesmo tempo, se abriam ao exterior (Fig.8).

Sendo a aprendizagem do projeto um processo cumulativo, o objetivo desta experiência de ensino no 3º ano é abrir a formação do conhecimento em

arquitetura à sensibilidade percetiva e à ideia de cidade e de arquitetura como uma teia complexa de práticas. Pressupondo que, nos 1º e 2º anos, os estudantes desenvolvem conhecimento associado à aprendizagem de configurações formais (na tradição do ensino nas escolas portuguesas associado às artes visuais e difundidas a partir da Bauhaus), através dos exercícios do 3º ano, a ideia de arquitetura salta do domínio predominantemente formal para partilhar as diferentes componentes de vida dos lugares. Não se pretende com isto afastar o ensino da arquitetura dos processos de produção relacionados com o espaço construído e com as questões estéticas, mas abrir o projeto à complexidade do sistema de relações implícitas no campo onde se movimenta a arquitetura colocando em cima da mesa ingredientes pouco habituais no ensino académico. Podemos dizer que as abordagens que fazemos ao património surgem da contingência do tempo, do lugar, dos fins a que se propõem e de um conjunto de requisitos construtivos (que não são um fim, mas um meio) e que se combinam através das escolhas dos seus autores.

Pretende-se, no futuro, abrir o leque de estratégias de integração e articulação do trabalho desenvolvido pelos estudantes à sociedade civil, com agentes locais e com outras universidades, através de parcerias com entidades nacionais e internacionais ou através de respostas a concursos públicos para a montagem de temas envolvendo diferentes atores com diferentes pontos de vista, tendo como ponto de partida a resposta a um problema real e do domínio público. Pretende-se com isto desencadear processos de descoberta e de invenção mais do que chegar a produtos concluídos e aparentemente bem acabados. Pretende-se que o trabalho desenvolvido ultrapasse a investigação associada ao espaço e às três dimensões e restrita às questões formais da arquitetura para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares do conhecimento, ou seja, em experiências mais do que em certezas e onde se consciencializam as razões das opções tomadas e das escolhas de cada um.

## Bibliografia

AA.VV. 1999. **Carta de Veneza 1964**, Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. Cadernos de Sociomuseologia, 15:105-110. Disponível em: <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML). [s.d.]. **Plano de Pormenor dos Bairros da Liberdade e da Serafina**. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-com-terminos-de-referencia-aprovados/plano-de-pormenor-dos-bairros-da-liberdade-e-da-serafina>. Acesso em: 05/09/2012.

COMESAÑA-SANTALICES, G.M. 2004. **Nuevas tendencias y métodos en la investigación filosófica**. Información Filosófica, I (1):46-70.

FIGUEIRA, J. 2014. **O arquiteto dos tubos de papel**. Público, Cultura, 26 de mar., p. 38.

FOLGADO, D. 2010. **Património inclusivo: Das expectativas aos desafios**. In: J. CUSTÓDIO (coord.), 100 anos de património Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. Lisboa, IPAR, p. 323-335.

GADAMER, H.-G. 1998. **O problema da consciência histórica**. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas, 89 p.

GADAMER, H.-G. 2004 [1960]. **Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, Editora Vozes, p.631.

IGESPAR. [s.d.]. **Cartas e Convenções Internacionais sobre Património**. Disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/> Acesso em: 25/05/2014.

IGESPAR. 2008. **Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade**. Diário da República, 1.ª série, n.º 177, 12 de set., p.6640-6652. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

IGESPAR. 1976. **Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da Sua Função na Vida Contemporânea**. Nairobi, UNESCO, 26 de nov. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

LOPES, F. 1996. **Cartas e Convenções Internacionais: Património Arquitectónico e Arqueológico**. Lisboa, IPPAR, p.111.

MADEIRA DA SILVA, T. (coord.); PAIO, A.; MIRANDA, B. 2012a. **Enunciado do exercício 2, UC Arquitetura V, 2012/13**, ISCTE-IUL, Mestrado Integrado em Arquitetura, 3º ano,. (Texto policopiado).

MADEIRA DA SILVA, T. (coord.); PAIO, A.; MIRANDA, B. 2012b. **FUC, Ficha de Unidade Curricular, Arquitetura V, 2012/13**. ISCTE-IUL, Mestrado Integrado em Arquitetura, 3º ano. Disponível em: <https://fenix.iscte.pt>. Acesso em: 29/05/2014.

PALMER, R.E. 1999 [1969]. **Hermenêutica**. Lisboa, Edições 70, p.284.

RICOEUR, P. 1991 [1986]. *Do texto à ação: Ensaios de hermenêutica II*. Porto, Rés Editora, 407 p.

SOLÀ-MORALES, I. 1998 [1995]. *Diferencias: Topografía de la arquitectura contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili. p.168.

TÁVORA, F. 1996 [1962]. *Da organização do espaço*. Porto, FAUP Publicações, p.75.

TURISMO DE PORTUGAL. [s.d.]. *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*, Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinoacao/Documents/Doc10CartaInternacionalTurismoCultural.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

## 2

2013

## From an explanation to interpretation in architectural designing

knowing (by) Designing. LUCA Sint-Lucas School of Architecture, p.547-552, 2013.



Bairro da Serafina. Lisboa. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2015)

## **Abstract**

Abstract This article assumes that the formal analysis of architectural works (often used in project teaching), with a descriptive character and through its decomposition into parts, outside the context of its interpreter, is not sufficient for your understanding. The hypotheses depart from the approach of hermeneutic philosophy, assuming that the architectural work is an expression of the human being and therefore subject to interpretation.

Apart from their material value as objects made up of walls, ramparts, stairwells, etc., there is a set of values that endow the architectural works and architectural places of a multiplicity of meanings, i.e., according to the terminology of P. Ricoeur, an excess of sense (Ricoeur, 2000). Unlike the scientific works that have a literal and univocal sense, the architectural places are prone to multiple interpretations, being part of what Gadamer calls the spirit sciences, as opposed to the natural sciences. Therefore, in this paper, architectural work is beheld from two different perspectives: on the one hand, from the traditionally used perspective in the subject of project, i.e. as an object abstractly considered in relation to the context in which it is produced and interpreted and, on the other hand, with the approach of hermeneutics that is, as a work resulting from human activity, and produced by someone who is inserted into a particular cultural community and placed in a particular historical situation. Our conclusion is that the hermeneutic dimension of interpretation thus exceeds explanation techniques of work in order to be situated in a human horizon of sense. Based on this perspective, we propose that the reading of architectural works should not be limited to the description of a certain reality, but rather give greater intelligibility to explicative schemes that have so far been found and used in project teaching.

## 1. Introduction

The discussion about the quality of architectural places is frequently conducted around different aspects, such as the adequacy of the architectural work to the place, to the context, and to the environment. This question is not raised only in physical terms (considering the shape, climate, topography, accesses, views, etc.), but also in aesthetic and symbolic terms. This article assumes that the formal analysis of architectural works (often used in project teaching), with a descriptive character and through its decomposition into parts, outside the context of its interpreter, is not sufficient for your understanding. The interpretation of a certain work refers not only to its formal description but also to its significance.

Since designing a building is thinking it in terms of its form, and also a response to a problem formulated by the order – the project – it presupposes an interpretation and, therefore, the possibility of a variety of possible answers.

So, the questions which arise emerge when, while trying to read certain contemporary workings based on traditionally used parameters (their formal analysis), we do not find appropriate responses to their understanding and interpretation. The hypotheses depart from the approach of hermeneutic philosophy, assuming that the architectural work is an expression of the human being and therefore subject to interpretation. Apart from their material value as objects made up of walls, ramparts, stairwells, etc., there is a set of values that endow the architectural works and architectural places of a multiplicity of meanings, i.e., according to the terminology of P. Ricoeur, an excess of sense (Ricoeur, 2000).

Unlike the scientific works that have a literal and univocal sense, the architectural places are prone to multiple interpretations, being part of what Gadamer calls the spirit sciences, as opposed to the natural sciences. Due to the fact that shape, as it is usually reflected in the architecture disciplinary field, is dominated by the model of natural sciences (considering architectural places like objects in which the building's "objective" form that gave rise to it is the sole determinant) we thought it appropriate to introduce in the debate another point of view.

Therefore, in this paper, architectural work is beheld from two different perspectives: on the one hand, from the traditionally used perspective in the subject of project, i.e. as an object abstractly considered in relation to the context in which it is produced and interpreted and, on the other hand, with the approach of hermeneutics that is, as a work resulting from human activity, and produced by someone who is inserted into a particular cultural community and placed in a particular historical situation.

Similarly to what hermeneutics advocates for literary works, architectural sites and works should be subject to a humanistic understanding, which involves interpretation, i.e., the deciphering of the human brand that any work or place holds.

## 2. The dialectic between explanation and understanding

To structure our idea, we employ the Paul Ricoeur textual interpretation theory as a valid paradigm for the interpretation of architectural works. It is from the dialectic between explanation and understanding that we built the reading axes - as a first step to understanding the explanation, and then in the reverse direction, from the explanation back to understanding. We designated the first stage *understanding conjectural*, the second stage *explanation* and the third *stage understanding like a mode of appropriation*. The objective is to extend the reading of places and Artworks and to introduce the human brand that characterizes them.

### 2.1. First phase - understanding / conjecture

The first reading arises from observation and produces a speech about the work. This reading builds on the literal meaning of the work and is born from what you see, of what is objectified and formally presented to us. This reading is a first conjecture or hypothesis, namely, an immediate understanding, thus portrayed as incomplete and inconsequential. So, conjecturing about a work is to build a literal sense and build it through the elements that are objectified. What substantiates the possibility of a first conjectural reading - as a possible scenario – is the fact that, departing from any work, is possible to build a sense objectified as a whole from its parts.

This understanding requires a unilaterality which in turn is the basis the conjectural character of the interpretation. Each construction of meaning will depend on reciprocal relations established between what is considered as a whole and its parts. The concept of conjecture lies here - a hypothesis departing from the importance that is given to one or more parts according to a certain perspective.

In the light of the textual interpretation of Ricoeur, in order to accept a conjecture it must be validated and, although it appears that the first conjectural reading departs from what we see, and what is there, and therefore presupposes objectivity, it is no more than a unilateral reading. It departs from a point of view and therefore implies a selection within a possible field of numerous readings depending on the importance that is given to the different parts that compose it. Thus, validation is no more than an argumentative checking: to show that an interpretation is more likely in view of what is known is different from showing that a conclusion is true. So, in its truest sense, validation is not verification, but rather a logic of probability. It's more an argumentative logic than a logic of empirical verification. Here lies the reason why for the interpretative reading of a work to be done in the utmost objectified and bickering possible way, it is necessary to move on to another stage (up to explanation).

## **2.2. Second phase – explanation**

Explanation rests on what we designate as structural reading. By structural reading we mean an analysis of the work from the observation of its internal joints: the important thing here is to isolate the work in relation to any context. We start, then, with what is objectified, the factual data, which correspond to what we see at the moment we are. The understanding of the work through the explanation is viewed in isolation and results in an abstract view which has solely to do with formal aspects. In this situation one recognizes the work in general. The work is seen as a machine whose internal functioning alone matters.

Explanation emphasizes the objectivated aspects of the work. Their contribution allows an understanding of work in its formal aspects, enabling its description and representation. However, it is insufficient as

an interpretation. Limitations of this type of analysis stem from two reasons: The first reason is because structural-explanatory analysis is associated with the decomposition of the work into parts, and it is precisely on the grounds that one of the characteristic traits of architectural work is that it is constituted as a whole. The second reason is related to the alleged neutral reading of the author and his interpreters. We question the impossibility of interpreting the work by isolating the historical context, both by the author and the interpreter, the latter being the investigator or the user. Recognizing this impossibility, we introduce a set of topics that extend this step, linked to time and the interpreters, and which lead us to the last step, *understanding as a mode of appropriation*.

## **2.2. Second phase – explanation**

Explanation rests on what we designate as structural reading. By structural reading we mean an analysis of the work from the observation of its internal joints: the important thing here is to isolate the work in relation to any context. We start, then, with what is objectified, the factual data, which correspond to what we see at the moment we are. The understanding of the work through the explanation is viewed in isolation and results in an abstract view which has solely to do with formal aspects. In this situation one recognizes the work in general. The work is seen as a machine whose internal functioning alone matters.

Explanation emphasizes the objectivated aspects of the work. Their contribution allows an understanding of work in its formal aspects, enabling its description and representation. However, it is insufficient as an interpretation. Limitations of this type of analysis stem from two reasons: The first reason is because structural-explanatory analysis is associated with the decomposition of the work into parts, and it is precisely on the grounds that one of the characteristic traits of architectural work is that it is constituted as a whole. The second reason is related to the alleged neutral reading of the author and his interpreters. We question the impossibility of interpreting the work by isolating the historical context, both by the author and the interpreter, the latter being the investigator or the user. Recognizing this impossibility, we introduce a set of topics that extend this step, linked to time and the interpreters, and which lead us to the last step, *understanding as a mode of appropriation*.



### 3. Conclusion

What we propose includes two domains: one with an objective character - connected with explanation - and another with a non objective character - linked to understanding. From a first understanding we move on to an explanation, in order to finally obtain a new interpretation through understanding.

If an earlier understanding of the work is based on literal apprehension, of what we can see, resulting in a conjectural understanding of this apprehension, in the second stage, more elaborate than the first one, we intend to explain the work through objective data. We have divided this reading axis into nine topics - *form, figure, scale, function, tectonics, limits, accessibility, views and deployment building form*. Although we consider this type of reading to be insufficient, it is nevertheless crucial for interpretation because it allows the work to be represented, given its descriptive character. Appropriation, i.e., the phase understanding that completes true interpretation, we will introduce a set of topics that make work contemporary. The interpretation of any work originates from an author, and a number of interpreters who receive it, and, in this chain of events, the tradition introduced by the first interpreters inspires the latter. Interpretation of the work and past interpretations about this work, in the light of the historical consciousness of the situation in which we find ourselves, enable capturing work in its singularity and uniqueness. At this stage of understanding, the topics that define it have to do with space, time and interpreters, being *prejudging, past readings, timeframes, dimensional levels and relational value*. Consequently, the interpreter's perspective, changes in place over time (seen from our situation at present), past interpretations (viewed in terms of the consciousness of the special nature of each) and the particular setting make up the great lines underlying the comprehension of architectural works. (Diagram 1).

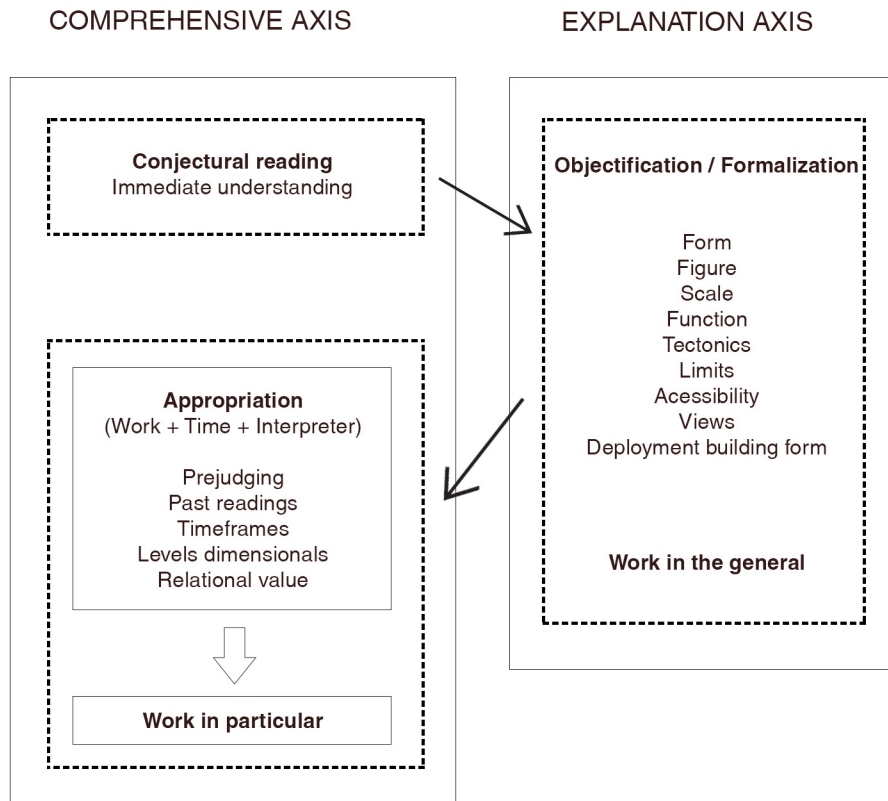


Diagram 1. Interpretation model (from explanation to understanding). Source: T. Madeira da Silva (2009)

Our conclusion is that the hermeneutic dimension of interpretation thus exceeds explanation techniques of work in order to be situated in a human horizon of sense. Based on this perspective, we propose that the reading of architectural works should not be limited to the description of a certain reality, but rather give greater intelligibility to explicative schemes that have so far been found and used in project teaching. As a result this article seeks

to redefine the way sites and works should be described and interpreted, in a new fashion and though an array of common and anachronic characteristics.

### 3. References

- BLEICHER, J. - *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa, Edições 70, 381 p.2002 [1980].
- BRANQUINHO, João, 2001. "Acontecimento", BRANQUINHO, João, MURCHO, Desidério (eds.), *Enciclopédia de Termos Lógico-filosóficos*, Lisbon: Gradiva, p.22-27.
- GADAMER, Hans-George: 1998 [1996]. *O Problema da Consciência Histórica, Estratégias Criativas*, Vila Nova de Gaia.
- GADAMER, Hans-George, 2004 [1960]. *Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*, Petrópolis: Editora Vozes.
- PALMER, Richard E., 1999 [1969]. *Hermenêutica*, Lisbon: Edições 70.
- RICOEUR, Paul, 1983a. *Tempo e Narrativa*, vol. I, Campinas: Papyrus Editora.
- RICOEUR, Paul, 1998 [1969]. *O Conflito das Interpretações*, Porto: Rés Editora.
- RICOEUR, Paul: 2000 [1976]. *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, Edições 70, Lisbon.
- SILVA, Maria Luísa Portocarrero, 2005. *Horizontes da Hermenêutica em Paul Ricoeur*, Coimbra: Ariadne Editora.
- SILVA, Teresa Madeira da (2009). *O lugar arquitetónico: um modelo teórico de interpretação*. Tese de Doutoramento, ISCTE – IUL, Institut Universitário de Lisbon.
- SILVA, Teresa Madeira da (2012). "Singularidade do Lugar Arquitetónico: Sete Dimensões para a Leitura do Território Contemporâneo". In Chaves, Mário (coord.), *Que Futuro? Lisboa*: Editora da Universidade Lusíada, Ensaio. p.129-137.

# 3

2016

## Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez

Uma experiência de ensino num contexto de mudanças nas práticas profissionais de arquitetura

*Cidades, Comunidades e Territórios*, 32 (Jun/2016), p.80-102. Em coautoria com: MATOS, Madalena; FERREIRA, Ana Catarina (2016).



Trabalhos dos alunos do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, Lisboa. (Fonte: fotografia T. Madeira da Silva, 2015)

## Resumo

Assiste-se, nos últimos anos, a uma transformação das práticas profissionais do arquitecto: a par do modelo tradicional – ciclo desenvolvido em *atelier*, da encomenda do projecto à construção do edifício – novas práticas de intervenção do arquitecto, que designaremos aqui, num primeiro momento, como “práticas emergentes”, conduzem a interrogações, nomeadamente no interior do próprio mundo académico, sobre a adequação das formas e dos conteúdos do ensino da arquitectura a estas novas configurações profissionais. Num ensaio de resposta a esta nova situação e na tentativa de aproximação do ensino às práticas profissionais emergentes, realizou-se, em Setembro de 2014, uma experiência pedagógica na forma de uma *Summer School*, organizada conjuntamente pelo Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL e a *Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt*. Algumas questões levantadas nesta primeira experiência tiveram continuidade numa Unidade Curricular do Mestrado Integrado em Arquitectura (Arquitetura V) no ano lectivo 2014-2015. Entre outros, foram aqui problematizados vários temas associados à reabilitação e ao turismo nos centros históricos urbanos. A experiência de trabalho no terreno permitiu a sensibilização dos alunos para a necessidade de entender a valorização do património arquitectónico de uma forma ampla e integrada, assim como para a importância de um maior envolvimento do arquitecto nos contextos socio-territoriais onde intervém. Neste artigo descreve-se a experiência da *Summer School* e do trabalho desenvolvido posteriormente no âmbito do mestrado e discutem-se as formas de adequação da didáctica do projecto às novas condicionantes da prática profissional dos arquitectos.

## Abstract

In the last few years, architects' professional practices have gone through a transformation: along with the traditional model – architecture office cycle, project commission and building construction –, new architect intervention practices have arisen, ones that we will start off by calling “emerging practices”, and have led to a number of issues, namely within the academic milieu, dealing with the fit of structures and contents of architecture teaching to these new professional configurations. In order to respond to this new situation and in an attempt to connect the teaching to the emerging professional practices, a pedagogical experiment in the form of a Summer School was set up in September 2014, jointly co-ordinated by the Department of Architecture and Urbanism at ISCTE-IUL and the Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt. A few issues were further elaborated on in a Curricular Unit of the Integrated Masters in Architecture (Arquitetura V) during the academic year of 2014/15. Among others, several topics on rehabilitation and excessive tourism in urban historic centres were there explored. The fieldwork experience enabled a greater student awareness of the need to understand architectonic heritage appreciation in a broad and integrated fashion, as well as of the importance of a greater architect's involvement with the socio-territorial contexts in which he intervenes. This article describes the experience of the Summer School and the work later developed in the master's and discusses ways to adapt the project didactics to the new conditions of architects' professional practice.

## Introdução

Assiste-se, nos últimos anos, a uma transformação das práticas profissionais do arquitecto: a par do modelo tradicional – ciclo desenvolvido em *atelier*, da encomenda do projecto à construção do edifício –, novas práticas de intervenção do arquitecto, que designaremos aqui, num primeiro momento, como “práticas emergentes”, são recenseadas e analisadas.

Adota-se aqui a expressão “práticas emergentes” usada por Luís Santiago Baptista para definir a produção de “jovens arquitetos portugueses em tempos de crise” (Baptista, 2014:20) enquanto práticas significativas de uma mudança paradigmática da intervenção do arquitecto.

No centro desta transformação estaria a assunção, pelo arquitecto, das dimensões culturais, sociais e também éticas e políticas, a par das dimensões técnicas e estéticas, do seu trabalho.

Esta transformação acontece e é alimentada por mudanças estruturais com efeitos mais ou menos directos sobre o trabalho do arquitecto: os impactos culturais e económicos da globalização, as mudanças no modo de viver o espaço e o tempo decorrentes em grande parte das novas tecnologias da comunicação e da informação, a crise energética, as políticas de atractividade e competitividade das cidades, para citar algumas temáticas recorrentes na literatura. No caso de Portugal, como noutros países europeus, realce-se um contexto de crise económica onde no mercado da arquitectura a oferta se reduz drasticamente face a décadas passadas traduzindo-se em elevados índices de desemprego na profissão.

Simultaneamente, e em grande medida como resultado desta transformação, surgem interrogações, nomeadamente no interior do próprio mundo académico, sobre a adequação das formas e dos conteúdos do ensino da arquitectura a estas novas configurações profissionais: um ensino tradicionalmente centrado nos processos de produção associados ao espaço construído e à expressão estética, não deve abrir-se à didáctica do projecto, à complexidade do sistema de relações presentes no campo em que o arquitecto intervém, relativizando concepções marcadas pela “neutralidade” desta intervenção?

Procurando responder a esta questão, realizou-se uma experiência pouco usual no ensino da arquitectura que partiu de uma colaboração entre o Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL e a *Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt*. Em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e o FAS – Fundo de Arquitectura Social, desenvolveu-se um programa curricular que teve início numa Summer School realizada em Setembro de 2014<sup>1</sup> e onde, de uma forma adensada, foram problematizadas várias questões associadas à reabilitação dos centros históricos urbanos e lançadas propostas concretas de intervenção no bairro do Castelo em Lisboa (Fig.1).

A experiência de trabalho no terreno, sobretudo a participação dos diversos agentes locais na elaboração das propostas que foram além da simples intervenção no edificado, permitiu a sensibilização dos alunos, de um modo particular, para a necessidade de entender a valorização do património arquitectónico de uma forma ampla e integrada e de um modo geral, para a importância de um maior envolvimento do arquitecto com a realidade social dos contextos onde intervém, cumprindo assim a *Summer School* a tentativa de aproximação do ensino às práticas profissionais emergentes.

No capítulo seguinte (Enquadramento Conceptual e Teórico) apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre estas práticas profissionais emergentes (1.1.) e o ensino da arquitectura em Portugal (1.2.). A seguir, no capítulo 2 (*Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez 2014*), apresentam-se os procedimentos de ensino-aprendizagem que sustentam o trabalho da *Summer School* e da UC de mestrado subsequente (2.1) e os resultados obtidos nesta experiência pedagógica em contraponto com resultados de abordagens pedagógicas tradicionais (2.2.). Nas reflexões finais discutem-se estes resultados à luz das hipóteses avançadas na primeira parte do texto.

<sup>1</sup> A experiência de ensino de projeto de arquitetura desenvolvida na *Summer School* internacional teve continuidade numa UC de prática de projeto (Arquitetura V – 2014/15) do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa. Os alunos nesta UC desenvolveram os projectos acompanhados pelos Professores Teresa Madeira da Silva (coord.), Miguel Gomes e Pedro Viana Botelho.

## 1. Enquadramento Conceptual e Teórico

### 1.1. Práticas Profissionais Emergentes em Arquitectura

São ainda relativamente escassos os trabalhos realizados sobre a profissão de arquitecto no contexto das transformações actuais enunciadas. Os dois inquéritos encomendados pela ordem dos arquitectos em 2006 (cf. Villaverde Cabral e Borges, 2006) e em 2013 (cf. Ravara et al., 2013) e o livro de Pedro Brandão (2006) publicado no mesmo ano do inquérito de Villaverde Cabral, são preciosos no que permitem conhecer, respetivamente, da situação dos arquitectos e evolução da profissão em Portugal, e das “representações” e da construção identitária da profissão pelos próprios arquitectos. No entanto, pouco ou nenhum relevo é dado nestes estudos às aqui designadas “práticas emergentes” em arquitectura, o que obviamente se explica pelo facto destas realidades serem ainda marginais no contexto internacional e praticamente inexistentes em Portugal, há uma década atrás.

Desde o início dos anos 2000 que a participação do arquitecto na sociedade tem vindo a ser alvo de reflexão. Se até aí o tema da participação em arquitetura se centrava grandemente na perspectiva de integração do usuário ao longo de toda a “operação arquitectónica” (cf. Carlo, 1980; 2010), a partir desse momento questiona-se também o lugar e o papel do arquiteto no território social onde intervém. Surgem assim novos conceitos críticos que interpelam a participação do arquitecto na sociedade e apontam para uma maior proactividade do mesmo na definição de estratégias de intervenção territorial – é o caso dos conceitos *Urban Curating* (cf. Bunschoten, 2003); *Unsolicited Architecture* (cf. Bouman, 2007); *Critical Spatial Practice* (cf. Miessen, 2010); *Spatial Agency* (cf. Awan et al., 2011).

Embora todos estes conceitos sejam o resultado de uma reflexão endógena ao campo da arquitectura, os dois últimos estabelecem sólidas raízes no pensamento sociológico, o que denota uma progressiva maturação das questões levantadas. Destaca-se, assim, na construção do conceito de *Spatial Agency*, para além da influência da ideia defendida por Henri Lefebvre (1974;1991) de que o espaço é socialmente produzido, sendo essa produção partilhada por múltiplos autores e não neutra, a

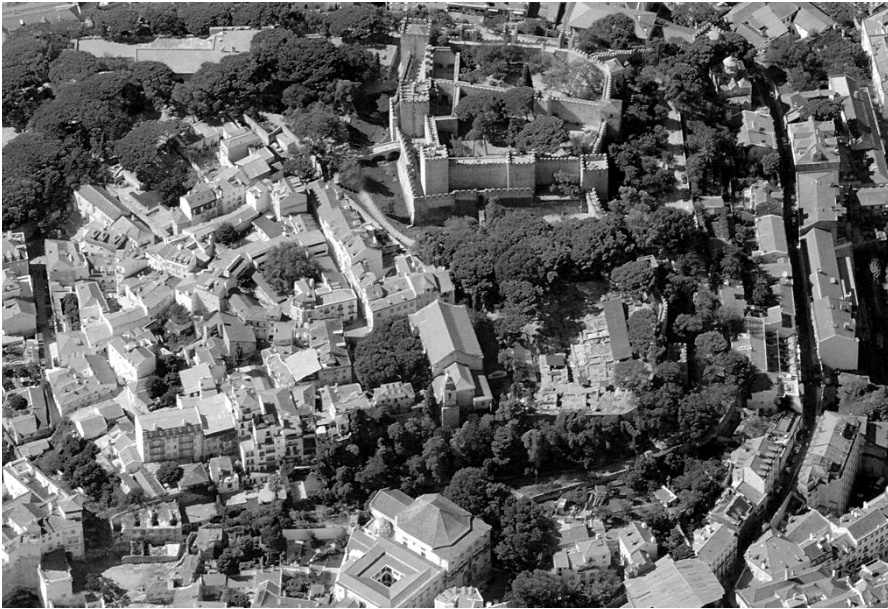


Figura 1. Colina do Castelo de São Jorge, Lisboa, Portugal. (Fonte: <http://www.bing.com/maps/>, Acesso: 12-09-2014)

referência à teoria da “estruturação” de Anthony Giddens (1989; 2006), nomeadamente à tese segundo a qual “estrutura social” e “acção humana” estão mutuamente relacionadas: os “factos sociais”, podendo restringir as acções, não as determinam (id.: 108). Se a teoria sobre a produção do espaço de Lefebvre sustenta a defesa de que qualquer traço desenhado por um arquitecto antecipa uma futura relação social e não só uma condição estética (Awan et al. 2011: 30), a tese de Giddens traduz-se, no contexto da prática arquitectónica, na visão do arquitecto não como agente completamente autónomo, livre de constrangimentos e crente na capacidade de transformação das suas acções criativas individuais, nem como mero “facilitador técnico”, cuja acção é unicamente determinada pela estrutura social e por decisões tomadas por terceiros, mas como mediador das relações entre os que habitam e produzem o espaço, negociando as condições nele existentes (id.:30-31).

Esta capacidade do arquitecto reconhecer as forças sociais e económicas em presença e, ao mesmo tempo (e a partir desse reconhecimento), alterar o seu papel na estrutura social, implica um aumento da sua “reflexividade social”, ainda na terminologia de Giddens (1989; 2006:122), isto é, um pensamento constante sobre as circunstâncias nas quais vive e intervém. No contexto das práticas profissionais, o argumento de que a “reflexão na acção” é um processo fundamental do desenvolvimento de competências e, conseqüentemente, de intervenções mais eficazes, foi particularmente defendido por Donald Schön (1983). A este autor se deve a difusão do termo “prática reflexiva” que define o uso da experiência como fonte de conhecimento (o conhecimento tácito) que serve de base à revisão de teorias de acção existentes e norteia estratégias de acção futuras. Particularmente no caso da arquitectura, Schön (1983) considera que a “prática reflexiva” implica uma atenção permanente ao contexto de intervenção, “*a reflective conversation with the situation*” (id.: 103), ou seja, um maior foco no sítio, nas implicações e conseqüências dos modelos formais que vão sendo criados, em detrimento da “*global geometry of buildings*” (id.: ibid.). Esta ligação entre conhecimento e criatividade nas práticas de design urbano é, mais tarde, desenvolvida por Sieverts (2003) e Von Seggern et al. (2008), ambos defensores da investigação e compreensão dos efeitos das mudanças estruturais da sociedade sobre a cidade como forma de abrir caminho a novas estratégias de desenho da paisagem urbana.

No seguimento da tendência internacional de abordagem crítica à intervenção do arquitecto, Inês Moreira (2010) refere-se, no contexto da produção de jovens arquitectos portugueses, a “práticas espaciais”. Segundo a arquitecta, estas práticas indicam “um ‘desfazer’ da centralidade autoral, do desenho ou da ‘arquitectura’ dominante” (Moreira apud Baptista, 2012: 99), na medida em que “os autores envolvidos enunciam questões económicas, corporativas e políticas da arquitectura e expõem vontades de construção de projeto coletivo” (id.: ibid.). Embora estas práticas nasçam por iniciativa própria dos jovens arquitectos ou colectivos de arquitectura e, desse modo, não decorram de um programa pré-estabelecido por outrem, é possível encontrar linhas de continuidade entre estas práticas e a experiência mais marcante da arquitectura participativa em Portugal: o processo SAAL (cf. Bandeirinha, 2007).

Lançado a 31 de Julho de 1974, por despacho do então secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo – o arquitecto Nuno Portas –, e oficialmente em vigor a 2 de Agosto do mesmo ano, o programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) apresentou-se como um instrumento de acção política sem precedentes no panorama nacional. Face às “graves carências habitacionais” e “às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo” (Despacho SAAL, 1974 apud Grande, 2012: 322) – e aproveitando também a oportunidade de testar hipóteses que já haviam sido formuladas anos antes por diversas personalidades, incluindo o próprio Nuno Portas, acerca do “que podiam ser formas alternativas que desbloqueassem a produção de habitação social, substituindo formas estatizadas, ou estetizantes” (Portas, 1986: 636) –, equipas multidisciplinares formadas por arquitectos, sociólogos, geógrafos, entre outros profissionais – as designadas brigadas técnicas –, foram constituídas para apoiarem directamente as iniciativas das populações, organizadas em associações ou cooperativas, na construção dos seus bairros.

Ao subverter a lógica do tradicional processo de concepção urbanística, isto é, ao incentivar a autopromoção dos bairros por parte de “comunidades previamente estruturadas que ‘vivem’ em habitações degradadas ou em bairros de lata” (Portas apud Grande, 2012: 348-349), colocando-as no centro de todo o processo de construção, o programa SAAL vem situar os

técnicos numa posição intermédia na hierarquia de poder. Nos casos em que as brigadas não são vistas pelas populações como componentes do Estado e relegadas para um mero apoio técnico, a sua “posição voluntarista que recusa a identificação com o poder” vale-lhes uma acção enquanto “vanguarda dinamizadora” (Oliveira e Marconi, 1976: 164). Segundo Vítor Matias Ferreira (1976), a intervenção do SAAL foi mais do que:

(...) uma mera operação ‘assistencial’ de apoio à construção de ‘casas decentes’... A sua real originalidade estava na capacidade potencial de mobilização e dinamização dos agentes directamente visados por esse tipo de intervenção, levando-os a ‘inventar’ uma efectiva *auto-solução* a que deveria corresponder uma nova inserção na estrutura urbana (Ferreira, 1976: 43).

É neste sentido de dinamização criativa e trabalho em parceria, quer com os outros técnicos de diferentes áreas disciplinares, quer com as populações locais, que se pode falar de linhas de continuidade entre a experiência dos anos 70 e as novas práticas emergentes a partir dos anos 2000.

De facto, a organização em colectivos e/ou a colaboração interdisciplinar caracterizam uma nova “geração” de arquitectos portugueses, denominada de “geração z” pela revista arqa (cf. Baptista, 2011) na sequência das gerações x e y identificadas por Pedro Gadanho e Luís Tavares Pereira na exposição “Metaflux” de 2004. Embora esta “geração” não se assuma como tal, pelo menos segundo os princípios que na modernidade caracterizavam uma geração – a constituição de uma “plataforma comum ou de um possível programa sintético” (Baptista apud Baptista, 2014: 20) – parece existir um denominador comum entre os jovens arquitectos que a integra: um processo de trabalho que investe “na apropriação criativa do presente e numa renovada atenção às solicitações da realidade concreta” (Arqa apud Santana 2010: 54). Segundo Ferreira (2014), tal facto permite estabelecer uma relação entre alguns destes novos processos, particularmente aqueles em que o arquitecto se assume como promotor de iniciativas de intervenção local, e as estratégias sociais criativas capazes de gerar inovação sócio-territorial.

## 1.2. Ensino Da Arquitectura em Portugal

A nova geração atrás referida foi, na sua maioria, formada na academia portuguesa. Se temos informação sobre a história do ensino da arquitectura em Portugal - desde a institucionalização do ensino do tipo Beaux-Arts em Lisboa e no Porto (1836) (cf. Calado, 2003), até à reforma moderna do ensino da arquitectura em 1950-57 (cf. George, 1964; Moniz, 2011), às transformações da década de 60 e do período revolucionário (cf. Portas, 1965; Moniz, 2011; Paulino, 2014; Faria, 2014) ou ao momento de consolidação democrática e primeira massificação do ensino na década de 80 (cf. Figueira 2002; Silva 2011) – há ainda pouca informação sobre os processos que conduziram estes arquitectos oriundos da academia a romperem com práticas tradicionais, como há pouca ou nenhuma informação sistematizada relativa aos debates sobre ensino e formação em arquitectura, debates indiciados pela publicação recente de alguns textos (cf. Graça Dias, 2001; AAVV, 2013; Pinto, 2014).

Há relativamente poucos trabalhos realizados sobre a realidade universitária mais recente marcada por alterações significativas, resultantes de uma expansão imprevista que deu lugar a um ensino de massas e da implementação do processo de Bolonha que levam a uma profissionalização crescente da carreira docente e a uma gerencialização das instituições de ensino (cf. Pinto 2014). Certo é que estas mudanças pressionam a tradição disciplinar traduzindo-se numa necessidade de redefinição quer dos currículos gerais, quer, mais especificamente da relação entre investigação e projecto (cf. Pinto 2014).

É aceite que a prática do ensino tradicional de projecto de arquitectura nos cursos de arquitectura portugueses, nomeadamente, nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, teve dois processos de desenvolvimento, já identificados por outros autores, desde a sua formação até meados do século XX. Gonçalo do Canto Moniz (2011), identifica um primeiro momento, onde o ensino foi dominado essencialmente pela tradição da pedagogia do curriculum Beaux-Arts, fixado pela Reforma de 1931 e regulamentado em 1932 – Reforma de 1931-32 – e um segundo momento, decorrente da crítica ao anterior sistema de ensino, caracterizado pela aproximação ao Ensino Moderno da Arquitectura, pela via de Walter Gropius, aclarado com

a Reforma de 1950 e regulamentado em 1957 – Reforma de 57 (Moniz, 2011: 20). Segundo Moniz (2011),

o conceito, ensino moderno, é, (...), pouco utilizado no campo disciplinar da Arquitectura, mas no campo da pedagogia está perfeitamente definido e caracterizado, através das ideias do pedagogo americano John Dewey (1859-1952). A sua pedagogia democrática baseia-se na relação entre Educação e Experiência, sintetizada na expressão 'aprender fazendo', que cedo se popularizou nas escolas de Arquitectura, porque conceptualizava um método antigo e intemporal de aprender Arquitectura (id.: 23).

Apesar das diferenças entre Lisboa e Porto, as duas escolas aproximaram-se nalguns tópicos decorrentes precisamente da herança da escola alemã – a Bauhaus, trazida por Walter Gropius –, cujo modelo influenciou o ensino da arquitectura na maioria das escolas de tradição ocidental. De forma abreviada, podem enumerar-se três tópicos, decorrentes desta herança, que persistiram até praticamente aos nossos dias no ensino do projecto de arquitectura em Portugal e que nos interessa questionar pelo modo como têm sido apropriados em termos metodológicos.

O primeiro tópico corresponde à ideia de que o projecto constitui uma unidade. É certo que, na solução arquetónica, cada parte do projecto contribui para um todo que o torna coerente, ou seja, para a síntese, e que a síntese é o culminar de uma ideia de arquitectura. O segundo tópico, que decorre do primeiro, centra-se no papel do arquitecto a quem caberia coordenar as partes constituintes do projecto, pertencendo-lhe a tarefa de garantir que as partes se articulam como um todo. O terceiro tópico refere-se especificamente ao ensino da arquitectura: seria a aula de projecto o lugar onde se constrói esta síntese.

É certo que estes tópicos são fundamentais para a prática e para o ensino da arquitectura, no entanto, as circunstâncias que daí advieram resultaram numa prática e num ensino de projecto voltados para si próprios, onde professores e estudantes reflectem os aspectos intrínsecos à arquitectura

ganhando protagonismo os aspectos simbólicos e estéticos em detrimento de dimensões associadas aos contextos e modos dos usufruidores da obra realizada. Se é certo que os primeiros são aspetos relevantes nas obras de arquitectura dando-lhes a coerência necessária para serem valorizadas pelos experts desta arte, não é menos verdade que estas são dimensões muitas vezes ignoradas pelos seus usufruidores e pela sociedade em geral.

## **2. Architectural Summer School: Projectar em Tempos de Escassez 2014<sup>2</sup>**

### **2.1. Didática do Projecto de Arquitectura**

Tendo por base o enquadramento teórico anteriormente apresentado, a metodologia utilizada na prática de projecto nesta experiência de ensino pretende confrontar os estudantes com a prática profissional a partir de 3 objetivos centrais: 1. Desenvolver a capacidade de descrição, análise e interpretação de um território urbano tendo como finalidade, por um lado, a identificação dos elementos fundamentais do território e, por outro, a descoberta de locais que, pelo seu estado de degradação, podem ser objecto de intervenção. 2. Aprofundar o conhecimento da cultura do território e da cidade de forma integrada, nas dimensões física, geográfica, patrimonial, económica e social, através da documentação disponível, mas também da observação directa, do registo em papel, do contacto com diferentes agentes locais e com a população. 3. Integrar as componentes específicas do território de modo a conceber propostas que sintetizem as diferentes componentes que o integram.

Esta primeira experiência na *Summer School* traduzida num curso de curta duração, não permitiu aprofundar as propostas realizadas pelos estudantes. O seu principal objectivo foi o de aproximar a arquitectura do exercício da cidadania a partir de diferentes actividades no terreno que permitiam adivinhar futuros desenvolvimentos e processos de revitalização e de regeneração urbanas.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Ver "Descrição Detalhada"; "Análise Crítica"; "Implicações para a Investigação" em Madeira da Silva (2016).

<sup>3</sup> A este propósito ver projecto do FAS, Fundo de Arquitectura Social "Aqui podia..." in <http://fundoarquitecturasocial.pt/> (acedido em 2015/03/04).





Figura 2. Colina do Castelo de São Jorge - ruínas no Pátio Dom Fradique, Lisboa, Portugal. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2014)



Figura 3. Colina do Castelo de São Jorge - parte do "jardim-paisagem" do Castelo de S. Jorge, actualmente ocupada com automóveis estacionados e sacos com lixo. (Fonte: Fotografia: T. Madeira da Silva, 2014)

As intervenções dos estudantes centraram-se em locais degradados e devolutos, mas com potencial para a instalação de programas direccionados à sua revitalização. Alguns exemplos são: as ruínas no Pátio Dom Fradique (Fig.2); o Largo de Santa Cruz do Castelo e o edifício confinante em pré-ruínas; parte do "jardim-paisagem" inserido no conjunto do Castelo, com espécies autóctones da floresta portuguesa – como os sobreiros e pinheiros-mansos –, funcionando na altura como estacionamento automóvel e depósito de lixo (Fig.3); os terrenos expectantes adjacentes ao caminho da ronda; o Pátio da Pascácia na rua de Santa Cruz do Castelo; o lavadouro comunitário junto à Rua do Recolhimento; entre outros.

Em termos metodológicos, o ponto de partida formulado pelas equipas do ISCTE-IUL e da TUD foi, como já referido, desenvolver outras práticas pedagógicas de modo a adaptá-las às novas circunstâncias que a profissão e o ensino da arquitetura atravessam.

Assim, quatro premissas constituíram potenciais fatores de mobilização e de atuação para o resultado que se pretendia: 1) o desenvolvimento do trabalho no lugar, numa relação de proximidade e de permanente diálogo com a população local e com o sítio, potenciando uma maior reflexividade sobre as práticas (Giddens, 1989; 2006; Schön, 1983); 2) a intensidade de trabalho dadas as limitações temporais da Summer School – o mesmo é dizer, do curto espaço de tempo disponível para a realização das propostas –, com alguma energia resultante de alguma pressão; 3) o estímulo à criatividade e ao desenvolvimento de estratégias potenciadoras do desenvolvimento social local a partir da investigação e do conhecimento do contexto (Von Seggern et al., 2008; Sieverts, 2003); 4) a possibilidade de criar equipas multidisciplinares e internacionais, com professores e estudantes das duas Universidades e agentes locais, de modo a construir um projecto colectivo a partir de diferentes intervenientes<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Colaboraram nesta Summer School vários tutores professores, estudantes e agentes locais: Professores da TUD: Anett Joppien (coord.); Sascha Luippold (Prof.); Matthias Schoenau; Wolfgang Hinkfoth; Albert Dietz. Professores do ISCTE-IUL: Teresa Madeira da Silva (Prof. coord.); Rosália Guerreiro (Prof.) Pedro Pinto (Prof.); Estudantes de Doutoramento e Mestrado e investigadores do DINÂMIA/CET-IUL: Marianna Monte (PhD stud.), Ana Ferreira (M. stud.) Arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa: Rogério Gonçalves (Arq. Unidade de Coord. Territorial); Rosário Salema (Arq. Direção Municipal do Ambiente Urbano); Arquitectas do Fundo de Arquitetura Social: Raquel Melo Morais; Patrícia Chorão Ramalho (Arqs.); Assessor da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior: José de Melo Carvalheira (Arq.), 10 estudantes do ISCTE-IUL e 16 estudantes da TU Darmstadt. (Madeira da Silva, 2016).



Figura 4. Antiga Casa do Governador, Bairro do Castelo, Lisboa. Desenvolvimento dos trabalhos na Summer School.  
(Fonte: Fotografia de Marianna Monte, Setembro de 2014)

Neste sentido, procurou-se que os estudantes se instalassem no terreno (Fig.4), em contacto direto com o sítio, com a população e com os agentes locais e, desse modo, abandonassem a sua habitual zona de conforto – a sala de aula onde, um pouco desligados da vivência quotidiana do bairro, da sua realidade social, económica e cultural, desenvolvem tradicionalmente os seus projectos de arquitectura.

No trabalho realizado pelos estudantes percebeu-se que as condicionantes actuais desta zona da cidade, tanto físicas como sociais e económicas, se mostraram essenciais na forma como se intervém no património existente. Deste modo, desde a escolha dos programas, que tiveram em conta as necessidades sentidas e o enquadramento das valências existentes na área de intervenção e áreas circundantes, até à problemática decorrente do enorme fluxo de turistas numa zona onde parte da população residente ainda vive em condições precárias, a percepção da realidade presente foi fundamental para equacionar todas as propostas.

A morfologia urbana ancestral e o acentuado declive do terreno constituem duas das mais interessantes características desta zona. Se, por um lado, a primeira característica lhe imprime um incontornável valor histórico, cultural e urbanístico, o que resulta na sua elevada capacidade de atracção turística, por outro, a segunda característica confere-lhe difíceis acessibilidades pedonais e viárias, criando uma enorme resistência não só para os visitantes mas também para os moradores, neste caso uma população maioritariamente envelhecida.

O Castelo de São Jorge abrange uma área urbana correspondente ao núcleo inicial da cidade. Esta área é composta pelo “núcleo do Castelo”, que foi a matriz fundacional do conjunto, e pela “Encosta da Sé”, que foi a primeira zona de crescimento da cidade. Ambas as formações são de traçado irregular, ou seja, compostas por quarteirões muito diversificados tanto em forma como em tamanho, formando lotes igualmente variáveis (SIPA, 2011).

Os conteúdos programáticos propostos aos estudantes tinham como premissas: 1) identificar locais específicos onde intervir, o que implica

percorrer e conhecer a cidade; 2) propor valências programáticas adequadas ao sítio escolhido a partir de quatro funções básicas: Habitar, Trabalhar, Trocar e Lazer; e, finalmente, 3) desenvolver propostas criativas que, de forma articulada, apontem para mudanças necessárias ao desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa e, ao mesmo tempo, contribuam para o debate de ideias sobre as problemáticas das cidades europeias contemporâneas, particularmente a problemática associada à intervenção nos centros históricos. Na *Summer School*, sob o tema *projetar em tempo de escassez*, pretendeu-se que os estudantes, em colaboração com os habitantes do bairro, valorizassem um conjunto de espaços da cidade abandonados. Pretendeu-se que os habitantes da cidade valorizassem os sítios onde moram, oferecer novas possibilidades de usos a esses mesmos espaços (Madeira da Silva, 2014) e proporcionar aos habitantes e visitantes novas leituras da cidade.

Dentro desta mesma linha programática na unidade curricular Arquitetura V do Mestrado Integrado em Arquitetura, os conteúdos associaram-se à realização de projectos de arquitetura, ancorando-se agora em temáticas mais abrangentes dentro das áreas da arquitetura e urbanismo com projectos com um grau de desenvolvimento maior. Assim, nesta segunda fase, as questões programáticas foram: 1) intervenções em áreas urbanas consolidadas; 2) criação de redes de espaço público equipado em articulação com o edificado; 3) reconversão de edifícios ou conjuntos existentes (devolutos ou degradados) através de programas a propor; 4) criação de novas valências que articulem a proteção do património ambiental com o desenvolvimento integrado do território.

Pretendeu-se que os estudantes desenvolvessem estratégias de reconversão urbanística, que considerassem não só fatores de ordem morfológica, mas também aspectos de carácter histórico, social e económico, e que aprofundassem e sustentassem as acções de projecto numa interpretação abrangente e crítica da realidade. Procurou-se ir mais além do horizonte de actuação habitual na academia, ou seja, que os estudantes não observassem os espaços como objetos isolados que necessitam somente de restauro ou reabilitação, mas pudessem definir e desenhar as valências programáticas a propor, explorando as potencialidades e as carências do

sítio de forma integrada com a população e os agentes locais, como já ensaiado na *Summer School*.

Em termos metodológicos, no decorrer do trabalho optou-se por várias estratégias de integração e articulação com outras áreas disciplinares e com os agentes locais cuja estreita relação se considera cada vez mais interessante e importante para o exercício disciplinar da arquitectura. Considerando o ensino da arquitectura, como indo além da realização do projecto para um edifício a partir de um programa pré-estabelecido, de um lugar pré-determinado e de uma panóplia de materiais disponíveis no mercado, a realização deste exercício pressupõe uma prática abrangente e integradora. Por um lado, as questões respeitantes à valorização do património ambiental e às diferentes opções de projecto nos centros históricos – restaurar, preservar, demolir, reconstruir, construir – foram consideradas no processo de projecto e nas metodologias a desenvolver. Por outro lado, as intervenções foram equacionadas também como respostas a necessidades sociais, envolvendo os estudantes na busca de soluções que não se limitavam a aspectos técnicos, e que apontavam para a redefinição do papel do arquitecto na sociedade onde intervém enquanto profissional, ultrapassando os limites da prática tradicional da arquitectura.

Não se pretende com esta experiência defender que os exercícios a realizar em meio académico devam simular a realidade da prática da arquitetura. Essa seria uma tarefa impossível, na medida em que a academia conta hoje com imposições e modelos aos quais é obrigada a responder, e que são pouco compatíveis com as exigências de um “tempo longo” que a realização da prática de projecto de arquitectura requer. O que se pretendeu foi, sobretudo, levantar questões dentro da área disciplinar da arquitectura através de uma nova maneira de olhar e atuar na realização do projecto, acompanhado pelo olhar crítico de outras áreas disciplinares e de outros agentes. Foram assim explorados outros domínios, suscitados em particular pela presença de outros agentes e pelas suas exigências/sugestões práticas e pragmáticas, permitindo aos estudantes experienciar a abertura do arquitecto aos contextos socio-territoriais onde intervém.

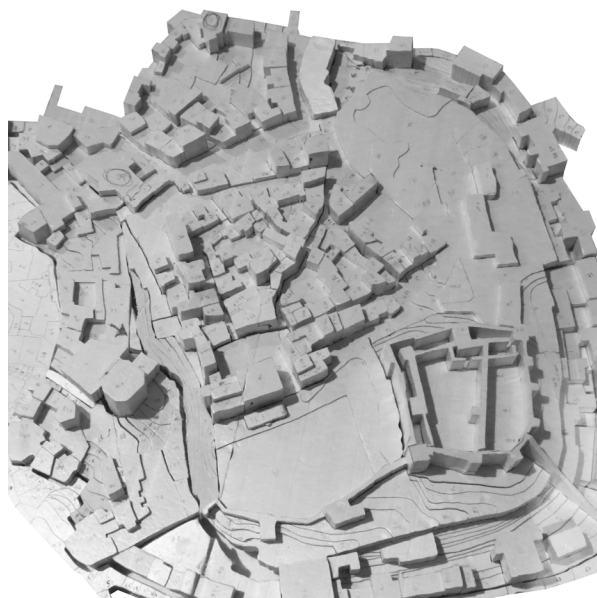


Figura 5. Maqueta do Bairro do Castelo, Lisboa. Realizada pelos estudantes: Daniela Rosa, David Carvalho, João Machado e João Tereso, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2015)



Figura 6. Planta do núcleo do Castelo, Lisboa com a indicação do eixo estruturador (assinalado a laranja) e os espaços urbanos importantes (assinalados a verde). Planta realizada pelos estudantes na Summer School: Projetar em Tempo de Escassez. Fonte: (Fotografia de T. Madeira da Silva, 2014)

## 2.2. Resultados da Experiência Pedagógica

De acordo com o que foi apresentado e tendo como pano de fundo o cruzamento da prática do projecto com o enfoque oferecido pelas práticas emergentes, os estudantes identificaram problemas, tanto a nível da morfologia do território e da arquitectura, como problemas sociais e urbanos característicos de muitos dos actuais centros históricos das cidades e apuraram que, a partir de pequenas mudanças, se podem implementar soluções transformadoras.

Assim, numa primeira fase, foi feita uma análise/diagnóstico a partir da observação da realidade existente e, em seguida, foram lançadas propostas de intervenção.

Análise/Diagnóstico: Do que nos foi dado observar o “núcleo do Castelo”, o território que nos interessa por ter sido escolhido para o trabalho na Summer School e da UC Arquitetura V (Fig.5), divide-se em duas zonas: uma zona habitacional e uma zona de lazer.

Nesta, evidenciam-se os espaços verdes arborizados, nomeadamente, os jardins e miradouros, com destaque para a Praça de Armas (com a estátua de D. Afonso Henriques), a zona arqueológica, junto ao castelejo, a esplanada junto ao Museu e ao espaço de exposições, a sala de reuniões/recepções (antiga Casa do Governador) e as lojas temáticas para os visitantes (SIPA, 2011).

O núcleo habitacional (Fig.6) é estruturado por um eixo fundamental, a Rua de Santa Cruz (assinalada a laranja na Fig.6); pelo Largo de Santa Cruz do Castelo, adjacente ao eixo (assinalado a verde junto à igreja de Santa Cruz); e por mais dois espaços urbanos – o miradouro junto ao beco do recolhimento, a sul, e um outro junto à rua das cozinhas, a norte (assinalados igualmente a verde). A única entrada é feita pelo largo do Chão da Feira que é igualmente estruturante, uma vez que liga as principais portas das muralhas ao centro religioso, nomeadamente, à igreja de Santa Cruz no Largo com o mesmo nome. As vias que formam este núcleo, algumas delas travessas e becos, apresentam, na generalidade, declives acentuados, o que determina, frequentemente, o seu desenvolvimento em escada.

Na zona habitacional do bairro do Castelo, os lotes são irregulares e, predominantemente, estreitos e de pequenas dimensões. Verifica-se com alguma frequência a existência de lotes só com uma frente, ou com uma frente e um muro de suporte, resultante do declive do terreno e da implantação em socacos. Os tipos arquitectónicos dominantes são a casa unifamiliar e plurifamiliar, tendencialmente estreita, destacando-se a presença da tipologia pátio.

Predominam os edifícios de dois e três pisos, com vãos com cantaria, revestimento de pintura e telha de canudo e sem elementos decorativos de destaque. Dentro do bairro do Castelo podemos identificar uma população residente com diferentes condições sócio-económicas, desde moradores que vivem situações de algum empobrecimento até moradores com um elevado nível económico a residir em casas de luxo.

No contexto das novas dinâmicas do município, a Câmara Municipal de Lisboa reequacionou a acessibilidade entre a parte baixa da cidade e a colina do Castelo, “apostando na promoção dos modos suaves, na difusão de uma mobilidade inclusiva e na motivação do uso dos transportes públicos em detrimento dos transportes individuais” (Atelier Bugio, 2009). Em 2000 e 2009, dois projectos de ligação via elevador entre o Castelo e a Baixa foram criados pela Câmara Municipal – um elevador que liga a rua dos Fanqueiros à rua da Madalena e tem uma saída para o Largo Adelino Amaro da Costa, e outro que se encontra no Mercado do Chão do Loureiro e liga, através de uma ponte, à rua Costa do Castelo.

Segundo o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (cf. Gouveia et al., 2013), o Castelo de S. Jorge é o monumento nacional que apresenta um maior número de visitantes. Em 2011, registaram-se mais de 1 milhão de visitas, o que equivale a uma frequência média diária de 2.716 visitantes, sendo 90% dos mesmos estrangeiros. Estima-se que 43% dos turistas que visitam Lisboa se deslocam ao Castelo, sendo também de destacar o facto de a zona Alfama/ Castelo/ Mouraria ser o destino de 58,3% dos passageiros internacionais de cruzeiro. A entrada no núcleo do Castelo é gratuita para os moradores do concelho de Lisboa e custa 8,5 euros para os restantes visitantes.

Apesar da grande afluência de pessoas ao Castelo, a entrada faz-se por uma única porta, a Porta S. Jorge/ D. Maria II no Chão da Feira, encontrando-se todas as outras portas encerradas ao público ou com acessos condicionados<sup>5</sup>. Assim, o caminho que circunda as muralhas do Castelo está limitado ao público na zona norte do mesmo, impossibilitando percorrer-se o caminho da ronda na sua totalidade e usufruir da vista sobre a cidade de Lisboa em todas as direcções. Relativamente ao acesso automóvel e ao estacionamento existem muitas condicionantes pelo facto de as ruas serem muitas estreitas e de não existir espaço livre para a criação de estacionamento.

As observações mais importantes estão documentadas, nomeadamente nas estatísticas e *media*: o envelhecimento dos habitantes do bairro e a quase inexistência de jovens residentes assim como o excesso de turistas foram as realidades mais impactantes com que fomos confrontados. O aumento de actividades destinadas aos turistas e a extinção de práticas ligadas ao comércio de bairro e às actividades oficiais e artesanais foram outros aspectos identificados. Por outro lado, dada a dificuldade em aceder ao Castelo pedonalmente, verificou-se a existência de um excesso de veículos motorizados, autocarros, táxis, tuc-tucs, etc., criando um caos nas vias de circulação. A compra de bilhetes para entrar no Castelo, num único ponto, junto à entrada, acrescenta ainda desordem e dificuldade na acessibilidade, gerando um movimento desadequado face à dimensão das ruas do bairro. Segundo Joana Gorjão Henriques (2014),

O Castelo de São Jorge é o lugar mais visitado por turistas: foram em média cinco mil visitantes diários entre 1 e 7 de Agosto – receberam quase 700 mil nos primeiros sete meses, uma subida de mais de 20% relativamente ao mesmo período de 2013, ano que terminou com mais de um milhão. A fila à porta da bilheteira faz caracol, e é assim todos os dias, descreve uma das vizinhas. (Henriques, 2014).

<sup>5</sup> Segundo dados retirados da Planta parcial de Lisboa - escala 1/500 produzida pelo FAS (Fundo de Arquitetura Social). Existem mais 5 entradas para o Castelo todas fechadas ou com acesso condicionado, são elas: a Porta D. Fradique (que se encontra fechada), a Porta de São Tomé (que é uma entrada de serviço), a Porta do Espírito Santo que também se encontra fechada (abrindo para eventos especiais EGEC Castelo), a Porta das Armas (antigo quartel) acessível através da apresentação de bilhete, existindo ainda a norte/poente uma entrada de serviço (viária e pedonal), restrita à EGEC.



Figura 7. Planta Síntese de Análise – área de Intervenção. Núcleo do Castelo, Lisboa. Planta realizada por Beatriz Fernandez, Pedro Gomes, Emanuel Gomes, Flávia Oliveira e Filipa Valente, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2015)



Figura 8. Planta da Proposta – escala do bairro. Núcleo do Castelo, Lisboa. Planta realizada por Beatriz Fernandez, Pedro Gomes, Emanuel Gomes, Flávia Oliveira e Filipa Valente, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2015)

A falta de estacionamento no bairro, assim como a ocupação de zonas verdes e espaços públicos com automóveis e a existência de vários acessos sem saída são mais um conjunto de problemas detetados.

Propostas de intervenção: Os resultados obtidos, para além de revelarem interesse por indiciarem potenciais estratégias criativas, igualmente revelaram uma arquitectura contextual onde, sem utilizar o recurso à cópia superficial, nem à analogia direta, se procurou estabelecer uma relação com o contexto mediante a construção de ligações simbólicas com a envolvente e com critérios decorrentes das características do lugar (topografia, vistas, orientação solar, ou a escala do lugar). Neste sentido, encontraram-se propostas que não passam directamente pela construção de edifícios, mas pela busca de soluções capazes de reconfigurar relações sócio-espaciais; e, a par destas, também foram avançadas propostas associadas a intervenções em edifícios, onde construir, restaurar, recuperar revelam a marca do nosso tempo.

Em termos metodológicos, os conteúdos programáticos concretizaram-se a partir de duas linhas de actuação: a primeira, através da identificação dos elementos fundamentais do território, interpretando e representando o objeto de estudo atendendo às especificidades do território como a morfologia, a tipologia, a implantação do edificado, a população e os usos pré-existentes (Fig.7); a segunda, a partir do diálogo com os agentes locais e população residente, de modo a complementar o entendimento de como se organiza a vida no bairro.

Segundo Sieverts (2003), a “adoração” pelos centros históricos, pela sua imagem, distorce não só a nossa visão sobre os subúrbios e as periferias da cidade – os espaços entre a cidade compacta e o campo, por si designados como “Zwischenstadt” – mas também sobre a realidade actual dos próprios centros (id.: 18). De acordo com o autor, se focarmos o nosso olhar nos seus interiores, ao invés de nos fixarmos unicamente nas suas fachadas, apercebemo-nos de que os centros históricos se estão a tornar, cada vez mais, nos “centros comerciais” da periferia. *“This means that the Old City, by selling bourgeois culture, has been more and more deprived of day-to-day features of living, handicrafts and trade as well as the special, the striking and the one-off character which it once had.”* (id.: ibid.).



Figura 9. Ruínas junto a o Pátio Dom Fradique. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, Setembro 2014)

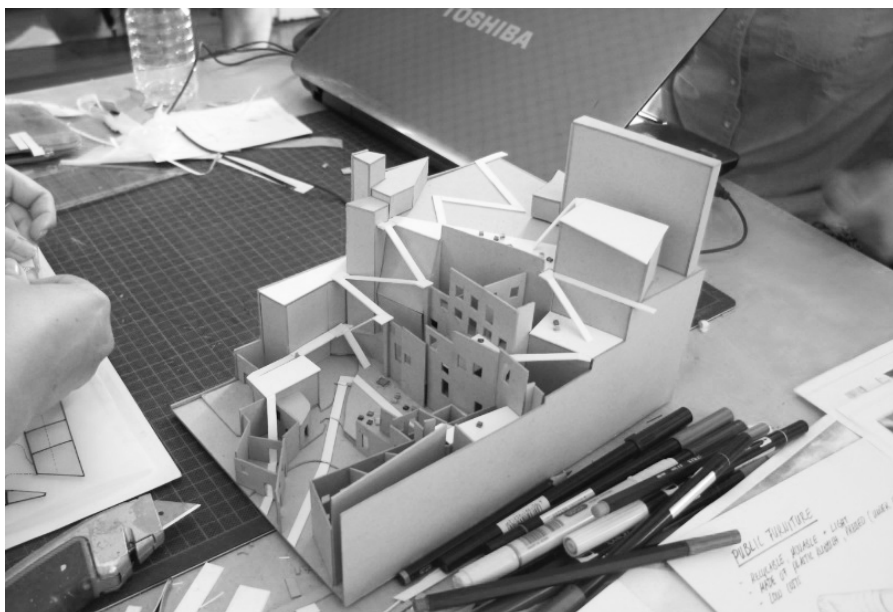


Figura 10. Proposta de um percurso alternativo para a colina do Castelo. Maqueta realizada pelos alunos na Summer School: Projetar em Tempo de Escassez, – Grupo 4. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, Setembro 2014)

Esta perda da estrutura identitária da cidade histórica é a razão que justifica o argumento do autor de que a sua “adoração” vai inevitavelmente conduzi-la à destruição. Em alternativa à sua sobrecarga com “supostas” funções urbanas (na realidade, quase exclusivamente comerciais), o autor defende o fortalecimento do seu uso residencial. Ao mesmo tempo, considera que a resolução desta pressão funcional não passa apenas pela elaboração de soluções à escala local, mas antes por uma visão mais alargada da problemática em questão.

*Furthermore, new urban places with ‘city center’ functions should be created at other places in the city region in order to reduce the pressure on the historical core. These places represent an opportunity for the Zwischenstadt to develop its independence from the centre of the Old City (id.: ibid.).*

Pensar e intervir nos centros históricos passa assim, no entender de Sieverts (2003), pelo reconhecimento e aceitação da cidade como um todo (id.: ibid.). Na linha deste pensamento, foram configuradas, no âmbito da Summer School, várias propostas tendo em atenção o risco para a cidade da “turistificação” acentuada da colina do Castelo. O foco principal assentou na ideia de que uma cidade exclusivamente orientada para o turismo “reduz a complexidade da vida urbana, promove a privatização do património arquitetónico para fazer hotéis, o deslocamento do comércio tradicional e da população e leva ao abandono das zonas não turísticas da cidade” (Henriques, 2014). Tornou-se claro que, se a zona do Castelo se tornar demasiado turística e, conseqüentemente, economicamente incomportável para a população residente, esvaziar-se-á a identidade do local e, com isso, deixará de existir uma cultura autêntica que é o principal foco de atração turística, criando-se assim um paradoxo: o que atrai o turismo deixa de existir pelo crescimento do próprio turismo.

As propostas apresentadas pelos alunos foram várias. Primeiro, propostas de acesso ao Castelo, no sentido de reduzir a concentração de pessoas na zona de entrada: criação de mais pontos de venda de bilhetes por meio do aproveitamento de estruturas semelhantes já existentes na cidade, como as bilheteiras do metro e dos elevadores públicos, ou os pontos de apoio aos

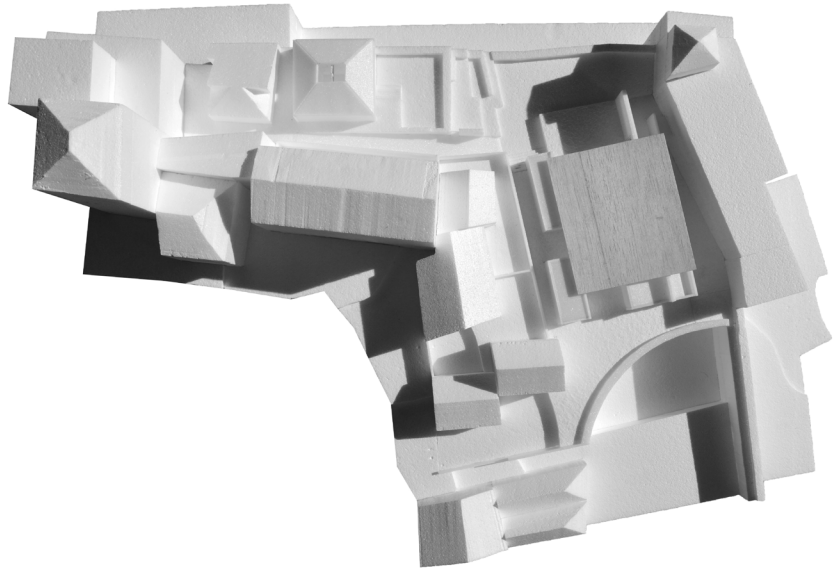


Figura 11. Maqueta da Proposta – Espaço polivalente. Maqueta realizada por David Carvalho, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL. (Fonte: Fotografia de David Carvalho, 2015)

turistas; passagem pela abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas ou com acesso condicionado, beneficiando o funcionamento de todo o conjunto; ou até propostas de limitação das entradas “impondo aos não residentes a obrigação de adquirir um passe de ingresso ou uma reserva...” (Guerreiro, 2010).

Depois propostas relativas à mobilidade e circulação no bairro. Abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas, possibilitando a livre circulação tanto no caminho da ronda como no interior do bairro e permitindo que o tráfego fluísse de modo mais equilibrado (Fig.8). Também a criação de um novo percurso junto às ruínas do Pátio D. Fradique permitia uma nova permeabilidade nesta zona do Castelo onde a acessibilidade, devido à forte inclinação do terreno, é bastante dificultada (Figs.9 e 10). A nível do edificado, as propostas apresentadas desenvolveram-se em torno de equipamentos de apoio aos moradores. Entre elas destacam-se:

um espaço polivalente (...) capaz de responder às diferentes actividades e eventos locais, tais como: festas populares, almoços, música ao vivo, ensaios das marchas, palestras, entre outros, desenvolvido a partir de um espaço (...) coberto, com cozinha comunitária, instalações sanitárias públicas, sala de arrumos, e no edifício do lavadouro, um café com esplanada numa zona comum aos dois espaços (Carvalho, 2015) (Fig.11);

e ainda,

um mercado para o Bairro do Castelo de S. Jorge, num local com ligação à muralha onde se encontram edificações devolutas. (...) que cria um acesso directo entre a Rua do Recolhimento e a Rua do Chão da Feira, reinterpretando a porta de Santa Maria da Alcáçova, que se encontra inactiva, e resolvendo o desnível das duas ruas, através de uma rampa que serve o próprio programa.” (Gomes, 2015).



Figura 12. . Fotomontagem da Proposta – Mercado. Projecto desenvolvido pelo estudante Pedro Gomes, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL. (Fonte: Fotomontagem de Pedro Gomes, 2015)



## Reflexões Finais

A experiência pedagógica aqui apresentada permite avançar algumas conclusões ao nível da aprendizagem, do ensino e da prática profissional da arquitectura. Esta experiência proporcionou uma reflexão conjunta acerca de questões actuais relacionadas com os centros históricos das cidades, neste caso, o bairro do Castelo. Várias foram as questões levantadas ao longo da *Summer School* e do trabalho desenvolvido na UC Arquitectura V (2014/15). Como tratar núcleos antigos degradados, mas muito desejados, onde coexiste um excessivo fluxo de turistas, uma rede de acessibilidades deficitária e a uma população residente envelhecida que tende, como tal, a diminuir gradualmente? Como salvaguardar a população residente em contraciclo com as mais-valias que o turismo pode trazer aos centros históricos? Como manter a autenticidade do bairro do Castelo apesar do excesso de novos empreendimentos hoteleiros que aparecem nos bairros envolventes? Como manter a população residente com a concorrência dos “novos alojamentos locais?” (Ribeiro, 2014)<sup>6</sup> Como manter o equilíbrio entre comércio local/tradicional e o comércio orientado para o turismo? Qual o papel dos turistas na regeneração dos bairros tradicionais?

Ao observar-se algumas das operações propostas, torna-se perceptível o entendimento que os estudantes fizeram dos edifícios e dos lugares pré-existentes. As intervenções que propuseram colocaram-nos numa posição crítica em relação à realidade encontrada, explorando soluções que não passam directamente pela construção mas pela descoberta de oportunidades negociáveis a partir das condições existentes, na linha do conceito de *Spatial Agency* (Awan et al., 2011).

Assim, a questão entre a forma física, o património e as necessidades de ordem social, a redefinição de áreas históricas onde a recuperação dos edifícios é entendida não como um simples problema de cenografia, de restauro ou de reabilitação (em sentido restrito) mas aliada às necessidades da população ou associada a programas de promoção de novos usos/ fortalecimento de usos existentes (Sieverts, 2003), foram as problemáticas

---

<sup>6</sup> Novos alojamentos locais - designação criada, em 2007, para dar cobertura legal às antigas pensões, residenciais, albergarias e hostels – que aumentaram exponencialmente com a crise no mercado da habitação” (Ribeiro, 2014).

levantadas no decorrer destas duas experiências de ensino.

A experiência realizada no Castelo foi o lugar privilegiado para integrar o pensamento com a experiência, gratificante para um estudante de arquitectura, que é projetar habitando o lugar, dialogando com as comunidades locais e integrando equipas internacionais. O contacto com as comunidades, com as suas histórias e culturas, possibilitou ver como o mundo pode ser plural e as vivências múltiplas e diferenciadas (Ribeiro, 2011). Perceber no local o ritmo e o modo de vida da população residente e dos visitantes (turistas) a diferentes horas do dia, permitiu aos estudantes compreender melhor as potencialidades do local e as necessidades da comunidade, de modo a conseguir que as suas propostas se adequassem às necessidades de uns e de outros. Perceber, no terreno, modos de vida distintos possibilitou abordagens inovadoras, não a partir de certezas pré-estabelecidas, mas a partir do questionamento e do cruzamento de diferentes mundos.

No momento em que a prática profissional de arquitectura se afasta cada vez mais do ciclo tradicional desenvolvido em *atelier* e em que se verifica um desajustamento entre ensino da arquitectura e condições atuais do mercado de trabalho, não só no que respeita à qualidade das solicitações que esperam os futuros profissionais – tipos de “encomenda” –, mas também à retracção da procura que obriga a uma maior proactividade do arquitecto na proposta de novos modos de intervenção e na definição das respetivas estratégias, a *Summer School* veio trazer a possibilidade de desenvolver uma experiência singular na Academia, ensaiando a adequação das práticas pedagógicas a estas novas circunstâncias. Tendo como pretexto a zona do Castelo e os seus espaços devolutos ou abandonados, pretendeu-se que a aprendizagem da arquitectura fosse feita através da reflexão crítica, exploração e experimentação, na linha do pensamento de Giddens (1989; 2006) e Schön (1983).

Sendo a aprendizagem do projecto um processo cumulativo, o objectivo desta experiência de ensino foi abrir a formação do conhecimento em arquitectura à sensibilidade perceptiva e à ideia de cidade e de arquitectura como uma teia complexa de práticas. Através destes exercícios, a ideia de

arquitetura salta do domínio predominantemente formal para se enquadrar na compreensão das diferentes componentes de vida dos lugares. Não se pretende com isto afastar o ensino da arquitetura dos processos de produção relacionados com o espaço construído e com as questões estéticas, mas abrir o projecto à complexidade do sistema de relações implícitos no campo onde se movimenta a arquitetura, colocando em cima da mesa ingredientes pouco habituais no ensino académico. Apesar disso, como referimos, as “práticas emergentes”, tendo um carácter negocial subjacente, não se realizam em exercícios académicos que decorrem num tempo demasiado curto.

Pretende-se com este tipo de experiências desencadear processos de descoberta e de invenção, mais do que chegar a produtos concluídos e aparentemente bem acabados; e que o trabalho desenvolvido ultrapasse a investigação associada ao espaço e às suas três dimensões, restrito, portanto, às questões formais da arquitetura, para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares. Podemos dizer que as abordagens que fazemos surgem da contingência do tempo, do lugar, dos fins a que se propõe e de um conjunto de requisitos construtivos, (que não são um fim, mas um meio) que se combinam através das escolhas dos seus autores e se fundam em experiências mais do que em certezas.

As propostas de intervenção apresentadas pelos estudantes, mesmo que resultando na modificação do lugar, possibilitam transferir para o futuro os valores dos lugares e da arquitetura do passado. Verificou-se que, com proposta de intervenções mínimas, por vezes decorrentes de questões organizativas e de funcionamento, se pode acrescentar um novo significado aos lugares e, ao mesmo tempo, preservar a memória das atividades e dos edifícios que tiveram presença marcante na vida desses lugares. Assim, atestou-se que os estudantes propuseram soluções que se identificavam com a realidade local mas que, ao mesmo tempo, se abriam ao exterior, sem contudo esquecer a população residente.

Das propostas elaboradas pelos estudantes e dos debates havidos decorrem ainda algumas reflexões sobre o problema da “turistificação” dos bairros históricos da cidade.

Se atualmente o turismo tem uma importância estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade de gerar riqueza e emprego, tendo vantagens competitivas claras (MEI, 2007), os seus efeitos para a população residente no Castelo não se reconhecem como positivos.

Assim, se é certo que o reforço das acessibilidades ao Castelo constitui uma mais valia para os turistas e também para a população residente, não é menos verdade que é fundamental actuar ao nível do apoio aos residentes. Mais do que desenvolver “a utilização de elementos culturais portugueses para animação, a promoção de elementos da cultura portuguesa como parte integrante dos produtos turísticos e a promoção da vocação marítima de Portugal como elemento diferenciador” (MAI, 2007: 96) ou “reforçar o conceito da riqueza da gastronomia portuguesa pela criação de pratos de referência” (MAI, 2007: 98), pensamos ser necessário assegurar o bem-estar dos habitantes de cada região, promovendo a coerência entre o desenvolvimento de projectos de índole turística e o desenvolvimento da qualidade de vida dos residentes.

## Bibliografia

AAVV (2013), **BA – Boletim Arquitectos** – Ensino/Formação, coração, cabeça, estômago, 232, Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

ATELIER BUGIO (2009), **Plano de Acessibilidades suaves e assistidas à Colina do Castelo** - Candidatura QREN – Mobilidade Territorial, Lisboa: Textype – Artes Gráficas, Lda. Disponível em: [http://www.atelierbugio.com/box2/uploads/press\\_release\\_\\_plano\\_geral\\_acessibilidades\\_Castelo.pdf](http://www.atelierbugio.com/box2/uploads/press_release__plano_geral_acessibilidades_Castelo.pdf)

AWAN, Nishat, Tatjana Schneider e Jeremy Till (2011), **Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture**, New York: Routledge.

BANDEIRINHA, José António (2007), **O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974**, Coimbra: Imprensa da Universidade.

BAPTISTA, Luís Santiago (2011), “**geração z #3: Qual a responsabilidade da novíssima geração da arquitectura portuguesa?**”, Revista arqa – Arquitectura e Arte, 98/99, p.8-9.

BAPTISTA, Luís Santiago (2012), “**Guimarães 2012: Arte e Arquitectura. Práticas espaciais para um contexto territorial em mutação**”, Revista arqa – Arquitectura e Arte, 104, p.20-21.

BAPTISTA, Luís Santiago (2014), “**práticas-emergentes.pt. Jovens arquitetos portugueses em tempos de crise**”, Revista arqa – Arquitectura e Arte, 114, p.20-21.

BOUMAN, Ole (2007), “**Unsolicited, or: The New Autonomy of Architecture**”, Volume, (Online), 14. Disponível em: <http://volumeproject.org/unsolicited-or-the-new-autonomy-of-architecture/>

BRANDÃO, Pedro (2006), **O arquitecto e outras imperfeições: ética, identidade e prospectiva da profissão**, Lisboa: Livros Horizonte.

BUNSCHOTEN, Raoul (2003), “**The architect as Curator**”, in Jennifer Sigler (ed.), One Hundred and Nine Provisional Attempts to Address Six Simple and Hard Questions about what Architects Do Today and where Their Profession Might Go Tomorrow, Rotterdam: The Berlage Institute (hunch, 6/7), p.120-122.

CABRAL, Manuel Villaverde e Vera Borges (2006), **Relatório Profissão: Arquitecto/a**, Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

CALADO, Maria (2003), **A cultura arquitetónica em Portugal, 1880-1920 - Tradição e Inovação**, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa.

CARLO, Giancarlo de (1980; 2010), “**Arquitectura da Participação**”, in José Manuel Rodrigues (orgs.), Teoria e crítica de Arquitectura: século XX, Casal de Cambra: Ordem dos Arquitectos/Caleidoscópio, p.753-758.

CARVALHO, David (2015), **Texto explicativo do trabalho de Projeto desenvolvido na UC Arquitectura V**, pelo estudante David Carvalho, Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL (2014/15).

FARIA, Nuno (2014), **Escola do Porto: Lado B, 1968-1978 (Uma História Oral)**, Guimarães: A Oficina, CIPRL.

FERREIRA, Ana Catarina (2014), **As Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitectos: Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial? Estudo de caso na Cova do Vapor**, Dissertação de mestrado em Estudos Urbanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

FERREIRA, Vítor Matias (1975), **Movimentos sociais urbanos e intervenção política: a intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa**, Porto: Edições Afrontamento.

FIGUEIRA, Jorge (2002), **Escola do Porto: um mapa crítico**, Coimbra: DARQ – FCTUC.

GEORGE, Frederico (1964), **Considerações sobre o ensino da arquitectura**, Lisboa: Minerva.

GIDDENS, Anthony (1989; 2006), **Sociology**, Cambridge: Polity Press.

GOMES, Pedro Gomes (2014), **Texto explicativo do trabalho desenvolvido na UC Arquitectura V** pelo estudante Pedro Gomes, Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL (2014/15).

GOUVEIA, Pedro Homem de, Pedro Alves Nave e Jorge Falcato Simões (coords.) (2013), **Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa**, Vol. 3, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Mobilidade/Modos\\_Suaves/Acessibilidade\\_Pedonal/Documentos/Plano\\_de\\_Acessibilidades/Plano\\_Acessibilidade\\_Vol\\_3\\_Equipamentos\\_V9DEZ2013.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Mobilidade/Modos_Suaves/Acessibilidade_Pedonal/Documentos/Plano_de_Acessibilidades/Plano_Acessibilidade_Vol_3_Equipamentos_V9DEZ2013.pdf)

GRAÇA DIAS, Manuel (2001), “**O País dos Professores**”, J-A, 201, p.3.

GRANDE, Nuno (2012), **O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GUERREIRO, António (2010), “**Veneza entre o esplendor e a ruína**”, Expresso, (Online) Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/cultura/ocio/veneza-entre-o-esplendor-e-a-ruina=f566060>.

HENRIQUES, Joana Gorjão (2014), “**A Turistificação de Lisboa ainda pode crescer**”, Jornal Público, (Online). Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/noticia/a-turistificacao-de-lisboa-e-porto-ainda-pode-crescer-1668034>.

LEFEBVRE, Henri (1974; 1991), **The Production of Space**, Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.

MAI - Ministério da Economia e da Inovação (2007), **Plano Estratégico Nacional do Turismo. Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal**, Lisboa: Turismo de Portugal, ip. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf>

MADEIRA DA SILVA, Teresa (coord.) (2014), **FUC, Ficha de Unidade Curricular, Seminário de especialização. Projetar em Tempo de escassez – Usos Temporários em espaços devolutos**, Lisboa: ISCTE-IUL - Mestrado Integrado em Arquitectura, 2014/2015. Disponível em: <https://fenix.iscte.pt>. Acesso: 29/11/2014.

MADEIRA DA SILVA, Teresa (2016), “Seminário de Especialização (Curso de Verão)”, in S.F. Bernardes e S.F. Carvalhosa (eds.), Manual de Práticas Pedagógicas de Integração da Investigação no Ensino Superior, Lisboa: ISCTE-IUL, p.124-131.

MIESSEN, Markus (2010), *The Nightmare of Participation*, Berlin: Sternberg Press.

MONIZ, Gonçalo Canto (2011), *O Ensino Moderno da Arquitetura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Departamento de Arquitetura - Faculdade de Ciências e Tecnologias - Universidade de Coimbra.

MOREIRA, Inês (2010), “Mapa de Jovens Práticas Espaciais”, Revista arquitectura 21, 11, p.20-25.

OLIVEIRA, Paula de e Francesco Marconi (1978), *Política y proyecto: una experiencia de base en Portugal*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

PAULINO, Raquel (2014), *O Ensino da Arquitetura na Escola do Porto: Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Arquitetura - Universidade do Porto.

PINTO, Pedro (2014), “Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna”, Revista Lusófona de Arquitetura e Educação, 11, p. 532-557.

PORTAS, Nuno (1965), “As Ciências Humanas na renovação da formação do Arquitecto”, *Análise Social*, 3, (12), p.517-525.

PORTAS, Nuno (1986), “O Processo SAAL, entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, p. 635-644.

RAVARA, Pedro Belo, Patrícia Caldeira e Paula Santos (2013), “Resultados do Inquérito/Sondagem à prática profissional”, Lisboa: Ordem dos Arquitectos (Grupo de Trabalho Serviços e Honorários/Pelouro da Profissão). Disponível em: <http://www.arquitectos.pt/?no=2020494224,154>

RIBEIRO, António Pinto (2011), *Questões Permanentes*, Lisboa: Cotovia.

RIBEIRO, Fernanda (2014), “Lisboa em Risco de ser um ‘gueto de turismo’”, *O Corvo - Sítio de Lisboa*, (Online). Disponível em <http://ocorvo.pt/2014/03/27/lisboa-em-risco-de-ser-um-gueto-de-turismo>

SANTANA, Tiago (2010), *A Prática Não-Solicitada do Arquitecto*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra.

SCHON, Donald (1983), *The reflective Practitioner*, USA: Basic Books.

SIEVERTS, Thomas (2003), *Cities without cities*, London: Spon Press.

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (2011), “Castelo e Encosta da Sé, Portugal, Lisboa, Santa Maria Maior”, (Online). Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26218](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26218)

SILVA, Leonor (2011), *Cultura Arquitetónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa.

VON SEGGERNS, Hille, Julia Werner e Lucia Grosse-Bachle (2008), *Creating Knowledge*, Berlin: Jovis Verlag.

# 4

2009

## **Um Modelo Teórico de Interpretação do Lugar Arquitetónico como Modo de Investigação Projetual - Uma Leitura Hermenêutica**

A theoretical model of interpretation of the architectural place as way of investigation projectual - a reading hermeneutic

IV PROJECTAR 2009 Projeto como Investigação: Antologia. (org. ZEIN, Ruth Verde). São Paulo: Editora Alter Market.



Bairro Liberdade/Serafina. Lisboa. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2015)

## Resumo

Esta comunicação trata da leitura do lugar arquitectónico<sup>1</sup>, como modo de investigação projectual através de um modelo teórico de interpretação, desenvolvido a partir de dois campos disciplinares: o da filosofia e o da arquitectura. Num primeiro momento, este trabalho procura clarificar e aprofundar o significado do conceito de lugar arquitectónico. Em seguida, procura ampliar o tipo de leituras até agora avançadas na vertente prática do campo disciplinar da arquitectura propondo uma ferramenta útil para o arquitecto enquanto projectista, com base no domínio conceptual da hermenêutica<sup>2</sup> contemporânea nas figuras de Gadamer e Ricoeur. Uma vez que as leituras mais comuns das obras e dos lugares arquitectónicos se centram na análise e descrição formal (por vezes através da decomposição em partes dos edifícios geradores desses lugares), propomos, através de um conjunto de tópicos associados aos conceitos de espaço, de tempo e à consciência do papel dos intérpretes que o lugar arquitectónico convoca, um modelo teórico de interpretação com o objectivo de explorar outras formas de leitura e interpretação do mesmo. Dado que a chave da nossa investigação assenta em dois princípios normalmente excluídos quando se trata de interpretação no campo da arquitectura: o primeiro, de que a leitura de uma obra inclui o papel dos seus intérpretes (sendo estes indivíduos historicamente localizados), e o segundo de que a linguagem arquitectónica se realiza como discurso e não somente através dos signos como entidades básicas, abre-se a possibilidade de uma nova concepção de interpretação no domínio projectual da arquitectura.

---

<sup>1</sup> O lugar arquitectónico, nesta investigação, é definido pelo edifício (como o epicentro do lugar), e pela relação que este estabelece com o espaço físico que o envolve, designado por envolvente ou contexto.

<sup>2</sup> A "Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido" (Bleicher, 2002: 362).

## Abstract

This paper considers the architectural place<sup>3</sup>, central of projectual investigation through a theoretical model of interpretation, developed from two disciplinary areas: it of the philosophy and it of the architecture. At a first stage, this paper aims to clarify and to investigate the meaning of the architectural place concept. Next, it proposes the creation of an utility tool to be used by architects while designing, based on the contemporary hermeneutic<sup>4</sup> as proposed by Gadamer and Ricoeur. This paper presumes that the commonest readings of the architectural places are centered in the analysis and formal description (for times through the decomposition in parts of the buildings creators of these places). We propose, through a set of topics associated to space, time and the conscience of the interpreters that intervene in architectural place. A theoretical model of interpretation with the objective to explore other forms of reading and interpretation the architectural place. The key of our investigation suits two ideas normally excluded when it the question is interpretation in the field of the architecture: the first one, of which the reading of a work includes the interpreters (being these historically located individuals), and according to of that the architectural language happens like speech and not only through the signs like basic entities. This paper opens the possibility of a new conception of interpretation in the architecture projectual.

---

<sup>3</sup> The architectural place, in this investigation, is defined by the building (like the epicentre of the place), and by the relation that this one establishes with the physical space that wraps it, designated involving or context.

<sup>4</sup> "Hermenêutica – generically, the theory of the interpretation of the sense" (Bleicher, 2002: 362).

O objectivo principal desta comunicação é propor ao arquitecto, enquanto projectista, um modelo teórico de interpretação do lugar arquitectónico que proporcione uma leitura do lugar ampliada em relação às que habitualmente se verifica no campo disciplinar da prática projectual. Para isso, socorremos do domínio conceptual da hermenêutica<sup>5</sup> contemporânea nas figuras de Gadamer e Ricoeur para formular e sustentar o referido modelo.

No âmbito deste trabalho e em primeiro lugar pensamos de alguma utilidade definir dois conceitos chave que informam a nossa investigação – *lugar arquitectónico* e *interpretação*. Relativamente ao primeiro conceito, *lugar arquitectónico*, a abordagem que fazemos do lugar, dentro de um conjunto de possíveis e diferentes abordagens (física, geográfica, antropológica, etc.), é específica: consideramos que o lugar arquitectónico tem como epicentro um edifício, considerado na relação que este estabelece com a envolvente. Portanto, o nosso lugar é físico, métrico e tridimensional, não cabendo neste contexto as novas realidades espaciais identificadas por Montaner como “espaços mediáticos, não lugares e ciberespaços” (2001: 43). Apesar de a definição de lugar arquitectónico comportar a ideia de um edifício e da relação que este estabelece com a envolvente, o conceito de lugar é extensível ao local antes da construção do edifício. Assim, e no campo do domínio projectual, o terreno para o qual se está a realizar o projecto do edifício é considerado lugar, mas sempre referido como o lugar enquanto pré-existência.

Relativamente ao segundo conceito, *Interpretação*, esta, consiste na descoberta do sentido e significado de algo – geralmente, fruto da acção humana – através de um conjunto de procedimentos formais. O conceito de interpretação na nossa investigação comporta duas orientações: num sentido, interpretar significa como dizer ou como exprimir, dando ênfase, deste modo, ao aspecto criativo de qualquer obra (o arquitecto faz uma interpretação do sítio, do programa, das intenções do cliente, ao realizar uma obra de arquitectura); noutro sentido, interpretar significa explicar e compreender. “Podemos exprimir uma situação sem a explicar; exprimi-la é interpretá-la, mas explicá-la é também uma forma de ‘interpretação’”

<sup>5</sup> “Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido.” (Bleicher, 2002: 362).

(Palmer, 1999: 30- 31). Assim, sabemos que, ao abordar um lugar com o fim de fazer um projecto para construir uma obra, o arquitecto interpreta-o exprimindo, fazendo uma obra, mas ao explicar aquele lugar também está a interpretá-lo. Toda a criação do lugar é uma interpretação e toda a leitura do lugar é uma interpretação.

Após esta clarificação de conceitos e à luz dos pressupostos da hermenêutica Gadameriana e Ricoeuriana o conhecimento não é algo que se possui, mas algo em que participamos e algo em que nos situamos. O essencial na experiência estética de uma obra de arte não é, para Gadamer, nem o conteúdo nem a forma, mas a coisa significada, totalmente mediatizada numa imagem ou numa forma; a obra é um mundo com a sua própria dinâmica que inclui a experiência de quem a realizou e a experiência de quem a usufrui, num horizonte que inclui conjuntamente três realidades: a obra propriamente dita, uma parte do significado que ela adquire ao longo da sua existência e a nossa situação presente.

Considerando esta perspectiva pertinente para o campo disciplinar da arquitectura aplicável às obras arquitectónicas e aos lugares, propomos, incluir a historicidade da compreensão na interpretação dos lugares arquitectónicos quer na interpretação com um carácter de investigação quer na interpretação com um carácter projectual. Assim, consideramos que nenhum intérprete (seja o intérprete/investigador, o intérprete/autor, ou o intérprete/usufruidor), se encontra num modo de ser neutro quando analisa, projecta ou usufrui de um lugar, mas inserido num contexto de tradição que o marca historicamente num tempo e num espaço. Isto significa que criar ou construir um lugar é fazer uma interpretação sobre um conjunto de factores que variam no espaço e ao longo do tempo e a condição histórica de cada intérprete marca essa mesma interpretação. A par da materialidade (paredes, muros, vãos, ruas, acessos, espaços abertos, espaços fechados, etc.), nos lugares existem outros aspectos que permitem que cada intérprete veja algo que outro não vê e, portanto, os lugares podem adquirir uma multiplicidade de significados, tomando diferentes sentidos.

## Caracterização do lugar arquitectónico

Partindo desta perspectiva, para além das suas características formais que nos são dadas pela forma, figura, escala, função, tectónica, limites, acessibilidades, vistas e forma de implantação, o lugar arquitectónico incorpora outras características como:

*plurivocidade* - porque proporciona leituras plurais pelo facto de ser um todo constituído pela combinação das diferentes partes e como um todo é passível de ser abordado por uma ou mais partes;

*abertura* - porque qualquer lugar é aberto às diversas leituras que se fazem dele, uma vez que comunica diferentes coisas mas nunca uma só;

*continuidade* - porque qualquer lugar é, para além das suas características físicas, as leituras que fazemos dele ao longo do tempo e essas leituras incluem o princípio da história efetual porque surgem na continuidade de outras leituras, em situação;

*variedade* dimensional - porque um lugar só tem uma dimensão física definida quando é representado, de outro modo, o lugar existe por relação com outros lugares, e por isso a sua dimensão varia;

*mobilidade* - porque o lugar altera as suas características físicas ao longo do tempo e, se altera as suas características físicas, o lugar muda. Ao mudar as suas características físicas transforma-se noutra lugar, existindo vários lugares para um mesmo sítio consoante as alterações que se operaram; e,

*narratividade* - porque o lugar é uma narrativa que consiste na invenção de uma intriga que se constitui como uma obra de síntese, com uma significação inteligível e coerente. O lugar é o resultado de uma interpretação que exprime alguma coisa e constrói-se como uma totalidade, pela síntese de um conjunto de elementos que soltos não querem dizer nada, mas que organizados têm um significado.

Imprimindo estas características ao lugar arquitectónico, ao interpreta-lo, este ganha uma outra dimensão para além da sua materialidade, ou

seja, do que se encontra objectivado através da construção. Ao contrário das obras de carácter científico, que terão um sentido literal e unívoco, as obras de arquitectura, construídas como um todo pela composição de diferentes partes, são passíveis de inúmeras interpretações, decorrentes da possibilidade de cada intérprete ver o todo a partir de algumas das suas partes, mas nunca de todas ao mesmo tempo.

Assim, para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade), e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), é também passível de variar dimensionalmente (porque a sua dimensão depende do ponto de vista) e de se alterar ao longo do tempo, transformando-se noutra lugar (porque as suas características mudam). Por outro lado, o lugar constrói-se como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significativo. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete.

Também, um lugar é mais do que a soma das suas partes e, assim sendo, não pode ser interpretado através da decomposição em elementos, porque a passagem das partes ao todo que é o lugar requer uma nova estrutura e uma nova descrição. Se tratarmos a linguagem arquitectónica dos lugares através da sua dissociação em partes constitutivas estaremos a tratar somente o seu lado formal, mas, se tratarmos o lugar como um todo, então estamos a tratar o seu sentido, ou seja, a sua significação.

## Um modelo de interpretação do lugar

Nesta perspectiva, e tendo os seus alicerces na teoria da interpretação textual desenvolvida por P. Ricoeur, o que o nosso modelo propõe são diversos tópicos enquadrados em dois eixos de leitura: um para tratar o lado formal do lugar (*eixo explicativo*), e outro o seu sentido (*eixo compreensivo*), tendo este último o objectivo de extravasar a análise formal, pondo em causa um tipo de leitura neutra, exterior, que se prende unicamente com os aspectos formais do lugar.



O primeiro eixo de leitura, o *eixo explicativo* assenta numa leitura estrutural do lugar que corresponde à análise do lugar a partir das suas articulações internas. Os tópicos utilizados para interpretar o lugar são: *a forma, a figura, a escala, a função, a tectónica, os limites, as acessibilidades, as vistas e a forma de implantação*. Este eixo de leitura permite objectivar o lugar e com isso obter o lugar como dado factual, passível de ser descrito e representado.

O primeiro tópico do *eixo explicativo* do lugar refere-se à *forma* do edifício (que constitui o epicentro do lugar arquitectónico que se pretende interpretar) e define-se como o conjunto das características exteriores do mesmo. A forma, para além de nos dar o *contorno* de um edifício, dá-nos igualmente a sua *dimensão*, através da altura, da largura e da profundidade.

A *figura*, o segundo tópico deste *eixo de leitura*, é a parte significável de um lugar a partir da sua aparência. A figura dá-nos o sentido que atribuímos a um lugar a partir das suas relações internas, ou seja, da sua estrutura.

A *escala*, o terceiro tópico, refere-se à maneira como percebemos ou julgamos o tamanho de algo por comparação a outro referencial. A escala dá-nos, não as dimensões reais de um lugar, mas sim o quanto um objecto é grande ou pequeno em relação ao tamanho de outro elemento que com ele se relacione.

A *função* refere-se ao uso que se dá a um determinado lugar. Podemos dizer que a função de um lugar depende mais do uso que vai adquirindo do que da situação original desse lugar, uma vez que um lugar pode ter sido pensado para determinada função e esta mudar ao longo do tempo.

A *tectónica* refere-se à experiência que a materialidade de um lugar nos proporciona, mais do que a imagem que o mesmo pode determinar. Os materiais de construção, a cor, a textura, a luz, o vento, o clima, são elementos através dos quais experienciamos um lugar. É portanto a partir da tectónica que a forma se manifesta, por um lado, através da realização material da mesma, por outro, pelo valor poético que os materiais imprimem à forma.

Por *limites* de um lugar entende-se o modo como definimos a dimensão e o contorno do espaço (ou campo) que estamos a tratar. Assim, numa leitura puramente formal, o limite de um lugar, que parte da relação de um edifício com o que o rodeia, dá-nos a envolvente definida pelas ruas e pelos edifícios adjacentes, encontrando-se dentro desses limites os elementos urbanos visíveis que envolvem o edifício e que lhe estão próximos.

As *acessibilidades* ou acessos referem-se aos elementos através dos quais se tem acesso a um determinado lugar. Tratando-se de um edifício, os seus acessos referem-se às passagens entre o espaço exterior e o interior do mesmo.

As *vistas* constituem-se por aquilo que se vê de determinado lugar e pela visão que se tem do mesmo de diferentes pontos de observação. Deste modo, no primeiro caso, as vistas têm a ver com a natureza dos pontos de interesse e com a orientação do edifício e, no segundo caso, a dimensão, a orientação e a posição do edifício condicionam a forma como o vemos.

O último tópico incluído no eixo explicativo, a *forma de implantação*, trata o modo como o edifício se implanta em relação ao terreno pré-existente e à envolvente próxima.

Através deste eixo de leitura, de carácter formal, obtemos o lugar na generalidade, ou seja, fora de qualquer contexto que o localize historicamente. O lugar é visto isoladamente, a partir da análise dos seus aspectos formais, permitindo-nos obter o lugar objectivado, o que por sua vez possibilita a respectiva descrição e representação.

O segundo eixo, o *eixo compreensivo* inclui o espaço, o tempo e os intérpretes (autor, investigadores e usufruidores) como componentes de vida do lugar que se pretende interpretar. Ao incorporar na leitura do lugar o *mundo da obra* na sua dimensão espacial e temporal, assim como o papel dos seus intérpretes, o lugar arquitectónico adquire um carácter de não objectividade, já que o lugar nunca se apresenta como um objecto acabado. Este eixo convoca cinco tópicos: *juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional*. A



Figura 1. Caribe Hilton Hotel, San Juan. Arqs. Toro, Ferrer e Torre Grosa (Fonte: Anónimo, 1953).

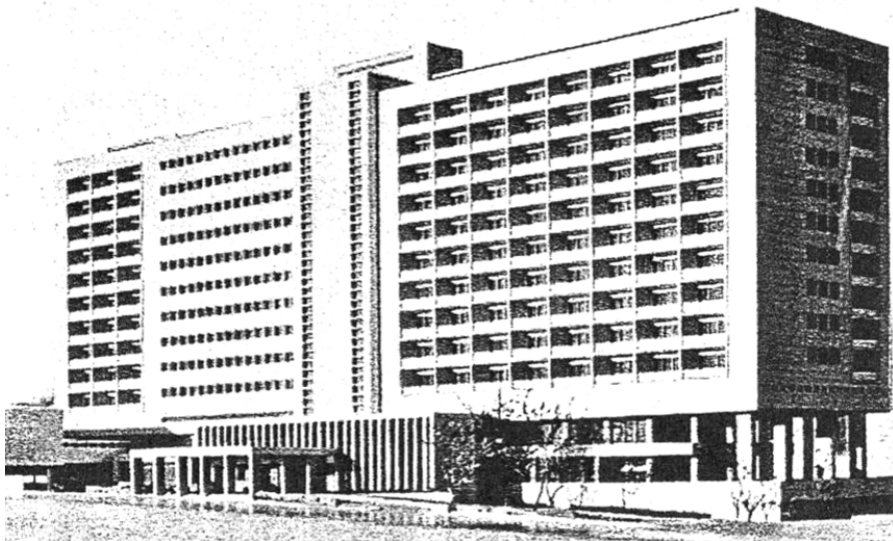


Figura 2. Hotel Ritz, Lisboa. Arq. Porfírio Pardal Monteiro (Fonte: Magalhães, 2000).

partir deles podemos obter uma leitura do lugar na sua singularidade e na sua unicidade.

O tópico referente aos *juízos prévios* remete para o facto de, ao compreender ou ao intervir num lugar, qualquer intérprete está sob a actuação de algumas *concepções prévias* que lhe chegam pela tradição, através da qual os seus *preconceitos* são modelados. As diferentes interpretações ou propostas arquitectónicas que possamos fazer para um determinado lugar são múltiplas e variadas mas não são aleatórias. Apesar de o projecto arquitectónico se centrar num procedimento lógico e racional a partir de um problema específico, todo o processo de elaboração do projecto é interpretativo e exige do arquitecto uma tomada de sucessivas decisões baseadas em escolhas que consequentemente implicam exclusões e que, por sua vez, permitem que o resultado seja sempre diferente, consoante o autor e a época em que este se encontra. Essas escolhas, não sendo aleatórias, nem subjectivas como à primeira vista poderia parecer (uma vez que existe uma infinidade de possibilidades), derivam do nosso enraizamento numa dada cultura e numa dada sociedade. Tomando como exemplo, os lugares definidos pelo Hotel Ritz<sup>6</sup> ou pelas Torres das Amoreiras<sup>7</sup> podemos reconhecer que um e outro pertencem a épocas, a estilos e a autores diferentes.

No primeiro caso, e dada a semelhança com outros edifícios construídos na mesma época e à maneira da Carta de Atenas, o olhar do seu intérprete (autor) estaria desde logo condicionado por um conjunto de preconceitos que o levaram a desenhar aquele lugar com determinadas características. No segundo caso, as Torres das Amoreiras, a dimensão e o tipo de mega-estrutura dos edifícios de habitação, serviços e comércio caracterizam um tipo de construção que começou a verificar-se na década de 80 em Portugal. Também o uso de cores exuberantes, frontões, arcadas, óculos, frisos e pórticos em excesso identificam o edifício, mais uma vez, com um estilo e uma época, à semelhança do que acontece com outros.

<sup>6</sup> O Hotel Ritz (1952–1959), foi projectado pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, construído em Lisboa e inaugurado em 1959.

<sup>7</sup> As Torres das Amoreiras foram projectadas pelo Arq<sup>to</sup> Tomás Taveira, e construídas em Lisboa em 1985.

Em ambos os casos se reconhece uma determinada época e um determinado estilo, uma vez que os edifícios que deram origem a estes lugares se enquadram num tipo de linguagem e de estilos próprios da época e da cultura de onde surgiram. Se qualquer intérprete aborda um lugar com uma ideia preconcebida, esta condiciona a realização desse mesmo lugar.

Este tópico permite compreender que qualquer interpretação do lugar se inscreve sempre num *horizonte de possibilidades* e pressupõe sempre uma *familiaridade*, uma *competência prévia*, uma *pré-compreensão* do mundo que habitamos. A construção de um lugar emerge assim da situação histórica do autor e da experiência vivida por este. Este tópico leva-nos a crer que, o significado de um lugar não pode ser visto nos seus próprios termos dado que não podemos abandonar o presente e enveredar pelo passado. Pelo contrário, o significado de um lugar do passado define-se em termos de questões que se lhe colocam a partir do presente (Palmer, 1999: 185), estando essas questões alicerçadas em pressupostos ou juízos prévios decorrentes do próprio presente.

Assim, podemos afirmar que no acto de projectar um edifício, o lugar pré-existente não é determinante para o resultado final operado através da concepção arquitectónica e, por conseguinte, para o novo lugar, mas é antes utilizado como um dado operativo, tal como, por exemplo, o programa; isto porque quando o arquitecto aborda um lugar já tem uma *pré-ideia* que condiciona a possibilidade desse lugar, resultante da época e da cultura onde se inscreve. Dito de outra forma, um sítio *pré-existente* não é a causa determinante ou necessária de um lugar arquitectónico, embora seja na maioria dos casos assimilado como fonte geradora de uma ideia. As condicionantes são condicionantes na medida em que constituem um meio para resolver um determinado problema, mas as soluções podem ser múltiplas e variadas e, neste sentido, podemos dizer que existe uma predisposição ou um preconceito por parte de quem constrói que permite que o resultado seja sempre diferente.

O tópico *leituras passadas* refere-se às várias interpretações que se vão construindo, cruzando, interligando e sobrepondo no tempo e no espaço e

que nos chegam através da continuidade do lugar, em função das questões que este levanta ao longo do tempo. Como qualquer interpretação incorpora as interpretações anteriores a ela e o seu significado corresponde ao sentido que essa mesma interpretação tem para o intérprete no momento em que ele se encontra. Assim, as interpretações de um lugar (que constroem a história desse lugar), são construções sempre contemporâneas baseadas na dialéctica entre passado e presente e orientadas pelo interesse de quem as produz. Este tópico interessa-nos porque muitas vezes encontramos interpretações onde é confundido o contexto da obra arquitectónica que gera esse lugar com a ideologia do seu autor ou com o contexto político e social da época em que foi produzido, criando uma leitura distorcida desse mesmo lugar.

Para a leitura do lugar a partir deste tópico, tomamos como exemplo novamente o caso do Hotel Ritz construído em Lisboa. O Ritz é informado por um conjunto de leituras que se revestem de aspectos singulares e contradições aparentes: é tido como moderno, mas também como tradicional (Magalhães, 2000b: 64); é visto como um bloco isolado em relação à envolvente, mas foi todo pensado e projectado em função do terreno e da envolvente onde se situa (Monteiro, 1954: 14-15, vol.I). Constituiu-se igualmente como um edifício de excepção – foi admirado por uns e repudiado por outros, tornando-se um edifício, de certo modo, enigmático: se alguns lhe atribuíram uma “atitude afirmativa e arrogante (...) no seu diálogo com a cidade” (Magalhães, 2000a: 138), outros consideraram-no “uma das melhores e mais modernas ‘salas de visitas’ do país” (Becker et al., 1998: 209), ou ainda “mais infeliz” em relação ao projecto do Hotel Tivoli (França, 1991c: 255), obra projectada pelo mesmo autor. Se, durante a obra do hotel se criou uma espécie de “pequeno mistério” (Silva, 1959: 55), à volta da construção da sua estrutura, também podemos observar que afinal nada de anormal aconteceu. Se feriu “os espíritos mais retrógrados” (Silva, 1959: 55), também a geração mais jovem considerou que nele teria “falhado a arquitectura” (Santa-Rita e Simões, 1960: 53).

Recentemente foi visto como uma resposta banalizada do Estilo Internacional, “ao consumo de modelos e às exigências comerciais” (Tostões, 2004a: 149). Já foi capa de revista, protagonista de diversos



Figuras 3. Marne-la-Vallée. França (1978– 1983). Arq. Ricardo Bofill (Fonte: <https://www.designboom.com/architecture/>, 19 de Março 2007)



Figura 4. Torres das Amoreiras. Lisboa, 1985. Arq.<sup>9</sup> Tomás Taveira. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2005)

anúncios publicitários<sup>9</sup>, mas foi também vítima de muitos boatos, como refere Castro Caldas (Caldas, 1997: 95). *Insólito* (Santa-Rita e Simões, 1960: 53), *singular, ambíguo, paradoxal, complexo e contraditório* (Magalhães, 2000a: 2-3), são alguns dos adjectivos que encontramos quando se fala do Hotel Ritz.

Também quanto ao perfil do seu autor – Pardal Monteiro –, as leituras são diversas e contraditórias: se foi visto, no seu tempo, como um homem de grande valor criador (Almeida, 2002: 66) ou, mais tarde, como “uma grande figura” (Caldas, 1997: 15), também foi considerado um homem de vistas curtas, “sem grande consciência nem empenho estético, nem gosto apurado” (França, 1991c: 255). Igualmente, da sua vida privada diz-se que pouco se sabe, mantendo, no entanto, com o poder uma “relação ambígua” (Caldas, 1997: 15). No quadro da sua profissão, há quem refira que se pautou “por uma ambiguidade resultante de pulsões e de desejos mas também de uma vontade férrea...” (Caldas, 1997: 96), e que “o ‘rasto’ do arquitecto é tão extenso e variado, tão intenso e tão cheio de contradições que não podia ter deixado de suscitar ressentimentos, incompreensões e equívocos.” (Caldas, 1997: 15). Pardal Monteiro morreu dois anos depois de ter um enfarte, mas até em relação à sua morte se diz que esta “originou uma espécie de lenda” (Caldas, 1997: 15).

À luz do modelo de interpretação que construímos para a leitura do lugar e através das leituras que fazemos das leituras passadas acerca do Ritz, podemos perceber que estas ou se enquadram em estudos que sobrevalorizam uma lógica cronológica, tendo como pano de fundo a evolução do modernismo em Portugal<sup>10</sup>, ou se inserem no âmbito de estudos preocupados com o conjunto da obra do autor.<sup>11</sup> Em ambos os casos podemos perceber que a estratégia é, antes de mais, entender a obra a partir da vida do autor e no contexto global ideológico em que este se insere, e não a partir da compreensão do próprio edifício e do lugar que se criou a partir dele.

<sup>9</sup> Ver Binário n.º 13 ou Arquitectura, n.º 66, ambos de 1959, entre outros.

<sup>10</sup> É o caso das obras de José Augusto França, Ana Tostões, Ana Magalhães, Pernes e Sérgio Fernandez, citadas na bibliografia específica.

<sup>11</sup> É o caso das obras de João Vieira Caldas e Ana Assis Pacheco e também Ana Magalhães, constituindo a obra desta autora a mais específica e abrangente sobre o Ritz.

Se o contexto referente à inserção da obra no lugar e o contexto da linguagem arquitectónica em que foi produzida a obra (e as linguagens arquitectónicas subsequentes) são importantes para perceber o lugar, já o contexto do autor, no que se refere à ideologia ou ao regime político, se reveste de uma enorme subjectividade para a compreensão do lugar<sup>12</sup>. À luz da tentativa de contextualizar a obra quer a partir da vida do autor, quer a partir da reconstrução do contexto primitivo (político, cultural e social), o Ritz não é olhado como obra, como um lugar que existe na história e por isso apresenta uma aparente ambiguidade. Mas se o lugar do Ritz possibilita diferentes leituras, essa possibilidade não se deve ao facto de este ser ambíguo ou contraditório, mas antes, de ter uma relevância continuada e, deste modo, levantar questões aos seus intérpretes que, por sua vez, se encontram numa situação histórica diferente.

Se tentarmos compreender o Ritz a partir da relação que este estabelece com a envolvente, com a consciência de que não queremos compreender o lugar a partir da vida do autor e no contexto global ideológico onde ele se insere, percebemos facilmente a clareza da solução encontrada: por um lado, é o reflexo de um conjunto de preconceitos da época, marcadamente modernistas; por outro, utiliza o sítio enquanto pré-existência como um dado a ter em conta para a resolução do problema formulado na encomenda, a partir da relação com a vista mais interessante, com a topografia e com os edifícios envolventes. Se observarmos a forma como as entradas foram colocadas, a posição dos quartos e dos terraços (de modo a tirar partido das vistas mais favoráveis), percebemos que o lugar enquanto pré-existência foi um dado do problema.

O que é posto em causa, na maioria das leituras que encontramos, é o modelo cultural e ideológico do autor ou da época em que se insere, e não a solução encontrada. Ora, se o contexto referente à inserção da obra no lugar e o contexto da linguagem arquitectónica em que foi produzida a obra (e das linguagens arquitectónicas subsequentes) são importantes para compreender o lugar, já o contexto do autor, no que se refere à ideologia

<sup>12</sup> Podemos questionar: para apreciar obras maiores como o Partenon ou o Tasmahal interessa-nos conhecer a vida do seu autor, ou o contexto ideológico onde este se encontrava?

ou ao regime político, se revestem de uma enorme subjectividade para a compreensão do lugar.

A importância deste conceito reside, portanto, no facto de qualquer leitura do lugar depender da nossa própria situação: se não vivemos num horizonte fechado, também não vivemos num horizonte único. O conceito de fusão de horizontes explorado por Gadamer assenta, deste modo, na comunicação entre duas consciências diferentemente situadas que se cruzam. A situação de cada uma delas revela-se pela tensão existente entre o momento em que nos encontramos e o que nos é transmitido do passado.

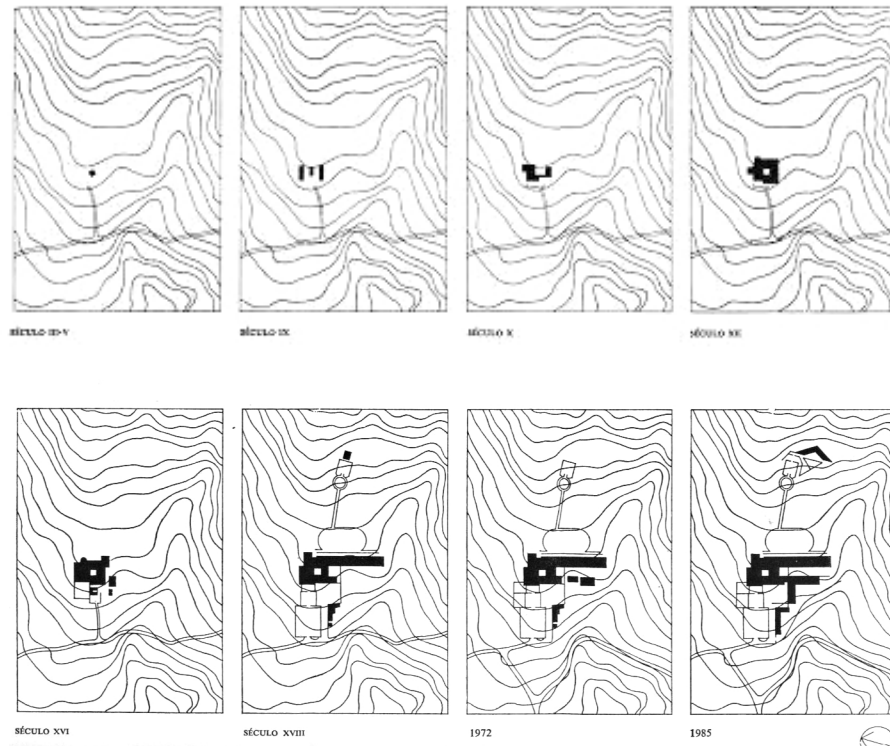
O tópico *contextos temporais* prende-se com o carácter de *acontecimento* que imprimimos ao lugar arquitectónico. Se o lugar se caracteriza como algo que *ocorre, toma lugar, ou sucede* numa determinada região do espaço ao longo de um determinado período de tempo, então a leitura do mesmo inclui o espaço e o tempo de vida desse lugar e, desta forma, a diversidade de contextos para o mesmo lugar.

A existência do carácter de mutabilidade do lugar em termos físicos prende-se, numa primeira instância, com questões muito objectivas. No momento em que tentamos abordar o tema com algum sentido prático, ou seja, quando tentamos captar o lugar através do estudo de uma obra determinada, deparamos com a dificuldade em defini-lo. Como é aquele lugar? Quando foi definido? Como é hoje? Como era no passado? Como irá ser no futuro?<sup>13</sup> Estas são perguntas de difícil resposta se apenas recorrermos aos meios habituais de analisar as obras arquitectónicas. Quando se fala de lugar (sendo o lugar um edifício e a sua relação com a envolvente), a primeira questão que se coloca prende-se com a definição temporal desse lugar, ou seja, desse *contexto*<sup>14</sup>. Qual lugar? Anterior à construção do edifício? No momento da construção? Ou na actualidade? Como se compreende, teremos de definir ou escolher o *contexto partindo*

<sup>13</sup> A tentativa de definição de lugar, à luz da explicação de tempo introduzida por Heidegger, pode ajudar-nos a compreender o problema: "O tempo encontra-se para já, no ente mutável: a mudança dá-se no tempo. Ao encontrá-lo desta maneira – nomeadamente como aquilo 'em que' o mutável se dá – captamo-lo como quê?" (Heidegger, 2003: 27). Para o lugar, a questão coloca-se de forma semelhante: "Qual é aquele lugar? Se está sempre a mudar... captamo-lo como quê?"

<sup>14</sup> Contexto, neste âmbito, refere-se às circunstâncias físicas do lugar.

do pressuposto de que há várias hipóteses, desde o *contexto de origem* até ao *contexto presente*. Se atentarmos, à caracterização da Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, percebemos que esse lugar revela a existência de diferentes contextos e por conseguinte diferentes lugares, que esquematicamente se apresentam na Figura 5.



Figuras 5. Caracterização da evolução do edifício desde o contexto de origem até ao contexto presente. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Fonte: DGEMN, 1985).

Mas levanta-se a seguinte questão ao analisarmos lugares cujo epicentro reside nos edifícios construídos no passado: devemos analisar o edifício em contexto passado – no contexto de origem – ou a partir do contexto que hoje encontramos – no contexto presente? A resposta a esta questão poderá parecer simples, se pensarmos que o nosso objectivo é analisar obras do passado; pode parecer que o mais lógico seria estudar os edifícios a partir do contexto de origem. Mas, ao tentarmos estudar o contexto de origem, como é que o conseguimos reconstruir? Nas palavras de Gadamer, como conseguir a “*determinação original*” de uma obra?<sup>15</sup> Se quisermos definir correctamente o que estamos a fazer quando tentamos reconstruir o contexto original de uma obra de arquitectura, devemos reconhecer que não estamos senão a dar corpo a uma segunda criação, ou seja, estamos a criar a *reprodução da produção original*.<sup>16</sup> Assim ao projectar ou interpretar um edifício antigo, pré-existente e ao tentarmos reconstruí-lo tal como era na sua versão original, percebemos que antes de mais, o que estamos a fazer não é uma tarefa objectiva, mas antes uma recriação; ou seja, não é mais do que um *exercício imaginativo*.<sup>17</sup>

No caso particular da leitura do lugar, ao tentarmos apoderar-nos do *contexto de origem* podemos levantar a seguinte questão: que garantias existem acerca da existência de todos os elementos que caracterizam o contexto de origem, uma vez que ele, actualmente, já se encontra modificado? Podemos ainda considerar que, para a leitura do lugar, o contexto de origem tem dupla existência: o contexto anterior à construção

<sup>15</sup> Schleiermacher, na perspectiva da hermenêutica romântica, tenta “reconstruir na compreensão, a determinação original de uma obra”, ou seja, tenta compreender uma obra através da reprodução da produção original do autor. Gadamer, a esse propósito, levanta a seguinte questão: “... o que se alcança por esse caminho é realmente o que buscamos quando tentamos encontrar o significado da obra de arte [?]” (Gadamer, 2004: 233-234).

<sup>16</sup> Segundo o mesmo autor, face à historicidade do nosso ser, “... a vida reconstruída, recuperada do alheamento, não é a original” (Gadamer, 2004: 234).

<sup>17</sup> Como salienta Gadamer, “... a investigação do ocasional, que complementa o significado das obras de arte, não está em condições de reconstruí-las. Continuam sendo frutos arrancados da árvore. Fazendo-os retornar ao seu contexto histórico, não se adquire nenhuma relação vital com eles, mas apenas uma relação imaginativa” (Gadamer, 2004: 235).



Figuras 6. *Limite territorial*. Hotel Ritz (Fonte: T. Madeira da Silva. A partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).



Figura 7. *Limite pelo circunstante*. Hotel Ritz (Fonte: T. Madeira da Silva. A partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).



Figura 8. *Limite pelo edifício*. Hotel Ritz (Fonte: T. Madeira da Silva. A partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

e o que resultou directa e imediatamente da construção. Uma vez que o *contexto de origem*, e especificamente o local onde foi implantado o edifício, se transformou – num primeiro momento pela implantação da obra num determinado sítio (no sentido fundacional) e depois ao longo dos anos –, nada nos garante que os elementos de que dispomos revelem a totalidade desses dois primeiros contextos. Por outro lado, podemos pensar que não conhecemos o *contexto de origem* na sua essência: o que nos é dado a conhecer são as suas representações e imagens (expressas sobretudo no levantamento do terreno e nos desenhos de projecto).

Qualquer lugar parte de um elemento histórico e culturalmente distante, que é o lugar de origem, ao qual se somam diferentes mudanças e diferentes olhares sobre esse lugar, também eles histórica e culturalmente localizados, resultando, em diferentes lugares e em diferentes leituras ao longo do tempo. O que se pretende com este tópico é identificar os momentos a partir dos quais o lugar se caracteriza, desde o aparecimento do edifício inicial (contexto de origem) até à actualidade (contexto presente), não com o objectivo de imitar o que já tinha existido, mas para compreender a forma como esse lugar chegou até nós.

Ao recuperar um edifício, a intenção do projectista não é a de reconstruir o contexto de origem, porque isso seria uma impossibilidade, e não é também destruí-lo, mas recuperá-lo e ampliá-lo com a linguagem da época onde o próprio projectista se situa, marcando, deste modo, mais uma época e um tempo de vida desse lugar. O intérprete actual pode, assim, colocar o edifício pré-existente para além do horizonte limitado da sua situação de origem, fazendo coincidir o lugar distante (de origem) com o lugar actual.

Definindo temporalmente o lugar (incluindo a temporalidade narrativa), o interesse deste tópico é perceber que o lugar pode ter diferentes leituras: desde o contexto de origem (com a construção do edifício, como elemento fundador) até ao contexto presente e que as leituras dos lugares feitas a partir de um único contexto remetem os lugares para a categoria de objectos factuais e não para entidades que se situam na história, se transformam e têm vida própria. Importa entender que as diferentes intervenções num determinado lugar são sempre construções contemporâneas baseadas na



Figuras 9. Vista geral. Piscinas de Leça da Palmeira. Ar. Siza Vieira. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva 2007)



Figura 10. Vista geral. Torres das Amoreiras (Fonte: Fotografia de Luís Pavão, Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico).

dialéctica entre passado e presente, e orientada pelo interesse de quem a produz.

O tópico dos *níveis dimensionais* decorre do facto de o lugar não ter, em termos físicos, um princípio e um fim objectivos, porque não tem limites definidos, a não ser enquanto representação. Deste modo, o mesmo lugar, passível de ser representado de diferentes maneiras, contém limites que são impostos pela própria representação, variando consoante o ponto de vista ou a intenção do autor e do observador. Para melhor compreender o que acabamos de dizer, recordemo-nos de Gregotti, quando nos diz que, ao fazer uma representação de um lugar arquitectónico, elegemos um conjunto de significados através de critérios de representação. Se estes já de si são insuficientes para além de um determinado limite dimensional, são igualmente formas apoiadas na geometria e estas não representam mais do que as notações simbólicas referentes à própria geometria, e por isso também são limitativas (Gregotti, 2004: 31). Mas, se representar um lugar depende sempre de um horizonte inerente ao interesse específico do seu intérprete ou usufruidor, assumindo ele, deste modo, sentidos nitidamente diferentes, o que nos interessa é que a leitura de um lugar a diversas escalas não é única e indiferente, possuindo a dimensão um poder de especificação muito particular. É fácil perceber o que acabamos de dizer se pensarmos num lugar concreto e tentarmos lê-lo a diferentes distâncias e sob diferentes perspectivas. Deste modo, na linha de Gregotti, “existem, por exemplo, limites dimensionais de mudança de significado para formas iguais” (2004: 55). A escalas diferentes, o mesmo lugar tem significados diferentes – a cada dimensão corresponde um sentido; a mesma forma pode ter sentidos diferentes e as relações que se criam com a envolvente têm leituras diferentes consoante a escala ou a dimensão com a qual trabalhamos ou que encontramos. Desta forma, a representação do lugar não pode ser confundida com a representação da realidade, uma vez que a representação é coincidente com aquilo a que podemos chamar a actividade configuradora, que implica uma escolha e uma interpretação de quem representa: ninguém representa da mesma maneira um lugar existente (levantamento), assim como ninguém projecta para um mesmo local a mesma obra, mesmo que as condições de programa, custos, prazos, cliente, etc., sejam as mesmas.



Colocando a questão em termos práticos: quando pretendemos fazer a leitura de um lugar numa determinada zona da cidade, ao querermos impor um limite, em termos físicos, para a zona envolvente, várias são as questões que se colocam. Como circunscrever um lugar ou como descrevê-lo formalmente? Partindo do princípio de que o limite da zona envolvente enquadra os edifícios e os diferentes elementos urbanos confinantes (ruas, passeios, viadutos, muros, escadas, etc.), esse limite situar-se-á a eixo das ruas, dividindo-as ao meio, ficando uma das frentes de rua dentro dos limites da zona e a outra fora? Ou, pelo contrário, os limites incluem as duas frentes de rua, dividindo os quarteirões ao meio? Se for esta a opção, essa divisão será feita pelos limites dos logradouros ou pelos limites da edificação? Podemos perceber que, quando falamos de lugar na relação que a obra estabelece com a envolvente, o limite formal é dificilmente definível porque não passa de uma abstracção.

Em concreto, *delimitar* um lugar constitui uma tarefa que levanta uma infinidade de possibilidades. Se pensarmos no lugar cujo epicentro é o Hotel Ritz, podemos perceber que o podemos ler a partir de diferentes níveis dimensionais. Para uma possível leitura do lugar arquitectónico, parece-nos particularmente interessante considerar os níveis dimensionais referidos por Gregotti – o geográfico, o topográfico e o do objecto (2004: 53).

Assim, podemos perceber que a leitura que se tem da relação da obra arquitectónica com a envolvente é diferente, consoante se lê a partir de um ponto de vista longínquo – território –, ou a partir de um outro ponto de vista, neste caso a partir da rua e dos edifícios confinantes – circunstante. De um ponto de vista longínquo, aumenta a possibilidade de se reconhecer estruturas e perde-se a capacidade de reconhecer o pormenor. Ao contrário, do ponto de vista da envolvente próxima, reconhecemos facilmente o pormenor e dificilmente as direcções e o modo como se estrutura o conjunto. Em ambos os casos, a relação que se estabelece com a envolvente nunca poderá ser a mesma e a leitura que se tem do *mesmo* lugar é sempre diferente. Se o lugar pode ser lido “de perto” tomando uma dimensão ou ser lido “de longe” tomando outra dimensão, este dificilmente tem limites definidos. Sendo o produto de uma rede de possibilidades, a sua

leitura não é estática; o lugar nunca se define por si próprio, mas sempre na relação com outros lugares e segundo diferentes pontos de vista.

Os lugares gerados a partir dos edifícios de maior dimensão como são os casos do Hotel Ritz, ou das Torres das Amoreiras, têm sentidos diferentes consoante sejam lidos a nível territorial, constituindo-se como um marco na paisagem e uma referência para a cidade em relação ao seu conjunto, ou a partir do nível da envolvente, cujo sentido é conotado com uma dimensão cenográfica.

Se a representação da dimensão de um lugar tem um poder de especificação muito particular, alterando a percepção da forma, da figura, da escala, dos limites, das acessibilidades e das vistas desse lugar, as diferentes representações da dimensão de um lugar têm, para um mesmo lugar, significações diferentes. Como o lugar só tem um limite definido (objectivado) se for representado, é a representação que lhe impõe o limite, dependendo este do horizonte inerente ao interesse específico do seu intérprete, razão pela qual o lugar assume diferentes sentidos consoante a dimensão com que o representamos. Mas se a representação do lugar é útil, no plano operativo, como forma de o objectivar, ao interpretar ou ao projectar um lugar, importa ter presente a possibilidade de ler os lugares a partir de diferentes escalas, de diferentes pontos de vista – de longe ou de perto –, de diferentes tipos de percursos – a pé ou de automóvel. O que aqui é posto em causa é a interpretação dos lugares associada a uma racionalidade formal que os transforma num objecto estático e isolado ao contrário da leitura que assenta numa rede de possibilidades uma vez que o lugar nunca se define por si próprio, mas sempre na relação com outros lugares e segundo diferentes pontos de vista. Assim, o tipo de relação que se estabelece entre lugares pode dar legibilidade a esses mesmos lugares.

O tópico referente ao *valor relacional* decorre do facto de o lugar arquitectónico assentar na relação entre o edifício e a envolvente e, deste modo, ser entendido como uma totalidade nova, não pela soma do edifício com a envolvente, mas antes pela relação de pertença que se cria entre um e outra.

Quando se aborda o lugar na perspectiva da relação do edifício com a envolvente a partir da leitura formal (alicerçada na leitura estrutural referida anteriormente), somos remetidos normalmente para a *separação* do edifício e da envolvente. É comum pensar que, se da relação do edifício com o sítio resultar um equilíbrio harmónico, ele (sítio) poderá manter-se, pressupondo-se deste modo que são entidades separáveis.<sup>18</sup>

Do nosso ponto de vista, e ao contrário desta perspectiva, se a coisa contida (o edifício) abandona o lugar, este transforma-se noutra, uma vez que o edifício estabelece vínculos com a envolvente.

Tomando como exemplos, e para começar o desenvolvimento deste tópico, as Piscinas de Leça da Palmeira<sup>19</sup> e as Torres das Amoreiras, percebemos que tanto num como no outro caso, embora o tipo de opção em relação à forma de implantação seja diferente, foram criados vínculos entre o interior e o exterior que nos impossibilitam de ler o lugar separando a envolvente da obra. O exterior só existe em relação com o seu interior, ou seja, só existe um exterior porque ele depende do interior e vice-versa.

Nesta perspectiva, interessa-nos o conceito de pertença, incluindo a relação de inclusão entre o edifício e a envolvente, uma vez que essa relação passa a definir o lugar. A partir deste conceito passa a existir uma relação de inclusão e não de oposição. Um lugar só existe enquanto tal porque está lá um determinado edifício e não outro.

Se olharmos hoje para os lugares onde se localizam os dois exemplos que tomámos para ilustrar este tópico – as Piscinas de Leça da Palmeira e as Torres das Amoreiras, não os olhamos a pensar nos *sítios* que existiam anteriormente, separados dos edifícios que os determinam actualmente, uma vez que se criou uma relação de pertença entre o edifício e a envolvente e, por isso, um novo lugar; olhamos para uma nova realidade constituída pela envolvente e pelo edifício.

<sup>18</sup> Recordamos aqui as palavras de F. Távora anteriormente citadas: "A relação do edifício com o seu sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício, a verdade é que este embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de desejar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre os dois elementos em presença" (Távora, 1996: 59).

<sup>19</sup> As Piscinas de Leça da Palmeira (1961-1966), situam-se em Matosinhos e foram projectadas pelo Arq. Álvaro Siza Vieira na década de 1960.

Nesta perspectiva, o edifício e a envolvente não são duas realidades independentes das suas relações, pois nem o edifício nem a envolvente são prévios à relação, uma vez que é esta que constitui o próprio lugar. O lugar não é a soma destas duas entidades, mas a própria relação que se estabelece entre elas. O espaço envolvente faz parte do próprio edifício, criando relações com ele que lhe dão continuidade, e por isso passa a pertencer-lhe.

Deste modo, podemos verificar que todos os edifícios têm uma relação com o lugar pré-existente: "... uma obra é inseparável da forma da sua implantação no terreno".<sup>20</sup> Depois, podemos perceber o facto de existirem diferentes tipos de relação que se estabelecem: uns mais vinculados às condições da pré-existência (como é o caso das Piscinas de Leça) – aquilo a que Frampton chamou a arquitectura do *regionalismo crítico*<sup>21</sup> –, outros menos – como é o caso de alguns exemplos do Estilo Internacional, as casas dos emigrantes<sup>22</sup>, ou ainda edifícios como os das Amoreiras.

Em ambos os casos é inegável que existe uma relação com o sítio pré-existente. Se no primeiro caso, nas Piscinas de Leça, a relação é mais alargada, porque inclui percursos, pontos de vistas, muros e edifícios realizados em função daquele terreno e não de outro, nas Torres das Amoreiras essa relação é menos óbvia. Aqui, e apesar de se identificar a existência de um eixo entre as Torres e um dos elementos do aqueduto, não é esse facto que faz com que o edifício tenha uma relação maior ou menor com a pré-existência. Independentemente de existir ou não uma relação directa através de determinada geometria, alinhamentos, eixos, etc., ou seja, de aspectos de ordem formal, só o facto de qualquer edifício se implantar num determinado sítio estabelece sempre vínculos ou relações com esse lugar. Ele é sempre condicionado e passará a ser sempre condicionante.

<sup>20</sup> De acordo com Frampton, "o presenciar de uma obra é inseparável da forma da sua implantação no terreno e o ascender da sua estrutura através da combinação de apoio, vão, alheta, e junta, do ritmo do seu revestimento e da modelação da sua fenestração" (1998: 20).

<sup>21</sup> Por exemplo, naquilo a que Frampton designou de *regionalismo crítico*, onde "em vez de [se] enfatizar a construção como um objecto independente, [se faz] a ênfase incidir sobre o território a ser estabelecido pela estrutura erguida no lugar", e deste modo, são enfatizados certos aspectos específicos do lugar como a topografia, o clima, as vistas e o jogo de luz que incide sobre o lugar (Frampton, 2000: 396).

<sup>22</sup> Segundo Muntañola, alguns exemplos do Estilo Internacional, ou de casas de emigrantes que repetem, no seu país de origem, a arquitectura do país para onde imigraram, independentemente das condições locais de cada um deles (Muntañola, 1981: 107).

Se o conceito de pertença assenta na relação inclusiva ou englobante entre o sítio (como pré-existência), pretensamente autónomo, e o edifício (como construção nova), pretensamente adversa, este conceito dá-nos o entendimento do lugar como uma totalidade nova: o exterior e o edifício passam a *pertencer* um ao outro – o exterior passou a depender da obra e vice-versa. O lugar arquitectónico é a relação, ou seja, a *pertença* pela qual os dois se manifestam. À luz deste conceito, ao incluir uma obra nova num lugar, o lugar passa a ser outro. A obra estabelece vínculos com o lugar e por isso passa a pertencer-lhe, o que implica ultrapassar a ideia da integração (ou não) da obra na envolvente.

Se é a relação entre o edifício e a pré-existência que constitui o próprio lugar, vamos, ao projectar um edifício para um lugar, considerar que o lugar pré-existente condiciona o novo lugar, tornando-se este condicionador de organizações futuras, e deste modo perceber que tipo de relação (ou que tipo de vínculos) se estabelece: ou mais vinculada às condições das pré-existências, quando parte de dados que estão inscritos no lugar pré-existente (restos, memórias, fragmentos, directrizes) – o que lá está é entendido como inacabado e há que o continuar, como acontece nas Piscinas de Leça –; ou menos vinculada às condições pré-existentes – aqui encontramos respostas figurativas a uma situação particular de programa, onde o objectivo é captar a atenção e a visibilidade, reconhecendo-se uma maior autonomia em relação ao espaço físico envolvente, como acontece com as Torres das Amoreiras.

### **Conclusão**

Através dos tópicos inscritos no modelo de interpretação que propomos a partir dos contributos de dois campos disciplinares distintos (por um lado, o da filosofia hermenêutica; por outro, o da arquitectura), pudemos fazer uma revisão crítica acerca da forma como se interpreta os lugares, tanto no domínio da análise associada à crítica como no domínio projectual.

Os tópicos inscritos no eixo explicativo do nosso modelo do lugar interessam-nos enquanto arquitectos projectistas porque permitem descrever e representar o lugar tendo em conta exclusivamente as suas relações internas. Assim, através da *forma, figura, escala, função, tectónica, limites,*

*acessos, vistas e forma de implantação* obtemos o lugar como objecto factual, a partir do qual podemos identificar o lugar que estamos a tratar.

Os tópicos pertencentes ao eixo compreensivo do nosso modelo, referentes à apropriação do lugar (*juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional*), interessam-nos porque permitem entender o lugar incluindo a experiência humana da compreensão através da sua condição histórica, onde o intérprete ganha destaque e o lugar adquire diferentes sentidos. Os lugares que habitamos não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspectos formais. Nesta perspectiva, o que estamos a fazer é, tão-só, descrever objectos arquitectónicos, em vez de compreender lugares.

A consciência da historicidade de qualquer intérprete responsabiliza o próprio intérprete ao organizar o espaço e o território onde se insere, fazendo-o entender que o que perdura nas cidades e lugares são os valores que nos chegam pela tradição. Os lugares, cujas características revelam o momento em que se realizou a obra arquitectónica que lhes deu origem, são respostas às questões colocadas na época em que foram criados e, desse modo, são esses lugares que, do ponto de vista desta investigação, mantêm uma relevância continuada.

Julgamos que o que deverá ser compreendido através do modelo de interpretação é, por um lado, o lugar autónomo em relação ao autor e à época em que foi produzido, porque, como lugar fixado, é autónomo em relação à sua situação primitiva e, por outro, o lugar como entidade em aberto uma vez que é dirigido a todos os potenciais utilizadores de todas as épocas posteriores, resultando desse facto sempre novas interpretações. Ao incluir a participação do intérprete, consideramos os lugares que habitamos como lugares que existem num determinado tempo e num determinado contexto histórico e, por isso, são revelados para além da sua objectivação (que é subjectiva, porque isolada do seu contexto).

Podemos concluir que quando projectamos um edifício para um lugar, para além do que é objectivável existe um espaço que inclui a experiência dos seus intérpretes e que lhe dá uma dimensão de sentido.

## Bibliografia

AAVV, 1959. **Binário**, 13.

ALMEIDA, Pedro Vieira de, 2002. **A Arquitectura do Estado Novo: Uma Leitura Crítica**, Lisboa: Livros Horizonte.

ANÓNIMO, 1953. "A Propósito do Novo Hotel de Lisboa", **Arquitectura**, 47, p.2 ("Secções").

ANÓNIMO, 1954. "Um Grande Hotel de Turismo", **Arquitectura**, 52, p.17-20.

BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried (ed.), 1998. **Arquitectura do Século XX: Portugal**, Lisboa: Centro Cultural de Belém.

BLEICHER, Josef, 2002 [1980]. **Hermenêutica Contemporânea**, Lisboa: Edições 70.

CALDAS, João Vieira, 1997. **Porfírio Pardal Monteiro: Arquitecto**, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

DUARTE, Carlos, et al. (eds.), 1986. **Tendências de la Arquitectura Portuguesa, Obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira**, Lisboa: Trama Artes Gráficas.

FERNANDEZ, Sérgio, 1988 [1985]. **Percurso: Arquitectura Portuguesa, 1930-1974**, Porto: Edições da FAUP.

FIGUEIRA, Jorge, 2007. "O ADN da Arquitectura Portuguesa Está Aqui", **Ípsilon**, 30 de Março, p.36-39.

FRAMPTON, Kenneth, 1998 [1995]. **Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica**, selecção de textos e introdução de Paulo Martins Barata, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, Matosinhos: Contemporânea Editores.

FRAMPTON, Kenneth, 2000 [1980]. **História Crítica da Arquitectura Moderna**, São Paulo: Martins Fontes.

FRANÇA, José-Augusto, 1991a [1974]. "O I Congresso Nacional de Arquitectura e a Arquitectura dos Anos 50", **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, p.438-461.

FRANÇA, José-Augusto, 1991b [1974]. "A Arquitectura dos Anos 30 e 40: Ramos, Cristino, Cassiano, Pardal e Duarte Pacheco", **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, p.225-260.

GADAMER, Hans-George, 1998 [1996]. **O Problema da Consciência Histórica**, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.

GADAMER, Hans-George, 2004 [1960]. **Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**, Petrópolis: Editora Vozes.

GREGOTTI, Vittorio, 2004 [1972]. **Território da Arquitectura**, S. Paulo: Perspectivas.

HEIDEGGER, Martin, 2003 [1995]. **O Conceito de Tempo**, Lisboa: Fim de Século.

HEIDEGGER, Martin, 2004 [1977]. **A Origem da Obra de Arte**, Lisboa: Edições 70.

MAGALHÃES, Ana, 2000a. **Intemporalidade, Continuidade e Presença dos Valores do Movimento Moderno: O Caso do Hotel Ritz no Contexto da Arquitectura Portuguesa do Século XX**, tese de mestrado (texto policopiado), Lisboa: Universidade Lusíada.

MAGALHÃES, Ana, 2000b. "O Elogio da Modernidade...", **J-A: Jornal Arquitectos**, 197, p.64.

MONTANER, Josep Maria, 2001. **Después del Movimiento Moderno: Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX**, Barcelona: Gustavo Gili.

MONTEIRO, Porfírio Pardal, 1954. "Memória descritiva do Hotel Ritz", **Livro de Obra Hotel Ritz: Rua Castilho n.º 77, Obra n.º 27777 (36 Volumes)**. Lisboa: Arquivo da Câmara Municipal – Arquivo Intermédio.

MORTON, David, 1986. "P-M em Portugal", DUARTE, Carlos, DIAS, Manuel Graça, CARVALHO, Lourdes Simões de (eds.). **Tendências de la Arquitectura Portuguesa: Obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira**, Lisboa: Trama Artes Gráficas, pp. 64-65.

MUNTAÑOLA, Josep, 1981. **Poética y Arquitectura: Una Lectura de la Arquitectura Pos-moderna**, Barcelona: Editorial Anagrama.

MUNTAÑOLA, Josep Thornberg (ed.), 2003. **Arquitectura y Hermenéutica**, 4, Barcelona: Architectonics, Ediciones UPC.

NORBERG-SCHULZ, Christian, 1998 [1963]. **Intenciones en Arquitectura**, Barcelona: Gustavo Gili.

PACHECO, Ana Assis, 1998. **Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1957: A Obra do Arquitecto**, tese de mestrado em História da Arte Contemporânea (texto policopiado), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PALMER, Richard E., 1999 [1969]. **Hermenêutica**, Lisboa: Edições 70.

PEREIRA, Michel Alves, 1983a. "Moderno e o Pós-moderno na Arquitectura", SERPA, Luís (ed.), **Depois do Modernismo**. Lisboa: **Depois do Modernismo**, pp. 28-30.

PEREIRA, Michel Alves, 1983b. "Uma Exposição de Arquitectura", SERPA, Luís (ed.), **Depois do Modernismo**. Lisboa: **Depois do Modernismo**, p.31-32.

PERNES, Fernando (ed.), 1999. **Panorama da Arte Portuguesa no Século XX**, Porto: Campo das Letras, Fundação Serralves.

PORTAS, Nuno, 1993 [1977]. "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma Interpretação", ZEVI, Bruno (ed.), **História da Arquitectura Moderna**, vol. 2, Lisboa: Arcádia, pp. 687-744.

RICOEUR, Paul, 1983 [1975]. **A Metáfora Viva**, Porto: Rés Editora.

RICOEUR, Paul, 1991 [1986]. *Do Texto à Acção: Ensaios de Hermenêutica II*, Porto: Rés Editora.

36 RICOEUR, Paul, 2000 [1976]. *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa: Edições 70.

ROSSI, Aldo, 2001 [1966]. *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos.

SANTA-RITA, J. D., SIMÕES, Duarte Nuno, 1960. "A Decoração do Hotel Ritz", *Arquitectura*, 67, p. 53-55.

SILVA, J. P. Vicente da, 1959. "Estruturas de Pisos Múltiplos e Iguais: Exemplo do Hotel Ritz (Corpo Sobreelevado)", *Arquitectura*, 66, p.52-55.

SIZA, Álvaro, 2000 [1998]. *Imaginar a Evidência*, Lisboa: Edições 70.

SIZA VIEIRA, Álvaro, 2003 [2002]. "Piscinas de Leça [1961-1966], FERNANDES, Fátima, CANNATÁ, Michele (ed.), *Guia da Arquitectura Moderna: Porto, 1925-2002*, Porto: Edições ASA, pp. 156-157.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2002. *Territórios*, Barcelona: Gustavo Gili.

TAINHA, Manuel, 2000. *Textos do Arquitecto Manuel Tainha*, Lisboa: Estar Editora.

TÁVORA, Fernando, 1996 [1962]. *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana, 1997 [1994]. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto: FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana, 2004. "Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos", TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa: IPPAR, p.105-155.

VENTURI, Robert, 2004 [1966]. *Complexidade e Contradição em Arquitectura*, São Paulo: Martins Fontes.

# 5

2011

## Singularidade do Lugar Arquitetónico: Sete Dimensões para a Leitura do Território Contemporâneo

### Uniqueness of the Architectural Place: Seven Dimensions for the Reading of the Contemporary Territory

Chaves, Mário (coord.), *Que Futuro?* Lisboa: Editora da Universidade Lusíada, p.129-137, 2011.



Vista sobre o bairro Liberdade/Serafina. Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2016)

## Resumo

A discussão sobre a qualidade das obras e dos lugares arquitectónicos contemporâneos faz-se frequentemente em torno de diversos aspectos, entre os quais a adequação da obra arquitectónica ao lugar, ao contexto, à envolvente. Esta questão não é só levantada em termos físicos (considerando a forma, o clima, a topografia, os acessos, as vistas, etc.), mas também em termos estéticos e simbólicos. Actualmente, as questões acerca dos lugares adquiriram uma certa relevância, seja porque as cidades se alargaram de forma repentina, seja pela tomada de posição de alguns investigadores, segundo os quais o processo de globalização poderia pôr em perigo a diversidade cultural no mundo e a identidade de contextos locais e respectivos lugares. Embora o conceito de lugar seja muito utilizado no campo disciplinar da arquitectura em Portugal, (encontra-se quase sempre presente, quer em textos que acompanham projectos, quer em textos de carácter teórico), é algo que existe numa indefinição incaracterística. Este texto procura aprofundar o significado do conceito de lugar, no contexto das cidades actuais, tomando como pressuposto que a análise e descrição formal das obras arquitectónicas (por vezes através da decomposição em partes dos edifícios geradores dessas obras), não são suficientes para a sua leitura. Propomos, através de sete tópicos associados aos conceitos de espaço, de tempo e à consciência do papel dos intérpretes explorar outras formas de leitura e interpretação do mesmo.

## Abstract

Abstract. The discussion on the quality of contemporary architectural works and places is often based on a number of aspects, including the appropriateness of the architectural work to the place, to the context, to the surroundings. This question is not only raised in physical terms (considering form, climate, topography, access, views, etc.), but also in aesthetic and symbolic terms. Nowadays, questions about places have acquired a certain relevance, either because the cities have expanded dramatically or by the positioning of some researchers, according to which the process of globalization could endanger the cultural diversity in the world and the identity Contexts and places. Although the concept of place is widely used in the disciplinary field of architecture in Portugal (it is almost always present, both in texts that accompany projects and in texts of a theoretical nature), it is something that exists in an uncharacteristic indefinition. This text tries to deepen the meaning of the concept of place, in the context of the present cities, assuming that the analysis and formal description of the architectural works (sometimes through the decomposition in parts of the buildings that generate these works), are not enough for their reading. We propose, through seven topics associated with the concepts of space, time and the awareness of the role of the interpreters to explore other forms of reading and interpretation of the same.

O estudo dos lugares arquitectónicos<sup>1</sup> actuais torna-se particularmente delicado, quando consideramos importantes, um conjunto de factores que nos remetem para a contemporaneidade desses mesmos lugares. O tempo de vida desses lugares (e conseqüentemente as suas alterações físicas), a variedade dos seus utilizadores, a frequência com que estes mudam de lugar, e a tensão gerada entre diferentes edifícios e elementos urbanos, de configurações diferentes, escalas diferentes e de épocas diferentes, são alguns aspectos que caracterizam os lugares actuais e que importa compreender para o reconhecimento dos lugares na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando assim o seu sentido literal.

### 1. O lugar físico, métrico e tridimensional

A abordagem que fazemos do lugar, dentro de um conjunto de possíveis e diferentes abordagens (física, geográfica, antropológica, etc.), é específica: consideramos que o lugar arquitectónico tem como epicentro um edifício, considerado na relação que este estabelece com a envolvente e portanto, o nosso lugar é físico, métrico e tridimensional, não cabendo neste ensaio as novas realidades espaciais identificadas por Montaner como “espaços mediáticos, não-lugares e ciberespaços” (Montaner, 2001:43). A noção de lugar arquitectónico aceite neste artigo parte, portanto, da predefinição de um lugar que engloba um edifício (como seu epicentro) e a relação que este estabelece com a envolvente, sendo a envolvente materializada através das componentes arquitectónicas (genericamente, edifícios) articuladas por elementos urbanísticos do espaço público (ruas, viadutos, jardins, parques, etc.) incluindo elementos infra-estruturais que se encontram visíveis (postes eléctricos, sinalização, publicidade, arborização, etc.). O lugar arquitectónico é, neste sentido, tal como o lugar aristotélico<sup>2</sup>, de natureza métrica, ou seja, não tem um carácter virtual e define-se através das três dimensões: tem largura(s), altura(s) e profundidade(s), identificando-se, deste modo, como um espaço mensurável.

<sup>1</sup> O conceito de lugar arquitectónico é definido pelo edifício (como o epicentro do lugar) e pela relação que este estabelece com o espaço físico que o envolve, designado por envolvente ou contexto

<sup>2</sup> Ver: Aristóteles, 1998 [Séc. IV a.C.] “Livro IV A” El Lugar”, A Física, Madrid: Editorial Grados S.A., p.221-245.

### 2. O lugar relacional

Dado que o lugar arquitectónico engloba um edifício e a relação que este estabelece com a envolvente, podemos dizer que as obras arquitectónicas partem de lugares e contextos pré-existentes, criam novos contextos e, neste sentido, novos lugares. Estes, por sua vez, relacionam-se com outros lugares, são partes de conjuntos que se relacionam a nível local, a nível territorial e a nível global. O lugar é assim relacional.

Como o lugar engloba o edifício e a envolvente, quando falamos de lugar o espaço exterior não é um mero espaço residual em relação ao edifício, mas sim o seu complemento, existindo um exterior, que é a envolvente, em correlação com um interior, que é o edifício – o epicentro desse lugar. Podemos dizer que existem vínculos entre ambos, constituindo estes o próprio lugar, uma vez que, o exterior só existe em relação com o seu interior, ou seja, só existe um exterior em função do interior e vice-versa.

O lugar parece, assim, assentar num duplo sentido, que nos é sugerido pelo facto de ele se constituir circunstância e circunstante: um lugar é condicionado na sua organização pelo que já existe mas, uma vez organizado e construído, passa a condicionar organizações futuras ou, retomando as palavras de Távora, “ele é condicionado na sua elaboração e condicionante na sua existência” (Távora, 1996: 21-22).

### 3. O lugar como pertença

Se, na caracterização do lugar, introduzirmos o conceito de pertença, as leituras que habitualmente se fazem dos lugares onde existe um edifício (pretensamente autónomo), e a envolvente (pretensamente adversa), deixam de existir. À luz do conceito de pertença define-se o lugar como englobante dos dois elementos que o constituem – o edifício e a envolvente. Este conceito sublinha uma relação de inclusão e não de oposição<sup>3</sup>, uma vez que, o lugar só existe enquanto tal, porque aquele edifício lá está.

<sup>3</sup> Clarifiquemos o conceito de pertença na relação da obra de arquitectura com a envolvente, recorrendo ao conceito de oposição, uma vez que muitas vezes a obra é vista como oposta (separada do sítio). Na linha filosófica distingue-se oposição na lógica (inoporuna dentro da nossa perspectiva), de oposição na metafísica, que caberá nos termos que nos interessam. Assim, em termos metafísicos, entende-se por oposição “o modo de relação entre realidades contrárias. Essas realidades são concebidas comumente como interdependentes” (Mora, 1982: 297).

À luz desta perspectiva, é uma falácia dizer que, um edifício está bem integrado em relação à envolvente (ou seja, em relação a um exterior), uma vez que foi criado um novo lugar e essa integração passou a depender do novo lugar e não do anterior. Ao pensarmos no lugar arquitectónico na perspectiva da relação entre o edifício e a envolvente, estas duas realidades não são independentes das suas relações, pois nem o edifício nem a envolvente são prévios à relação, sendo a relação que constitui o próprio lugar.<sup>4</sup> Na relação que se estabelece entre o edifício e a envolvente, o lugar que se cria é formado essencialmente pela própria relação, e não pela soma do edifício e da envolvente, existentes. “O espaço exterior não é um mero espaço residual do edificado mas sim o seu complemento orgânico, lógico, prático.” (Tainha, 2000: 86). Faz parte do próprio lugar e por isso passa a pertencer-lhe.

#### 4. O lugar e a variedade dimensionalmente

Para além das características anteriormente apontadas – o lugar físico, métrico, tridimensional, relacional e pertencente sempre a outro lugar –, podemos dizer que o lugar varia dimensionalmente e que é sempre maior do que o edifício que o gera. Ora, se o lugar arquitectónico se define na relação que a obra estabelece com a envolvente, como a própria definição indica, aquele inclui a envolvente, por isso é sempre maior do que a coisa contida (o edifício), implicando, deste modo, uma dimensão variável. Embora o lugar possa ser lido “de perto” tomando uma dimensão ou ser lido “de longe” tomando outra dimensão, este dificilmente tem limites definidos. Apesar de reconhecermos que o lugar arquitectónico é passível de ser medido através das três dimensões (altura, largura e profundidade), reconhecemos igualmente que o mesmo lugar pode ter como característica fundamental a variedade dimensional.

Para melhor compreender o que acabamos de dizer, recordemo-nos de Gregotti, quando nos diz que, ao fazer uma representação, elegemos um conjunto de significados através de critérios de representação. Mas, se representar um lugar depende sempre de um horizonte inerente ao interesse específico do seu intérprete ou usufruidor, assumindo ele, deste

<sup>4</sup>Ver relações internas e relações externas em Mora (1982: 351).

modo, sentidos diferentes, o que nos interessa é que a leitura de um lugar a diversas escalas não é única e indiferente, possuindo a dimensão um poder de especificação muito particular. É fácil perceber o que acabamos de dizer se pensarmos num lugar concreto e tentarmos lê-lo a diferentes distâncias e sob diferentes perspectivas. Na linha de Gregotti, “existem, por exemplo, limites dimensionais de mudança de significado para formas iguais” (Gregotti, 2004: 55). Em termos práticos, o lugar não é produto de um desenho unitário ou só o é enquanto representação, ou seja, como reprodução efectiva de uma imagem, de uma realidade que, ao transformar-se em representação, cria intencionalmente um limite, como forma de se poder representar.

A partir de escalas diferentes, o mesmo lugar tem dimensões e significados diferentes – a cada dimensão corresponde um sentido; a mesma forma pode ter sentidos diferentes e as relações que se criam com a envolvente têm leituras diferentes consoante a escala ou a dimensão com a qual trabalhamos ou que encontramos.

#### 5. O lugar não objectivável

Seguindo esta linha de pensamento, podemos perceber que o lugar é uma entidade não objectivável; para além de não ter limite definido, o mesmo lugar não tem uma só forma tal como não tem uma só *figura*. Se entendermos por *forma* o aspecto exterior de um objecto, isto é, a sua configuração em termos de massa e volume, podemos então dizer que o lugar tem *forma*. Mas, uma vez que o lugar se deixa representar de diferentes maneiras, podemos então dizer que o lugar tem *formas*, uma vez que o podemos representar, embora, nem sempre da mesma maneira, nem sempre com a mesma dimensão e nem sempre segundo a mesma perspectiva. A *figura*, em contrapartida, considerando o aspecto interior de um objecto, ou seja, a sua essência, ou o seu significado muda consoante o observador, as épocas, os diferentes autores e, até, os diferentes utilizadores; porque a figura é o poder de comunicação – o sentido – que a *forma* possui.<sup>5</sup> Nesta perspectiva, a definição do lugar, é o produto de uma rede de possibilidades, uma vez que nunca se define por si próprio, mas sempre

<sup>5</sup>Gregotti, Vittorio, 2004 [1972]. Território da Arquitectura, S. Paulo: Perspectivas, p.28.



na relação com outros lugares e segundo diferentes pontos de vista.

## 6. O lugar como acontecimento

Para além de ser de natureza métrica, incluir a relação entre o edifício e a envolvente, variar dimensionalmente e não ser objectivável a não ser enquanto representação, o lugar arquitectónico caracteriza-se igualmente pelo carácter de acontecimento que lhe é inerente e que nos remete para a sua natureza mutável. Neste sentido, o lugar define-se como “algo que ocorre, toma lugar, ou sucede, numa determinada região do espaço ao longo de um determinado período de tempo” (Branquinho, 2001: 22).

Actualmente, em reflexo de novas dinâmicas e da alteração do estilo de vida, os lugares crescem de forma contínua, mas incluem rupturas a nível formal e temporal – as cidades “evoluem para aglomerações extensivas, fragmentadas ou dispersas” (Portas et al., 2003: 96); por outro lado, não têm limites facilmente reconhecíveis, constituindo assim um novo dado em relação ao paradigma da leitura dos lugares arquitectónicos. Também se verifica que, as obras e os lugares alteram os seus usos e a sua forma com grande rapidez, transformando-se, deste modo, noutros lugares: antigos castelos ou conventos são actualmente pousadas, antigos cafés são hoje instituições bancárias e edifícios históricos passaram a ser sedes de grandes empresas. Para além disso, edifícios de pequena altura são rapidamente substituídos por outros de grande altura, os espaços vazios são substituídos por novas construções, ou ocupados de forma repentina e semiclandestina (como é o caso dos terrenos baldios que rapidamente são ocupados, por exemplo, para estacionar automóveis). A acrescentar a estas mudanças, as pessoas deslocam-se cada vez com maior rapidez, alterando assim a sua relação com os lugares e o sentido que lhes atribuem.

Igualmente, o que acontece muitas vezes aos lugares está longe das expectativas do seu autor – um lugar muda muitas vezes de um modo imprevisível, num processo que comporta constantes alterações e mudanças, por vezes, radicais. A partir da construção do edifício como elemento fundador, ao longo do tempo percebemos que aquilo que já foi não pode vir a ser e o lugar deve, deste modo, ser considerado uma entidade irreversível.

Partindo do princípio de que a arquitectura trabalha com materiais inertes, a sua envolvente, certamente, se modifica. Como sabemos até a paisagem natural se transforma, está sempre em mutação; no caso dos lugares, a envolvente construída também se altera – são construídos novos edifícios, uns são acrescentados, outros são demolidos, os acessos modificam-se, etc. A própria arquitectura não se modifica muitas vezes em relação à sua forma, mas envelhece, a cor altera-se, os materiais desgastam-se.

Dado que a mutabilidade do lugar arquitectónico se refere ao facto de as relações que esse lugar estabelece com o mundo físico que o cerca não serem estáveis e permanentes, esta característica permite-nos perceber a razão pela qual, nas nossas cidades e nos edifícios que construímos, o que acontece muda muitas vezes de um modo imprevisível e normalmente as expectativas que tínhamos acerca de um lugar não correspondem ao que depois se verifica.

## 7. O lugar como obra aberta

Para além das suas características físicas, o lugar arquitectónico é igualmente as leituras que fazemos dele ao longo do tempo. Superando o seu significado literal, qualquer lugar proporciona uma pluralidade de leituras que surgem na continuidade umas das outras, o que implica que o lugar arquitectónico seja uma obra em aberto.<sup>6</sup>

A razão pela qual subentendemos que o lugar é uma entidade em aberto deve-se ao facto de este, por um lado, estar exposto a quem o quiser usar (existe perante qualquer lugar uma infinidade de intérpretes de diferentes épocas, cada um com o seu modo de ver e de pensar) e por outro, porque as obras e os lugares e os significados que se constroem acerca deles são sempre o resultado de inúmeras interpretações anteriores à nossa e que vão alterando o significado do próprio lugar.

---

<sup>6</sup> Não podemos deixar de referir o conceito de obra aberta de Umberto Eco. Para este autor, o conceito de obra aberta nasce da relação de fruição entre o fruidor (intérprete) e a obra e surgiu das experiências musicais de Luciano Berio: “estas novas obras musicais consistem (...), não numa mensagem acabada e definitiva, não numa forma organizada univocamente, mas numa possibilidade de várias organizações confiadas à iniciativa do intérprete, e apresentam-se portanto, não como obras acabadas que pedem para ser revividas e compreendidas dentro de uma direcção estrutural dada, mas como obras ‘abertas’, que serão levadas a cabo pelo intérprete no mesmo momento em que as frui esteticamente” (Eco, 1986: 67). Deste modo, o conceito de obra aberta é formulado como “proposta de um ‘campo’ de possibilidades interpretativas...” (Eco, 1986: 173).

Igualmente, o lugar constrói-se como um todo a partir das suas partes, tornando-se um todo individual e por isso singular e único. Uma vez que resulta da relação do edifício com a envolvente, está implícito o conceito de individualidade, uma vez que, um lugar nunca é passível de ser repetido, porque se inscreve num determinado local de uma forma única e irrepetível. Assim, tendo um lugar várias partes com diferentes relevâncias, pode ser construído, observado e usado de várias maneiras, reconhecendo-se assim um campo ilimitado de leituras, usos e interpretações possíveis. É devido a este facto que um lugar ganha individualidade e que, ao ser percebido, pode ser compreendido segundo esta ou aquela perspectiva, mas nunca segundo todas as perspectivas ao mesmo tempo. Por outro lado, ao proporcionar diferentes leituras, estas estão orientadas segundo um estímulo definido pela própria obra. Cada intérprete dá uma resposta orientada pelas particularidades de cada lugar enquanto pré-existência, uma vez que a construção de um lugar é sempre uma resposta a uma pergunta que já traz um sentido.

### **Conclusão**

Através deste pequeno ensaio podemos considerar as obras e os lugares, no território contemporâneo, como entidades em aberto. Para além de nunca se darem como terminados, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista das interpretações que deles se possam fazer, os lugares comportam uma carga de não objectividade embora, sejam passíveis de serem objectivados através da sua representação. Neste sentido, apesar da sua natureza métrica, a sua dimensão varia consoante o ponto de vista dos seus intérpretes, o seu modo de ver, a época em que se encontram, a sua experiência e cultura. Por outro lado, os lugares têm um carácter relacional, porque qualquer lugar faz sempre parte de outros lugares, daí a intertextualidade que verificamos nas cidades actuais e a singularidade que lhes atribuímos: um lugar é único e irrepetível porque se relaciona naquele sítio, daquela maneira, e é visto a partir de um intérprete situado numa determinada época, a partir de uma cultura (se não fosse assim seria outro lugar). Para além de ser único porque se relaciona de uma forma única com o local onde se implanta, a singularidade advém-lhe igualmente do facto de ser um todo e, como tal, poder ser lido a partir das suas diferentes partes, mas nunca de todas ao mesmo tempo.

De acordo com as mudanças que ocorrem em qualquer lugar, este pode ser visto como um acontecimento, ou seja, como algo que ocorre numa determinada região durante um período de tempo. Igualmente, qualquer obra ou lugar só se completa se for apropriado pelos seus intérpretes e utilizadores, sendo essa apropriação um campo de possibilidades aberto e ilimitado. Assim, não há que lhe impor um fechamento, através de um conjunto de regras e princípios, mas reconhecer que o lugar continua para lá do nosso tempo. Os lugares, na relação que as obras arquitectónicas estabelecem com a envolvente, deverão ser vistos como uma possibilidade em constante revisão, neles coexistindo vários tempos e diferentes intérpretes. Podemos, então, perceber que há contextos para muitos e diferentes lugares, sendo os lugares arquitectónicos essa mesma possibilidade em permanente recriação. A riqueza dos lugares que constituem as cidades contemporâneas está na diversidade e na unidade, na possibilidade de os vivermos através da variedade de leituras que proporcionam, nos diferentes sentidos que podem tomar, na continuidade e na descontinuidade, e no conjunto de questões que levantam ao longo do tempo. Se a cidade actual é de difícil leitura segundo os modelos da cidade tradicional, teremos que encontrar outras formas de a avaliar e a interpretar, extravasando as leituras formais dos lugares e antes, encontrar-lhe e atribuir-lhe um sentido.

## Bibliografia

AA.VV. (2006), **Operação Cova da Moura, Iniciativa Operação de Qualificação e inserção Urbana em Bairros Críticos – Volume I - Diagnóstico**. Malheiros, Jorge, (coord. geral), Lisboa.

ARISTÓTELES, 1998 [Séc. IV a.C.]. “Livro IV A) El Lugar”, *A Física*, Madrid: Editorial Grados S.A., pp. 221-245.

BLEICHER, Josef, 2002 [1980]. **Hermenêutica Contemporânea**, Lisboa: Edições 70.

BRANQUINHO, João, 2001. “Acontecimento”, BRANQUINHO, João, MURCHO, Desidério (eds.), *Enciclopédia de Termos Lógico-filosóficos*, Lisboa: Gradiva, pp. 22-27.

ECO, Umberto, 1986 [1962]. **Obra Aberta**, Lisboa: Editora Perspectiva.

FRAMPTON, Kenneth, 2000 [1980]. **História Crítica da Arquitectura Moderna**, São Paulo: Martins Fontes.

GADAMER, Hans-George, 1998 [1996]. **O Problema da Consciência Histórica**, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.

GADAMER, Hans-George, 2004 [1960]. **Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**, Petrópolis: Editora Vozes.

GREGOTTI, Vittorio, 2004 [1972]. **Território da Arquitectura**, S. Paulo: Perspectivas.

MONTANER, Josep Maria, 2001. **Después del Movimiento Moderno: Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX**, Barcelona: Gustavo Gili.

MORA, José Ferrater, 1982 [1977]. **Dicionário de Filosofia**, Lisboa: Dom Quixote.

MUNTAÑOLA, Josep Thornberg (ed.), 2003. **Arquitectura y Hermenéutica**, 4, Barcelona: Architectonics, Ediciones UPC.

PALMER, Richard E., 1999 [1969]. **Hermenêutica**, Lisboa: Edições 70.

PORTAS, N., DOMINGUES, A., CABRAL, J., 2003. **Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RICOEUR, Paul, 2000 [1976]. **Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação**, Lisboa: Edições 70.

SILVA, Isabel, 1997 [1989]. “Sentido”, **Logos: Enciclopédia Luso Brasileira de Filosofia**, vol. 4, Lisboa/São Paulo: Verbo, p.1033-1037.

SILVA, Teresa Madeira da, 2009. **Um Modelo Teórico de Interpretação do Lugar Arquitectónico como Modo de Investigação Projectual - Uma Leitura Hermenêutica**. ZEIN, Ruth Verde (org.), IV PROJECTAR 2009 Projecto como Investigação: Antologia. São Paulo: Editora Alter Market.

SIZA, Álvaro, 2000 [1998]. **Imaginar a Evidência**, Lisboa: Edições 70.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2002. **Territórios**, Barcelona: Gustavo Gili.

TAINHA, Manuel, 2000. **Textos do Arquitecto Manuel Tainha**, Lisboa: Estar Editora.

TÁVORA, Fernando, 1996 [1962]. **Da Organização do Espaço**, Porto: FAUP Publicações.

VENTURI, Robert, 2004 [1966]. **Complexidade e Contradição em Arquitectura**, São Paulo: Martins Fontes.

# 6

2012

## **A Consciência Histórica na Interpretação do Lugar Arquitetónico**

Historical consciousness in  
the interpretation of the  
architectural place

Arquiteturarevista, v.8, n.1 (Jan/Jun 2012), p.3-7, 2012.



Demolições. Bairro Liberdade/Serafina. Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)

## Resumo

Este texto procura clarificar e ampliar as leituras das obras e dos lugares arquitectónicos, no campo disciplinar da arquitectura. Tomando como pressuposto que a análise e descrição formal das obras arquitectónicas (por vezes através da decomposição em partes dos edifícios geradores dessas obras), não é suficiente para a sua leitura propomos, através de um conjunto de reflexões associadas aos conceitos de espaço, de tempo e à consciência do papel dos intérpretes, explorar outras formas de leitura e interpretação do mesmo. O enfoque geral desta investigação assenta na filosofia hermenêutica contemporânea, nas figuras de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur e no facto de a interpretação ou a realização de uma obra ou de um lugar arquitectónico ser o resultado da acção humana. Para Gadamer, o homem finito, o homem histórico vê e compreende sempre a partir do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço, não podendo colocar-se acima da relatividade da história para procurar um “conhecimento objectivamente válido” (Gadamer, 2004: 30). Este texto evoca, assim, na interpretação do lugar arquitectónico, a dimensão finita e relacional do homem e o seu enraizamento histórico, centrando o campo da interpretação num outro paradigma em relação ao que habitualmente se pratica. Assim, são introduzidos, como dados a ter em conta na leitura dos lugares, dimensões afectas aos seus intérpretes, normalmente excluídas de qualquer leitura.

## Abstract

This paper seeks to clarify the reading of architectural places, in the disciplinary architecture area. Considering how assumption, that formal description and analysis of the architectonic place, (through its segmentation and outside the context of its interpreter), is not enough for its interpretation, we propose, through a series of reflections linked a different concepts - space, time and the consciousness of the role of interpreters -, explore other forms of reading and interpretation of the place. The focus of this research is based on contemporary hermeneutical philosophy, of Hans-Georg Gadamer and Paul Ricoeur and the fact that the architectural place interpretation be the result of human action. For Gadamer, the finite man, the historical man sees and understands history always from his point of view, located in a particular time and in a particular space, and can't put up the relativity of history to look for an “objectively valid knowledge” (Gadamer, 2004: 30). This paper evokes in the interpretation of the place, the finite and relational dimension of man and his historical roots, focusing the field of interpretation in a different paradigm from what is practiced routinely. So, are introduced, in a place reading dimensions allocated to their interpreters, normally excluded from any reading.

A discussão sobre a qualidade dos lugares arquitectónicos<sup>1</sup> faz-se frequentemente em torno de diversos aspectos, entre os quais a adequação da obra arquitectónica ao lugar, ao contexto, à envolvente. Esta questão não é só levantada em termos físicos (considerando a forma, o clima, a topografia, os acessos, as vistas, etc.), mas também em termos estéticos e simbólicos.

As obras arquitectónicas partem de lugares e contextos pré-existentes, criam novos contextos e, neste sentido, novos lugares. Estes, por sua vez, relacionam-se com outros lugares, são partes de conjuntos que se relacionam a nível local, a nível territorial e a nível global. Assim, a noção de lugar, na relação da obra arquitectónica com o contexto, é uma dimensão fundamental para a arquitectura, fazendo parte do discurso que a define e do universo que, ao longo do século XX, caracterizou a teoria e a prática da arquitectura portuguesa. Mais recentemente, no final do século XX e início do século XXI, o tema do lugar adquiriu ainda mais importância, seja porque as cidades se alargaram de forma abrupta, seja pela tomada de posição de alguns investigadores, segundo os quais o processo de globalização poderia pôr em perigo a diversidade cultural no mundo e a identidade de contextos locais e respectivas “arquitecturas”.

As referências ao lugar e à relação da obra arquitectónica com a envolvente, ou com o contexto, constituem um tema dominante na prática, na teoria e na crítica da arquitectura contemporânea. Apesar disso, o conceito de lugar existe numa indeterminação característica: se, por um lado, o termo lugar é cheio de significado e é algo que se encontra quase sempre presente, quer em textos que acompanham projectos, quer em textos de carácter teórico, por outro, esse mesmo conceito é utilizado de forma vaga e por isso pouco compreensível<sup>2</sup>. É neste sentido que se torna relevante pensar e debater as variáveis que contribuem para a sua definição a partir de uma releitura com um enfoque na filosofia hermenêutica<sup>3</sup> contemporânea de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur.

<sup>1</sup> O conceito de lugar arquitectónico é definido pelo edifício (como o epicentro do lugar) e pela relação que este estabelece com o espaço físico que o envolve, designado por envolvente ou contexto.

<sup>2</sup> Na monografia *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, por exemplo, o conceito de lugar não está referenciado, mas antes o de lugar-comum, pouco relevante para a nossa investigação (Rodrigues et al., 2002: 174).

Dado que o tema do lugar arquitectónico nos remete para a questão da interpretação, porque projectar um edifício é pensá-lo em termos da sua forma, e também uma resposta a um problema formulado pela própria encomenda sob a forma de projecto, o seu resultado pressupõe a possibilidade de uma diversidade de respostas possíveis. Essas respostas estão associadas a um conjunto de variáveis decorrentes do cruzamento entre a experiência vivida pelo arquitecto/projectista, e as circunstâncias físicas, históricas e sociais do contexto pré-existente e ainda da interpretação das condicionantes decorrentes do programa, do orçamento ou mesmo do gosto do cliente. Para além do seu valor material, como um objecto construído e fisicamente existente, existe, portanto, um conjunto de valores que dotam os lugares arquitectónicos de uma multiplicidade de significados, ou seja, segundo a terminologia de P. Ricoeur, de um excesso de sentido (Ricoeur, 2000). Sendo a interpretação fruto da acção humana e sendo, também, uma variável incontornável na resposta à formulação do lugar, importa inclui-la na leitura do lugar, tendo presente a consciência da distanciação entre a situação original (a da produção original do lugar) e a situação actual (a do intérprete). Importa referir que o conceito de interpretação comporta aqui duas orientações: num sentido, interpretar significa como dizer ou como exprimir, dando ênfase, deste modo, ao aspecto criativo de qualquer obra (o arquitecto faz uma interpretação do sítio, do programa, das intenções do cliente, ao realizar uma obra de arquitectura); noutra sentido, interpretar significa explicar e compreender. “Podemos exprimir uma situação sem a explicar; exprimi-la é interpretá-la, mas explicá-la é também uma forma de ‘interpretação’” (Palmer, 1999: 30-31). Assim, sabemos que, ao abordar um lugar com o fim de construir uma obra, o arquitecto interpreta-o exprimindo, fazendo uma obra, mas ao explicar aquele lugar também está a interpretá-lo.

O ponto de partida deste texto, pressupõe, deste modo, que a natureza do lugar arquitectónico engloba, para além da componente técnica e objectiva (que nos remete para o sentido literal), a componente significativa (que nos remete para a interpretação).

<sup>3</sup> “Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido” (Bleicher, 2002: 362). A importância central da hermenêutica, como disciplina que estuda a interpretação, está associada a três disciplinas humanistas: a teologia, a filosofia e a interpretação literária. No entanto, torna-se cada vez mais evidente que esta se pode estender a qualquer domínio da interpretação (Palmer, 1999: 16).

Dado que a hermenêutica apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel desempenhado pelos diferentes intérpretes, consideramos fundamental associar à leitura do lugar alguns conceitos desenvolvidos por essa disciplina, tanto para caracterizar o lugar como para o interpretar.<sup>4</sup> Assim, para a leitura do lugar, a nossa premissa assenta no facto de o método indutivo, que até recentemente foi considerado a base das ciências experimentais, não ser suficiente para se compreender correctamente a natureza do lugar arquitectónico. Na linha de Gadamer, “o método indutivo (...) observa unicamente regularidades” (Gadamer, 1998: 25); ora, para compreender um lugar, o que se pretende é compreendê-lo na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando a sua descrição e incluindo um conjunto de variáveis que nos remetem para outro tipo de leitura.

Ao contrário do modelo dominante de leitura do lugar arquitectónico que recorre a técnicas de análise arquitectónica à “imagem do cientista que isola um objecto para ver como ele é feito”<sup>5</sup> tratando as obras e os lugares arquitectónicos como se fossem “objectos, naturais e silenciosos” (Palmer, 1999: 19) procuramos incluir variáveis que ultrapassam, deste modo, as técnicas de explicação de uma obra, para os situar num horizonte humano de sentido. À semelhança do que a hermenêutica defende para as obras literárias, os lugares deverão ser alvo de uma compreensão humanista, que implica a interpretação, ou seja, a decifração da marca humana que qualquer lugar comporta.<sup>6</sup>

A chave da nossa investigação assenta assim, em duas ideias principais: a primeira, que a descrição e análise puramente formal dos lugares arquitectónicos, fora do contexto dos intérpretes, não é suficiente para a sua interpretação e, por isso, um lugar construído a partir de uma obra passada não pode ser vista unicamente nos seus próprios termos, uma vez que, o seu significado se define a partir de um conjunto de questões colocadas no presente. E a segunda, que a linguagem arquitectónica se realiza como

<sup>4</sup> “A hermenêutica enquanto se define como o estudo da compreensão das obras humanas, transcende as formas linguísticas de interpretação. Os seus princípios aplicam-se não só às obras escritas, mas também a quaisquer obras de arte” (Palmer, 1999: 22).

<sup>5</sup> Tal com descreve Palmer em relação à aplicação do método científico ao estudo de obras literárias (1999: 18).

<sup>6</sup> “O campo da hermenêutica nasceu como esforço para descrever [os] modos de compreensão, mais especificamente ‘históricos’ e ‘humanísticos’” (Palmer, 1999: 19).

discurso e por isso não deve ser tratada somente através da análise dos signos isoladamente, mas antes atendendo-se à interligação entre eles e à sua rede de relações, remetendo-nos, deste modo, para a obra ou o lugar arquitectónico como um todo e portanto para o seu significado.

A partir destas premissas, pressupomos que, qualquer lugar está sujeito à interpretação e que qualquer interpretação deverá incorporar o papel dos seus intérpretes, que vêem e compreendem sempre a partir do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço, ou seja, a partir da sua condição histórica.

Ao incluir a condição histórica na leitura dos lugares pudemos perceber que nenhum intérprete se encontra num modo de ser neutro quando analisa ou projecta um lugar ou uma obra arquitectónica, mas inserido num contexto de tradição que o marca historicamente num tempo e num espaço. Ao incluir a participação do intérprete na interpretação, considera-se o lugar como existência num determinado tempo e num determinado contexto histórico e, por isso, para além da sua objectivação (que é subjectiva, porque isolada do seu contexto).

Na linha de Ricoeur, a par da materialidade (paredes, muros, vãos, ruas, acessos, etc.), no domínio da arquitectura existem outros aspectos que permitem que cada intérprete veja algo que outro não vê permitindo que os mesmos, adquiram uma multiplicidade de sentidos, decorrentes da possibilidade de cada intérprete ver o todo a partir de algumas das suas partes, mas nunca de todas ao mesmo tempo. Por outro lado, na leitura de qualquer obra ou lugar, o intérprete não se encontra de consciência vazia, ou temporariamente preenchida com a situação em causa, antes fazendo actuar uma intenção preliminar relativamente à situação. A intenção preliminar, ou juízos prévios, advém do facto de qualquer pessoa ter, à partida, um reconhecimento que lhe é dado pelo seu enraizamento no mundo. Podemos, assim, compreender que qualquer interpretação se inscreve sempre num horizonte de possibilidades e pressupõe sempre uma familiaridade, uma competência prévia, uma pré-compreensão do mundo que habitamos.

Em *Tempo e Narrativa* (Ricoeur: 1983), Paul Ricoeur aprofunda a sua concepção de interpretação (para as obras literárias), através da tripla mimesis: mimesis I, II e III. De uma forma sucinta, a tripla mimesis apresenta-se da seguinte forma: na mimesis I ou prefiguração, o mundo do texto não é resultado da imaginação delirante de um sujeito alienado, mas parte do mundo da acção no interior do qual vive o seu autor; na mimesis II ou configuração, a construção de um texto procura configurar um mundo outro, distinto do mundo do autor; na mimesis III ou reconfiguração, o texto exerce sempre influência sobre o modo de o leitor sentir, habitar ou sonhar o mundo. Assim, a prefiguração mostra que a representação da acção implica um enraizamento vivencial, ou seja, uma pré-compreensão do agir humano que une autor e usufruidor, sendo que, o sentido dado ou estruturado pela visão preliminar e pela antecipação de sentido, forma, para qualquer projecto, o horizonte a partir do qual qualquer coisa será compreendida.

A partir desta perspectiva compreendemos que, não podemos abandonar o presente e enveredar pelo passado, e que o significado de um lugar não pode ser visto nos seus próprios termos. Pelo contrário, o significado de um lugar do passado define-se em termos de questões que se lhe colocam a partir do presente (Palmer, 1999: 185), estando essas questões alicerçadas em pressupostos ou juízos prévios decorrentes do próprio presente. Neste sentido, os juízos prévios são a base que temos para compreender as obras do passado, porque todas as leituras que se possam fazer dos lugares veiculam a tradição, no sentido em que respondem, através de um conjunto de pressupostos, a uma questão formulada em cada uma das épocas.

Com este enfoque, podemos compreender melhor e reafirmar que, a análise unicamente formal – supostamente objectiva –, que se prende com as características formais, as questões da funcionalidade, os percursos, os acessos, a topografia, as vistas, os materiais, etc., não proporciona uma leitura completa do lugar arquitectónico na sua totalidade.

Caracterizemos agora o papel dos intérpretes, segundo a linha que nos propomos seguir: o intérprete e o objecto estão ligados por um contexto de tradição. Segundo a perspectiva hermenêutica aqui preconizada, essa

ligação implica a existência prévia de uma compreensão do objecto (por parte do intérprete quando o aborda), sendo o sujeito, por isso, incapaz de começar com um espírito neutro (Bleicher, 2002: 15). Esta perspectiva aplica-se às três categorias de intérpretes possíveis: autor/arquitecto, investigador e utilizador ou usufruidor. Assim, um dos aspectos subjacentes ao processo criativo de um lugar parte do facto de que a situação do intérprete é sempre caracterizada pela antecipação de sentidos, ou seja, pelo conjunto de preconceitos que ele traz consigo. O arquitecto não se confronta com um sítio, uma obra ou um terreno em total neutralidade, em total pureza, assim como quem investiga ou utiliza uma obra ou um lugar não se relaciona com ele sem uma expectativa de sentido. Segundo Ricoeur, “o sentido dado pela visão preliminar e pela antecipação forma, para qualquer projecto, o horizonte a partir do qual qualquer coisa será compreendida enquanto tal e tal” (Ricoeur, 1991: 57).

Se observarmos qual o papel do lugar, enquanto pré-existência, este serve como um elemento integrador do projecto e o lugar que irá ser criado resulta da composição dada pelo autor em situação, mais do que do lugar enquanto pré-existência, uma vez que este por si só não determina o resultado final.

No acto de projectar, o lugar (pré-existente) é antes utilizado como um dado operativo, tal como, por exemplo, o programa; isto porque, como referimos, quando o arquitecto aborda um lugar já tem uma pré-ideia que condiciona a possibilidade desse lugar, resultante da época e da cultura onde se inscreve. Dito de outra forma, um sítio pré-existente não é a causa determinante ou necessária de um lugar arquitectónico, embora seja na maioria dos casos assimilado como fonte geradora de uma ideia. As condicionantes são condicionantes na medida em que constituem um meio para resolver um determinado problema, mas as soluções podem ser múltiplas e variadas e, neste sentido, podemos dizer que existe uma predisposição ou um preconceito por parte de quem constrói que permite que o resultado seja sempre diferente. Como nos diz Távora, embora a obra tenha de “satisfazer e atender à circunstância, não é por esta ‘fatalmente determinada’” (Távora, 1996: 24).



Compreender o conceito de juízos prévios permite perceber que há sempre pressupostos – concepções prévias –, que nos chegam da tradição e que modelam os nossos preconceitos. Essa pré-compreensão dá-se a um nível inconsciente pré-reflexivo e, desta forma, tudo o que configuramos já está presente no nosso mundo, pressupondo sempre uma familiaridade.

A partir daqui podemos dizer que as diferentes interpretações das obras arquitectónicas são múltiplas e variadas mas não são aleatórias. Apesar de o projecto arquitectónico se centrar num procedimento lógico e racional a partir de um problema específico, todo o processo de elaboração do projecto é interpretativo e exige do arquitecto uma tomada de sucessivas decisões baseadas em escolhas que consequentemente implicam exclusões. Essas escolhas, não sendo aleatórias, nem subjectivas, como à primeira vista poderia parecer (uma vez que existem uma infinidade de possibilidades), derivam do nosso enraizamento numa dada cultura e numa dada sociedade. A concepção de um lugar emerge assim da situação histórica do autor e da experiência vivida por este.

Por outro lado, qualquer interpretação incorpora as interpretações anteriores a ela e o seu significado corresponde ao sentido que essa mesma interpretação tem para o intérprete no momento em que ele se encontra. As interpretações de um lugar (que constroem a história desse lugar) são construções sempre contemporâneas baseadas na dialéctica entre passado e presente e orientadas pelo interesse de quem as produz. Importa referir a teoria desenvolvida por Muntañola em torno da *Topogénesis*<sup>7</sup> que assinala as diferentes interpretações do lugar sugeridas através da dualidade inseparável constituída pelo indivíduo e pela história. Para este autor, a noção de lugar e os significados de cada lugar não podem ser separados da perspectiva histórico-individual e da perspectiva histórico-colectiva. Na esteira de Gadamer, na obra deste autor, ressalta um aspecto importante para compreender o significado da obra arquitectónica e que tem a ver com o momento histórico e a atitude perante a história: analisar o passado não é retroceder, mas estudá-lo a partir do presente e

<sup>7</sup> Da vasta obra de Josep Muntañola, destacamos os 3 volumes em torno da *Topogénesis*: MUNTAÑOLA, Josep Thornberg, - 1979. *Topogénesis Uno: Ensayo sobre el Cuerpo y la Arquitectura*, Barcelona: Oikos-tau.  
- 1979. *Topogénesis Dos: Ensayo sobre la Naturaleza Social del Lugar*, Barcelona: Oikos-tau.  
- 1980. *Topogénesis Tres: Ensayo sobre la significación en Arquitectura*, Barcelona: Oikos-tau.

das interpretações que se foram realizando entre o passado e o presente.<sup>8</sup> O que interessa para Muntañola é fundamentalmente a arquitectura na sua relação com o homem como indivíduo e no seu contexto histórico, mais do que o objecto arquitectónico em si mesmo.

Igualmente a leitura de qualquer obra ou lugar parte de um elemento histórico e culturalmente distante, que é o lugar de origem, ao qual se somam diferentes olhares sobre esse lugar, também eles histórica e culturalmente localizados, resultando, por um lado, na fusão e, por outro, no alargamento dos horizontes de compreensão sobre esse mesmo lugar. O que propomos, através deste pequeno texto, são pistas para uma nova interpretação das obras e dos lugares arquitectónicos, - extravasar a análise formal e incluir a consciência da historicidade de qualquer intérprete na interpretação do lugar, ampliando assim a caracterização do mesmo.

Nesta perspectiva, considera-se o lugar para além da sua objectivação, e que todos os lugares do passado sejam vistos e compreendidos a partir da consciência de que, quem os recebe ou o interpreta é marcado por uma determinada situação histórica que condiciona a sua recepção ou interpretação.

Assim, como atitude interpretativa, para além da análise da sua materialidade, do que se encontra objectivado através das suas características formais (por exemplo: forma, figura, escala, função, materialidade, limites, acessibilidades, vistas e forma de implantação), a interpretação do lugar deverá incorporar outras categorias – como plurivocidade<sup>9</sup>, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade – ganhando, desta forma, uma outra dimensão.

<sup>8</sup> “A história não pode analisar-se a partir do passado como se pudéssemos retroceder no tempo, nem tão-pouco se pode absorver a história passada num presente, perverso assim a realidade dos factos passados: há que julgá-la a partir do presente, mas mantendo a distância entre passado e presente, há que reinterpretá-la constantemente” (Muntañola, 1981: 175).

<sup>9</sup> O termo plurivocidade, semelhante ao de polissemia, assenta no facto de uma obra de arquitectura, tal como um texto, convidar a uma leitura plural, distinguindo-se, porém, deste último por se referir à obra na sua totalidade e não às partes que a compõem. Ricoeur faz a distinção entre plurivocidade e polissemia ao referir que “a plurivocidade que se prende aos textos enquanto textos é uma coisa diferente da polissemia das palavras individuais e da ambiguidade das frases individuais na linguagem vulgar. Esta plurivocidade é típica do texto considerado como totalidade; ela abre a pluralidade de leitura e de construção” (Ricoeur, 1991: 202).

Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade), e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), tem também como característica, a sua variação dimensional (porque a sua dimensão depende do ponto de vista do seu interprete, ou da escala a que estamos a trabalhar). Por outro lado, qualquer lugar altera-se ao longo do tempo (mobilidade), transformando-se noutra lugar (porque as suas características mudam). Igualmente, o lugar é produto da acção humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significativo. Para Ricoeur, a narrativa organiza uma intriga que "... consiste, principalmente, na selecção e organização dos acontecimentos e das acções contadas, que fazem da fábula uma história 'completa e inteira' (...) com princípio meio e fim" (1991: 25)<sup>10</sup>. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete conferindo-lhe diferentes significados (continuidade). Por outro lado, é uma obra aberta; aberta, a várias e diferentes leituras uma vez que qualquer pessoa o pode ler a partir do seu próprio horizonte e em diferentes momentos históricos.

Se a compreensão é uma atitude subjectiva, porque o intérprete é um sujeito que não está fechado sobre si mesmo, nem conhece tudo em absoluto, a leitura que propomos, procura acrescentar às leituras descritivas outras componentes, tendo em conta, por um lado a situação histórica e cultural do seu intérprete e por outro as componentes de vida desses mesmos lugares, a partir das categorias anteriormente descritas. A perspectiva dos intérpretes à luz da condição histórica, (onde a distância histórica permite interpretar o lugar para além do horizonte limitado da sua situação de origem), as mudanças do lugar ao longo do tempo (observadas a partir da nossa situação no presente), as interpretações passadas (vistas à luz da consciência do carácter particular de cada uma delas) e a configuração desse mesmo lugar (tendo em conta que um lugar é um todo construído a partir da selecção de diferentes partes) são as grandes linhas a partir das quais podemos compreender um lugar na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando, assim, o seu sentido literal.

<sup>10</sup> A noção de intriga torna-se um dos aspectos relevantes para o entendimento que Ricoeur faz da narrativa, uma vez que pressupõe inteligibilidade, facto que nos remete para a compreensão.

## Bibliografia

Artigos de Periódicos:

RICOEUR, Paul, 2003. "Arquitectura y Narratividad", MUNTAÑOLA, Josep Thornberg (ed.), *Arquitectura y Hermenéutica*, 4, p.9-29.

Livros:

BLEICHER, Josef, 2002 [1980]. *Hermenéutica Contemporânea*, Lisboa: Edições p.70-381.

GADAMER, Hans-George, 1998 [1996]. *O Problema da Consciência Histórica*, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas. p.89.

GADAMER, Hans-Georg, 2004 [1960]. *Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenéutica Filosófica*, Petrópolis: Editora Vozes. p.631.

GREGOTTI, Vittorio, 2004 [1972]. *Território da Arquitectura*, S. Paulo: Perspectivas. p.188.

HEIDEGGER, Martin, 2003 [1995]. *O Conceito de Tempo*, Lisboa: Fim de Século. p.91.

MUNTAÑOLA, Josep. 1981. *Poética y Arquitectura: Una Lectura de la Arquitectura Pos-moderna*, Barcelona: Editorial Anagrama. p.121.

PALMER, Richard E., 1999 [1969]. *Hermenéutica*, Lisboa: Edições 70, p.284.

RICOEUR, Paul, 1983. *Tempo e Narrativa*, vol. I, Campinas: Papyrus Editora.

RICOEUR, Paul, 2000 [1976]. *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa: Edições70, p.109.

RICOEUR, Paul, 1991 [1986]. *Do Texto à Acção: Ensaio de Hermenéutica II*, Porto: Rés Editora. p.407.

SIZA, Álvaro, 2000 [1998]. *Imaginar a Evidência*, Lisboa: Edições 70, p.148.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2002. *Territórios*, Barcelona: Gustavo Gili, p.205.

TÁVORA, Fernando, 1996 [1962]. *Da Organização do Espaço*, Porto: FAU Publicações, p75.

Capítulo de Livro:

BRANQUINHO, João, 2001. Acontecimento. In BRANQUINHO, João, MURCHO, Desidério (eds.), *Enciclopédia de Termos Lógico-filosóficos*, Lisboa: Gradiva, p. 22-27.

Teses:

SILVA, Teresa Madeira, 2009. *O Lugar Arquitectónico: Um Modelo Teórico de Interpretação*. Tese de Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo. Lisboa: ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, p.331.

Sites e textos electrónicos:

TRINDADE, Francisco, 2005. *Para uma Experiência da Obra como Abertura*, Disponível em: <http://franciscotrindade.blogspot.com/2005/11>. Acesso em: 4/10/2007.

SILVA, Teresa Madeira, 2009. *Um Modelo Teórico de Interpretação do Lugar Arquitectónico como Modo de Investigação Projectual - Uma Leitura Hermenêutica*, IV PROJECTAR 2009 Projecto como Investigação: Antologia, Zein, Ruth Verde (org.); São Paulo: Editora Alter Market, 2009. (CD-Rom). Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1634>. Acesso em: 12/01/2011.

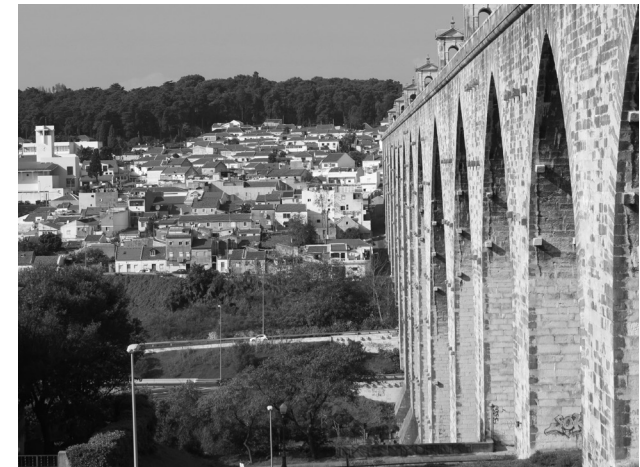
# 7

2013

## Objetivação e Interpretação: Para uma Leitura do Território

### Objectification and Interpretation: For a Reading of the Territory

(Coord. JORGE, J. Gorjão), *Para uma Ética do Território*. Lisboa: FA-UTL, p. 51-56, 2013.



Vista sobre o aqueduto das Águas Livres. Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2016)

## Resumo

No campo disciplinar da arquitectura as questões sobre as qualidades de um território, de um lugar, ou de uma obra arquitetónica encontram normalmente resposta através da aplicação recorrente a técnicas de análise à semelhança do cientista que isola um objeto para ver como ele é feito. Este modelo, considera o território a partir de objetos em que apenas a forma *objetiva* que lhe deu origem é determinante, e onde os lugares são estáticos e silenciosos. As hipóteses que se colocam, surgem à luz da filosofia hermenêutica. Uma vez que esta apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel dos diferentes intérpretes, temos como argumento que o território deve ser encarado sob dois pontos de vista distintos: como objeto considerado abstratamente em relação ao contexto em que é produzido (eixo explicativo que trata do lado formal) e, como obra produzida por alguém que está inserido numa determinada comunidade cultural e colocado numa determinada *situação histórica* (eixo compreensivo que trata do significado). Concluimos que, para além do que se encontra objectivado através das suas características formais, a interpretação do território deverá incorporar outras categorias associadas aos intérpretes e ao tempo de vida desses territórios ganhando uma outra dimensão.

## Abstract

In the disciplinary field of architecture questions about the qualities of a territory, a place, or an architectural work usually find a response through recurrent application to analysis techniques similar to the scientist who isolates an object to see how it is done. This model considers the territory from objects in which only the objective form that gave it origin is determinant, and where the places are static and silent. The hypotheses that arise, arise in the light of hermeneutic philosophy. Since this one appeals to the theory of interpretation and incorporates in the interpretation the role of the different interpreters, we have as argument that the territory must be seen from two different points of view: as an object considered abstractly in relation to the context in which it is produced (explanatory axis Which deals with the formal side) and, as a work produced by someone who is inserted in a particular cultural community and placed in a certain historical situation (understanding axis that deals with meaning). We conclude that, beyond what is objectified through its formal characteristics, the interpretation of the territory should incorporate other categories associated with the interpreters and the life span of these territories gaining another dimension.

Quando nos questionamos sobre as qualidades de um território, de um lugar, ou de uma obra arquitetónica levanta-se um conjunto de questões que não encontra resposta satisfatória através dos métodos tradicionais de leitura dos mesmos e normalmente utilizados no campo disciplinar da arquitetura. A aplicação recorrente de técnicas de análise arquitetónica à semelhança do cientista que isola um objeto para ver como ele é feito é, ainda hoje, o modelo dominante de leitura do território no domínio científico da arquitetura, nomeadamente nas áreas do ensino do projecto. Este modelo, aplicado em muitas escolas de arquitetura a partir da 2ª metade do século XX, considera assim o território a partir de objetos em que apenas a forma objetiva que lhe deu origem é determinante,

Decorrentes desta perspetiva, as leituras que habitualmente encontramos são centradas na descrição do território a partir da análise das suas componentes físicas e excluindo o papel dos diferentes intérpretes e o sentido que estes lhe atribuem, dificultando a compreensão do território nas suas várias dimensões. O campo disciplinar da arquitetura alargou a sua perspetiva através dos contributos das ciências sociais para, de forma mais articulada, incluir nos estudos do território as pessoas, no entanto, considerando-as como cidadãos ou moradores e fazendo estes parte integrante dos territórios que ocupam. Uma vez que o território é construído, descrito, interpretado e utilizado por pessoas, não faz sentido, excluir da compreensão do mesmo o papel que elas desempenham como intérpretes. Um lugar ou um território só existe (não só porque inclui pessoas), mas porque é interpretado por alguém que o revelam a partir da sua leitura e interpretação.

As hipóteses que se colocam surgem à luz da filosofia hermenêutica, sendo a hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido. Dado que esta apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel desempenhado pelos diferentes intérpretes, consideramos fundamental associar à leitura do território alguns conceitos desenvolvidos por essa disciplina, tanto para caracterizar o território como para o interpretar. A importância central da hermenêutica, como disciplina que estuda a interpretação, está associada a disciplinas humanistas, no entanto, torna-se cada vez mais visível que esta se pode estender a qualquer domínio da

interpretação como é o caso do estudo da arquitetura e do território onde as questões valorativas e do sentido se tornam relevantes.

O nosso ponto de partida assenta no facto de o método indutivo, que até recentemente foi considerado a base das ciências experimentais, não é suficiente para se compreender corretamente a natureza do lugar arquitetónico e do território. Na linha de Gadamer, o método indutivo observa unicamente regularidades; ora, para compreender os territórios onde habitamos, o que se pretende é compreendê-los na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando a sua descrição e incluindo um outro tipo de leitura. À semelhança do que a hermenêutica defende para as obras literárias, eles deverão ser alvo de uma compreensão humanista, que implica a interpretação, ou seja, a decifração da marca humana que qualquer território comporta. Pressupondo que os territórios construídos são uma forma de expressão do ser humano e por isso estão sujeitos à interpretação, para além do seu valor material, com paredes, muros, vãos, etc., onde vivem pessoas, existe um conjunto de valores que dotam os territórios de uma multiplicidade de significados, ou seja, segundo a terminologia de P. Ricoeur, de um excesso de sentido. Ao contrário das obras de carácter científico, que têm um sentido literal e unívoco, as obras e os lugares arquitetónicos são passíveis de múltiplas interpretações, fazendo parte daquilo que Gadamer, designa como ciências do espírito, em oposição às ciências da natureza. Segundo Gadamer, aplicar às ciências do espírito os métodos e o conceito de objetividade das ciências da natureza, relativizando assim todo o conhecimento histórico e todo o contexto de onde é observado e interpretado, seria inconsequente. Para este autor, o homem, como um ser que pensa, encontra-se sempre lançado num *horizonte de sentido*, que lhe é prévio e o envolve e que lhe advém do seu enraizamento e pertença ao mundo.

Partindo destas premissas, temos como argumento que o território deve ser encarado sob dois pontos de vista distintos: por um lado, como objeto considerado abstratamente em relação ao contexto em que é produzido e, por outro, interpretado como obra resultante da ação humana, ou seja, produzida por alguém que está inserido numa determinada comunidade cultural e colocado numa determinada *situação histórica*. A partir deste

olhar, verifica-se a necessidade de acrescentar às leituras mais comuns, centradas na descrição formal do território, um conjunto de tópicos necessários para a compreensão do mesmo, ligados aos conceitos de espaço e de tempo e à consciência do papel dos intérpretes sendo estes o autor do projeto, o investigador da obra e o usufruidor. O propósito é, por conseguinte, propor outras formas de leitura do território, através de um conjunto de características comuns e anacrónicas, onde a dimensão hermenêutica da interpretação ultrapassa, as técnicas de explicação de uma obra, para se situar num horizonte humano de sentido. Desenvolvemos, assim, dois eixos de leitura: um inclui a compreensão e outro a explicação (ou objectivação), a partir dos quais chegamos à interpretação. Para além do que é objectivável existe um espaço que inclui a experiência dos seus intérpretes e que lhe dá uma dimensão de sentido. Como o lugar ou o território, deriva de uma intenção de construir e de comunicar alguma coisa, não se reduz a um conjunto de componentes ou de materiais de construção. O eixo compreensivo trata do seu significado e o eixo explicativo trata o lado formal. Nesta medida, é a partir da dialéctica entre compreensão e explicação que poderemos ler o território: numa primeira etapa da compreensão para a explicação e, depois, evoluindo novamente para a compreensão, remetendo, deste modo, para três estádios de entendimento do território: Um primeiro com um tipo de compreensão com carácter conjectural, produzindo um tipo de compreensão imediata a partir do que se vê (fazendo uma conjectura). Um segundo, a explicação, que pretende a objectivação e a formalização do lugar. Os tópicos utilizados são: a forma, a figura, a escala, a função, a tectónica, os limites, as acessibilidades, as vistas e a forma de implantação. Este eixo de leitura permite objectivar o lugar e com isso, torná-lo passível de ser descrito e representado. E um último, a compreensão como modo de apropriação, que revela o território a partir da obra como um todo, e do papel dos intérpretes associado à sua condição histórica, a partir dos seguintes tópicos: juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional, o intérprete ganha destaque e o lugar adquire diferentes significações emergindo, a sua singularidade porque extravasa o seu sentido literal.

A partir desta perspectiva compreendemos que os interpretetes e o significado que cada um deles atribui ao território é fundamental e, nesse sentido,

qualquer um de nós não podemos abandonar o presente e enveredar pelo passado e que o significado de um lugar não pode ser visto nos seus próprios termos. Pelo contrário, o significado de um lugar do passado define-se em termos de questões que se lhe colocam a partir do presente (Palmer, 1999, p. 185), estando essas questões alicerçadas em pressupostos ou juízos prévios decorrentes do próprio presente. Neste sentido, os juízos prévios são a base que temos para compreender as obras do passado, porque todas as leituras que se possam fazer dos lugares veiculam a tradição, no sentido em que respondem, através de um conjunto de pressupostos, a uma questão formulada em cada uma das épocas. Com este enfoque, podemos compreender melhor e reafirmar que a análise unicamente formal – supostamente objectiva –, que se prende com as características formais, as questões da funcionalidade, os percursos, os acessos, a topografia, as vistas, os materiais, etc., não proporciona uma leitura completa do lugar arquitectónico na sua totalidade.

Caracterizemos agora o papel dos intérpretes, segundo a linha que nos propomos seguir: o intérprete e o objecto estão ligados por um contexto de tradição. Segundo a perspectiva hermenêutica aqui preconizada, essa ligação implica a existência prévia de uma compreensão do objecto (por parte do intérprete quando o aborda), sendo o sujeito, por isso, incapaz de começar com um espírito neutro (Bleicher, 2002, p.15). Esta perspectiva aplica-se às três categorias de intérpretes possíveis: autor/arquitecto, investigador e utilizador ou usufruidor. Assim, um dos aspectos subjacentes ao processo criativo de um lugar parte do facto de que a situação do intérprete é sempre caracterizada pela antecipação de sentidos, ou seja, pelo conjunto de preconceitos que ele traz consigo. O arquitecto não se confronta com um sítio, uma obra ou um terreno em total neutralidade, em total pureza, assim como quem investiga ou utiliza uma obra ou um lugar não se relaciona com ele sem uma expectativa de sentido. Segundo Ricoeur, “o sentido dado pela visão preliminar e pela antecipação forma, para qualquer projecto, o horizonte a partir do qual qualquer coisa será compreendida enquanto tal e tal” (Ricoeur, 1991, p.57). Se observarmos qual o papel do lugar, enquanto preexistência, este serve como um elemento integrador do projecto, e o lugar que irá ser criado resulta da composição dada pelo autor em situação, mais do que do lugar enquanto preexistência, uma vez

que este por si só não determina o resultado final. No ato de projetar, o lugar (preexistente) é antes utilizado como um dado operativo, tal como, por exemplo, o programa; isto porque, como referimos, quando o arquitecto aborda um lugar, já tem uma pré-ideia que condiciona a possibilidade desse lugar, resultante da época e da cultura onde se inscreve. Dito de outra forma, um sítio preexistente não é a causa determinante ou necessária de um lugar arquitectónico, embora seja na maioria dos casos assimilado como fonte geradora de uma ideia. As condicionantes são condicionantes na medida em que constituem um meio para resolver um determinado problema, mas as soluções podem ser múltiplas e variadas, e, neste sentido, podemos dizer que existe uma predisposição ou um preconceito por parte de quem constrói que permite que o resultado seja sempre diferente. Como nos diz Távora, embora a obra tenha de “satisfazer e atender à circunstância, não é por esta ‘fatalmente determinada’” (Távora, 1996, p.24). Compreender o conceito de juízos prévios permite perceber que há sempre pressupostos – concepções prévias –, que nos chegam da tradição e que modelam os nossos preconceitos. Essa pré-compreensão dá-se a um nível inconsciente pré-reflexivo, e, desta forma, tudo o que configuramos já está presente no nosso mundo, pressupondo sempre uma familiaridade.

A partir daqui podemos dizer que as diferentes interpretações das obras arquitectónicas são múltiplas e variadas, mas não são aleatórias. Apesar de o projecto arquitectónico se centrar num procedimento lógico e racional a partir de um problema específico, todo o processo de elaboração do projecto é interpretativo e exige do arquitecto uma tomada de sucessivas decisões baseadas em escolhas que conseqüentemente implicam exclusões. Essas escolhas, não sendo aleatórias, nem subjectivas, como à primeira vista poderia parecer (uma vez que existe uma infinidade de possibilidades), derivam do nosso enraizamento numa dada cultura e numa dada sociedade. A concepção de um lugar emerge, assim, da situação histórica do autor e da experiência vivida por este. Nesta perspectiva, consideram-se os lugares para além da sua objetivação, e que os mesmos sejam vistos e compreendidos a partir da consciência de que quem os recebe ou o interpreta é marcado por uma determinada situação histórica que condiciona a sua recepção ou interpretação.

Assim, como atitude interpretativa, para além da análise da sua materialidade, do que se encontra objectivado através das suas características formais anteriormente avançadas, a interpretação do lugar deverá incorporar outras categorias – como plurivocidade<sup>1</sup>, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade –, ganhando, desta forma, uma outra dimensão.

Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade) e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), tem também como característica a sua variação dimensional (porque a sua dimensão depende do ponto de vista do seu intérprete, ou da escala a que estamos a trabalhar). Por outro lado, qualquer lugar altera-se ao longo do tempo (mobilidade), transformando-se noutra lugar (porque as suas características mudam). Igualmente, o lugar é produto da acção humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significativo. Para Ricoeur, a narrativa organiza uma intriga que “[...] consiste, principalmente, na selecção e organização dos acontecimentos e das acções contadas, que fazem da fábula uma história ‘completa e inteira’ [...] com princípio meio e fim” (1991, p.25)<sup>2</sup>. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete conferindo-lhe diferentes significados (continuidade). Por outro lado, é uma obra aberta; aberta a várias e diferentes leituras uma vez que qualquer pessoa o pode ler a partir do seu próprio horizonte e em diferentes momentos históricos.

Se a compreensão é uma atitude subjectiva, porque o intérprete é um sujeito que não está fechado sobre si mesmo, nem conhece tudo em absoluto, a leitura que propomos procura acrescentar às leituras descritivas outras componentes, tendo em conta, por um lado, a situação histórica e cultural

---

<sup>1</sup> O termo plurivocidade, semelhante ao de polissemia, assenta no facto de uma obra de arquitectura, tal como um texto, convidar a uma leitura plural, distinguindo-se, porém, deste último por se referir à obra na sua totalidade e não às partes que a compõem. Ricoeur faz a distinção entre plurivocidade e polissemia ao referir que “a plurivocidade que se prende aos textos enquanto textos é uma coisa diferente da polissemia das palavras individuais e da ambiguidade das frases individuais na linguagem vulgar. Esta plurivocidade é típica do texto considerado como totalidade; ela abre a pluralidade de leitura e de construção” (Ricoeur, 1991, p.202).

<sup>2</sup> A noção de intriga torna-se um dos aspectos relevantes para o entendimento que Ricoeur faz da narrativa, uma vez que pressupõe inteligibilidade, facto que nos remete para a compreensão.

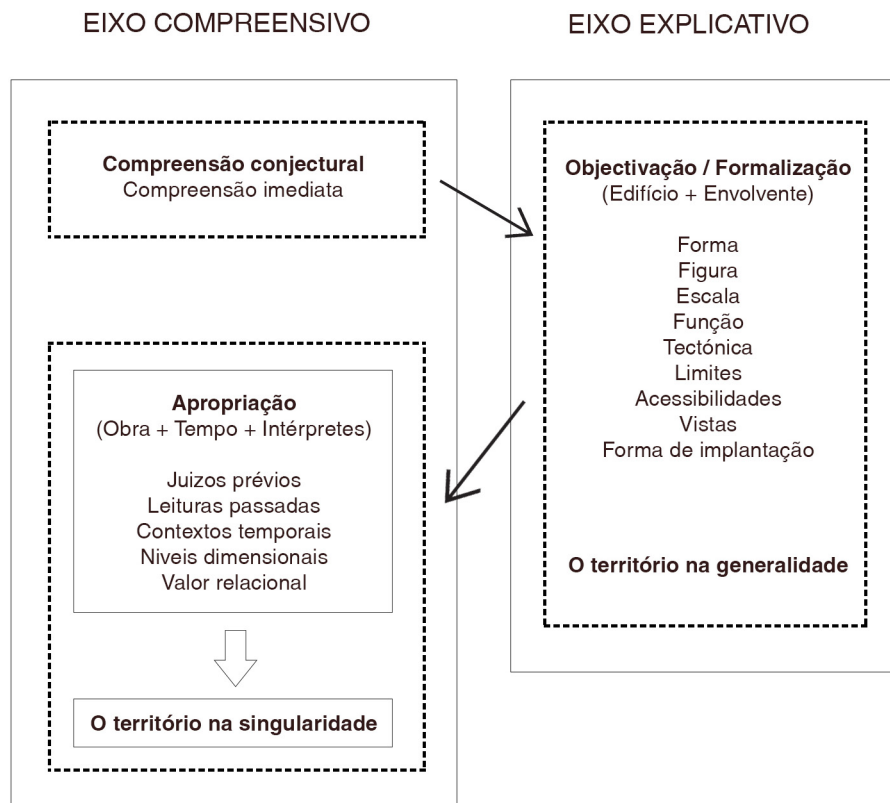


Figura 1. Interpretação do Território. Fonte: T. Madeira da Silva (2009).

do seu intérprete e, por outro, as componentes de vida desses mesmos lugares, a partir das categorias anteriormente descritas.

A perspectiva dos intérpretes à luz da condição histórica (onde a distância histórica permite interpretar o lugar para além do horizonte limitado da sua situação de origem), as mudanças do lugar ao longo do tempo (observadas a partir da nossa situação no presente), as interpretações passadas (vistas à luz da consciência do carácter particular de cada uma delas) e a configuração desse mesmo lugar (tendo em conta que um lugar é um todo construído a partir da selecção de diferentes partes) são as grandes linhas a partir das quais podemos compreender um lugar na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando, assim, o seu sentido literal. Os territórios que habitamos não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspectos formais. Nesta perspectiva, o que estamos a fazer é, tão-só, descreve-los, em vez de os compreender.

Concluimos que, para além das suas características formais (forma, figura, escala, função, tectónica, limites, acessibilidades, vistas e forma de implantação), o território incorpora outras características – como plurivocidade, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade –, ganhando, desta forma, uma outra dimensão. Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade) e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros territórios), é também passível de variar dimensionalmente (porque a sua dimensão depende do ponto de vista) e de se alterar ao longo do tempo, transformando-se noutros territórios (porque as suas características mudam). Por outro lado, é produto da ação humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significativo. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio território tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete. O que deverá ser compreendido é, por um lado, os territórios como lugares *autónomos* em relação aos autores e à época em que foram produzidos, porque, como lugar fixado, é autónomo em relação à sua situação primitiva e, por outro, como entidades em *aberto* uma vez que são dirigidos a todos os potenciais utilizadores de todas as épocas posteriores, resultando desse facto sempre novas interpretações.



## Bibliografia

BLEICHER, J. - *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa, Edições 70, p.381, 2002 [1980].

GADAMER, Hans-George - *O Problema da Consciência Histórica*, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 1998 [1996].

GADAMER, Hans-George - *Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*, Petrópolis: Editora Vozes, 2004 [1960].

PALMER, Richard E. - *Hermenêutica*, Lisboa: Edições 70, 1999 [1969].

RICOEUR, P. - *Tempo e narrativa*. Vol. I. Campinas, Papyrus Editora, p.328, 1983.

RICOEUR, P. - *Do Texto à Acção: Ensaio de Hermenêutica II*, Porto: Rés Editora, 1991 [1986].

RICOEUR, P. - *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa: Edições 70, 2000 [1976].

RODRIGUES, M. J. M., et al. - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Coimbra: Quimera Editores, p. 291, 2002 [1990].

SILVA, T.M. - *O lugar arquitectónico: um modelo teórico de interpretação*. Lisboa, Portugal. Tese de Doutoramento apresentada no Instituto Universitário de Lisboa, p.331, 2009.

TÁVORA, F. - *Da organização do espaço*. Porto, FAU Publicações, p.75, 1996 [1962].

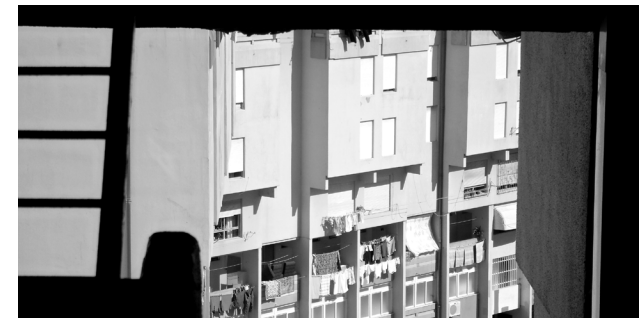
# 8

2011

## Recuperação do Património Recente: Dois Bairros de Intervenção Prioritária na Periferia de Lisboa

### Recovery of the Recent Heritage: Two Priority Intervention Neighborhoods in the outskirts of Lisbon

Atas da Conferência Internacional – Portugal entre desassossegos e desafios. Coimbra: CES, U.C. Em coautoria com ALVES, Pedro Marques; MAGALHÃES Miguel Vasconcelos; OLIVEIRA, M. João.



Bairro do Condado, Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia dos autores do artigo, 2011)

## Resumo

O estudo de viabilidade do património construído do bairro de Chelas – Marvila, Lisboa<sup>1</sup>, proporcionou entre nós um interessante debate sobre a definição dos standards: *“Qual o conjunto de exemplos e boas práticas que deveriam pautar o património construído de habitação social colectiva, ou a sua reabilitação?”* No centro do debate, dois conjuntos urbanos edificados na década de 1970 e de 1980, identificados como bairros de intervenção prioritária, e um conjunto de questões: *“A sua actual forma oferece níveis de habitabilidade satisfatórios? Serão estes garantidos pela sua reabilitação? Deverão ser demolidos?”* Para delinear cenários, importou o desenvolvimento de um quadro de diagnóstico onde fosse introduzido um conjunto de linhas de investigação (“questões”) que alimentava os nossos receios e pressupostos sobre o que deveriam ser estes bairros. São esses pressupostos (sob a forma de quadro de diagnóstico) que entendemos ser necessário trazer a debate na presente comunicação. Por se tratar de um desejo – um conjunto de diferenças à realidade e projectados nessa mesma realidade – desde logo compreendemo-los como conceitos de carácter propositivo: *“Quais as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas que respondem aos desejos dos moradores, às actuais normas e regulamentos da edificação, e que ainda assim ressalvem os pressupostos do projecto original, sempre que a estes corresponda uma qualidade inequívoca, e a própria identidade do bairro?”* Porque falamos de necessidades habitacionais e de exigências normativas, falamos também do que parece ser uma *“cultura contemporânea do habitar colectivo”*, no presente caso, contraposta com um património que embora recente, se encontra extensamente degradado. A presente comunicação é um registo que entendemos necessário fazer – esclarecer, visitar e debater – para responder à pergunta cada vez mais presente: *“o que é que existe para conservar, reforçar ou eliminar, e que poderá enfim ser, o elemento catalisador de uma urbanidade em transformação?”*

## Abstract

The feasibility study of the built heritage of the district Chelas - Marvila, Lisbon, gave an interesting discussion on the definition of standards: “What is the examples and good practices that should guide the architectural heritage of social housing tenants, or their rehabilitation?” In the center of the debate, two urban centers built in the 1970 and 1980, identified as priority districts for intervention, and a number of issues: “The current form provides satisfactory levels of habitability? Are these guaranteed by their rehabilitation? Should be demolished? “ To delineate scenarios, imported the development of a diagnostic should be introduced where the set of lines of inquiry (“questions”), which fed our fears and assumptions about what should be these neighborhoods. Are these assumptions (in the form of diagnostic) which we believe is necessary to bring the debate in this communication. As this is a desire - one set of differences and the reality projected in the same reality - starting them understand each other as concepts of propositional character: “What are the typological and constructive solutions that respond to the contemporary desires of residents with the current rules and regulations building, and yet except for the assumptions of the original project, where they correspond to a clear quality, and the very identity of the neighborhood?” Because we talk about housing needs and because we talk about regulatory requirements, we also talk of a “contemporary culture of collective dwelling” in this case, contrasted with a heritage that although newer, is extensively degraded. This communication is a record that we believe needs to be done - to clarify, revisit and discuss the concepts of that culture - to answer the question: “what is that there exists to conserve, enhance or eliminate, and may finally be the catalyst for urbanity in a transformation? “

<sup>1</sup>Estudo desenvolvido para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e para a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no âmbito do programa Viver Marvila.

## Enquadramento

Esta comunicação versa sobre o “Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de Intervenção nos Bairros do Condado e dos Lóios em Marvila”<sup>2</sup>, realizado entre Abril de 2010 e Fevereiro de 2011. No essencial, trata-se de um “documento de apoio à decisão” das entidades responsáveis – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e Câmara Municipal de Lisboa (CML) – sobre o futuro dos bairros em causa. Na presente comunicação, abordaremos o conjunto das etapas que contituiram os processos de diagnóstico e as propostas realizadas.

Os conjuntos de edifícios que constituem os casos de estudo localizam-se na cidade de Lisboa, na freguesia de Marvila, em Chelas, estão incluídos na carta dos Bairros de Intervenção Prioritária e no Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila.<sup>3</sup> Trata-se de dois conjuntos urbanos – o bairro do Condado e o Bairro dos Lóios – também conhecidos por “Zona J” e “Pantera Cor-de-Rosa”, respectivamente. O Bairro dos Lóios com 58070m<sup>2</sup> de área bruta de construção e cerca de 485 fogos e o Bairro do Condado com 169900m<sup>2</sup> de área bruta de construção e 1368 fogos.

Sendo bairros consideravelmente mediatizados, e cujas condições estariam em parte divulgadas, não deixamos de ser surpreendidos pela dimensão dos problemas com que somos confrontados logo a partir das primeiras visitas.

A primeira impressão é que, embora recentes (edificados na década de 1970 e de 1980), encontram-se num avançado estado de degradação; e não nos referimos apenas à degradação da sua qualidade construtiva.

Quando se estabelece a comparação destes conjuntos urbanos e os territórios onde a qualidade de vida urbana parece estar salvaguardada, estabelece-se um padrão de diferença. Este, é registado em todo o conjunto,

desde o desenho do território à forma dos edifícios, e determina princípios de organização espacial aparentemente pouco flexíveis na adaptação à população que neles habita e à evolução das suas necessidades.

Enquanto registo, este padrão permite-nos afirmar que a realidade construída se traduz numa deficiente adaptação aos modos de vida e necessidades (físicas e simbólicas) dos residentes, concluindo-se que não constitui a resposta social, ambiental e urbana pretendida ou adequada.

Colocaram-se, a partir de então, um conjunto de questões-chave orientadoras do pensamento, e que posteriormente contribuiriam para a realização de um Quadro de Diagnóstico das necessidades de intervenção:

### 1.1. Atractividade

O objecto de estudo localiza-se numa área urbana cujo nome vem acompanhado de conotações como “cidade dos excluídos, pessoas de residência atribuída / habitação social, cidade mal servida”<sup>4</sup> – cidade deslocada da urbanidade<sup>5</sup>.

Esta conotação negativa, apesar da promoção contrária por parte dos agentes locais, é uma questão fulcral, não apenas por se constituir retrato da qualidade da vida urbana, mas também, por se constituir um entrave à capacidade de atrair classes mais favorecidas (e correspondente valorização imobiliária na relação oferta/procura) – questão que, na prática, se traduz na dificuldade de identificar um recurso específico não deslocalizável<sup>6</sup>, que se constitua identidade urbana positiva do objecto de estudo<sup>7</sup>.

### 1.2. Relação Bairro/Cidade

Existem vários tipos de relação bairro/cidade, assentes em diferentes ideais e lógicas de organização urbana; o que, naturalmente, se traduz

<sup>2</sup> O Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de Intervenção nos Bairros do Condado e dos Lóios em Marvila foi para o Programa Viver Marvila (IHRU), por uma equipa multidisciplinar coordenada pelo ISCTE-IUL. Equipa: Coordenação geral: Teresa Madeira da Silva. Arquitectura: Teresa Madeira da Silva, Pedro Viana Botelho, Pedro Mendes, Pedro Marques Alves, Miguel Vasconcelos Magalhães, Maria João Oliveira e Samuel Dias. Gestão Energética: Vasco Moreira Rato. Fundações e Estruturas: Fernando Rodrigues. Segurança Integrada: Joaquim Nogueira. Economia/Gestão Urbana/Gestão do Património: Pedro Costa.

<sup>3</sup> CML (DMCRU – Unidade de Projecto de Chelas), IHRU – Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila – Documento Estratégico, A situação de Referência, Dezembro de 2008.

<sup>4</sup> ASCHER; François - Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos de novos Compromisso Urbanos. Um Léxico. Lisboa: Livros Horizonte, p.173, 2010.

<sup>5</sup> FERRÃO, João - Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo, in PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João: Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 219-225, 2003.

<sup>6</sup> ASCHER; François - Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos de novos Compromisso Urbanos. Um Léxico. Lisboa: Livros Horizonte, p.117, 2010.

<sup>7</sup> Passará a existir: Último reduto de produção agrícola/hortícola de média escala em Lisboa/Parque Hortícola? Localização dos novos hospitais? Chegada da Terceira Travessia do Rio Tejo? Proximidade do transporte? Central de Transportes (Chegada do TGV)?



Figura 1. Bairro do Condado, Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia dos autores do artigo, 2011)



Figura 2. Bairro dos Lóios, Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia dos autores do artigo, 2011)

em diferentes especificidades, modos de vida e respectivas relações entre habitantes e utilizadores de diferentes territórios.

No caso de Chelas o próprio desenho é adverso à ideia de continuidade (se esta for assente no conceito de percurso ininterrupto de área construída). Em contrapartida, o seu desenho traduz-se numa leitura clara do território e da implantação dos conjuntos residenciais, o que, se se tratasse de uma aplicação à letra dos princípios do Modernismo, deveria garantir a fruição do território entre áreas residenciais. Uma primeira impressão leva-nos a crer que o aproveitamento rural (e de lazer) dessa áreas, acontece de forma desorganizada, por apropriação de baldios e não de uma forma planeada tendo em vista as condições de vida dos seus residentes.

Por outro lado, a dispersão e isolamento dos conjuntos residenciais no território traduz-se, por um lado, na fraca relação entre eles, e por outro, na necessidade do uso do transporte público na maioria dos percursos bairro-cidade. Esta questão impõe, com maior pertinência, as questões respeitantes à dicotomia carro próprio/transporte público, enquanto elemento de exclusão social<sup>8</sup>.

### 1.3. “Geografia Política dos Edifícios”<sup>9</sup>

A forma construída dos edifícios cria obstáculos aos modelos de governabilidade (administração exclusiva de vizinhos do mesmo lote), uma vez que a partilha de espaços de circulação entre habitantes de diferentes lotes corresponde à indefinição de fronteiras e é, ao mesmo tempo, motivo e área de conflito para os moradores dos diferentes lotes/fracções.

Esta indefinição potencia situações de apropriação de espaços comuns (e/ou públicos) e o encerramento de passagens no interior dos conjuntos edificadas; o que conseqüentemente se reflecte na ausência ou deficiente manutenção dos espaços comuns de circulação e dos elementos que constituem o invólucro do edifício (fachadas, coberturas, acessos, etc.). A esta indefinição, associa-se ainda a questão da propriedade. Os habitantes,

<sup>8</sup> Quer pelo número, horários, percursos e destinos dos autocarros que atravessam e servem o bairro, quer pela impossibilidade económica ou legal de possuir e conduzir um automóvel (residentes jovens com menos de 18 anos e residentes idosos).

<sup>9</sup> Termo utilizado pelo Arquitecto Pedro Viana Botelho, referindo-se ao modo de gestão e de governabilidade dos edifícios.

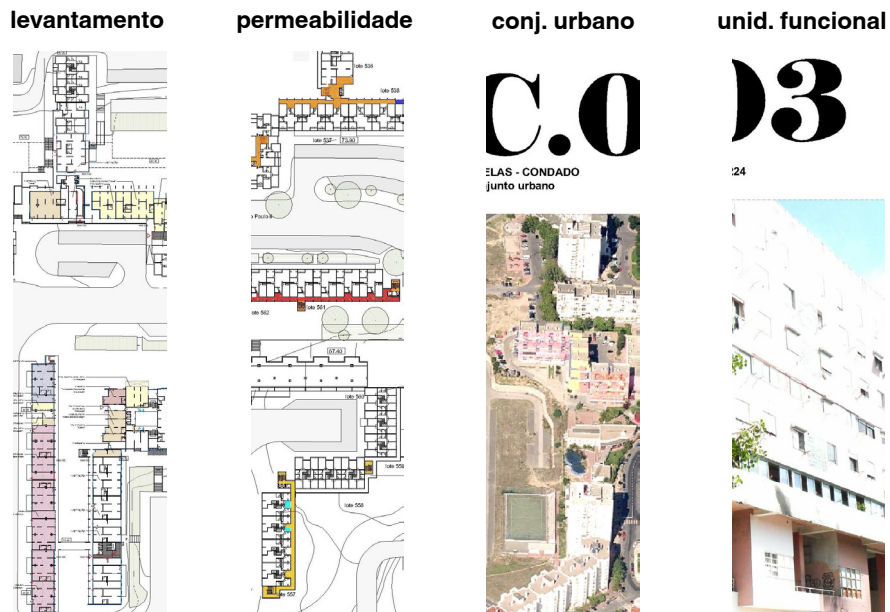


Figura 3. Síntese dos quatro elementos de levantamento.

lojistas e utilizadores dos edifícios que, devido à sua condição – proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes (ilegais) – têm interesses e responsabilidades distintas, pelo que, desempenham papéis díspares, e por vezes conflituosos, nos processos de decisão.

#### 1.4. Qualidade Construtiva

Os aspectos respeitantes à qualidade construtiva importam, não só pelas patologias do invólucro dos edifícios, pela necessária consideração sobre a segurança estrutural e pelo conforto dos habitantes; mas também, porque a possibilidade de alteração da organização arquitectónica está condicionada à flexibilidade dos elementos construtivos, os quais se tornam necessários identificar.

Flexibilização esta que importa, não só às respostas de organização arquitectónica que possam resultar do presente estudo, mas também aos aspectos de segurança, conforto e funcionamento que daí possam advir e que hoje estão extensamente regulamentados.

Na verdade, o surgimento de nova regulamentação normativa, força-nos a olhar para o património construído também segundo essa perspectiva. Nesse sentido, se enquadrarmos os conjuntos em estudo no RCCTE<sup>10</sup>, no Decreto-Lei 163/2006<sup>11</sup>, no Decreto-Lei 220/2008<sup>12</sup>, ou mesmo nas actualizações ao RGEU<sup>13</sup> verificamos que serão assinaláveis, um considerável conjunto de deficiências.

#### 2. Metodologia de Diagnóstico

No nosso entender, a abordagem a estes conteúdos deveria respeitar um princípio propositivo. Ou seja, a metodologia adoptada para o processo de diagnóstico, mais que um elemento de quantificação dos problemas e das necessidades, foi um instrumento cuja elaboração e desenvolvimento permitiu desde logo revelar potencialidades e limitações. Foi através do seu conteúdo que se iniciou a clarificação dos objectivos e se começaram

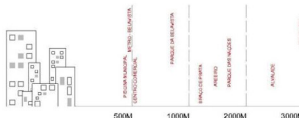
#### forma urbana



#### relação com o esp. público



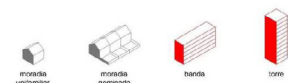
#### valores de proximidade



#### unidades funcionais



#### volumetria



#### espaços intermédios

- ACESSO CONTROLADO
- HALL
- PÁTIO
- GALERIAS
- CORREDORES
- TERRAÇO

Figura 4. Conceitos - diagnóstico I. (Fonte: Relatório final do estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção nos bairros do Condado e dos Lóios em Marvila.)

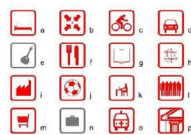
<sup>10</sup> RCCTE – Regulamento das características de comportamento térmico dos edifícios.

<sup>11</sup> O Decreto-Lei 163/2006 aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

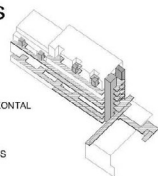
<sup>12</sup> O Decreto-Lei 220/2008 estabelece o regime jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios.

<sup>13</sup> RGEU - Regulamento Geral de Edificações Urbanas.

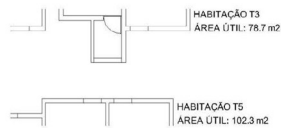
### convivência de usos



### circulações



### tipologias



### composição



### funções



### composição construtiva

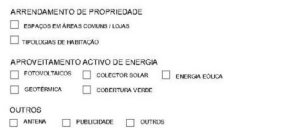


Figura 5. Conceitos - diagnóstico II. (Fonte: Relatório final do estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção nos bairros do Condado e dos Lóios em Marvila.)

### segurança contra incêndio



### produtividade



### propriedade

FRACÇÕES LOJA	TOTAL: 110
ÁTRIB: 58.3% (117)	ALIEI: 1.7% (2)
FRACÇÕES HABITAÇÃO	TOTAL: 132
ÁTRIB: 92.9% (125)	ALIEI: 7.5% (10)

### ambiente



### área administrada

ÁREA BRUTA	TOTAL: 159.900.0m²
ÁREA DE CIRCULAÇÃO	12.27% (20.733.4m²)
ÁREA DE OCUPAÇÃO	TOTAL: 20.733.4m²
APROPRIAÇÃO	23.37% (3.684.4m²)

Figura 6. Conceitos - diagnóstico III. (Fonte: Relatório final do estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção nos bairros do Condado e dos Lóios em Marvila.)

a delinear filosofias de intervenção.

Nesse sentido, ao debruçarmo-nos sobre o património construído, no modo como se organizam os seus habitantes (residentes, lojistas e utilizadores), procurámos medir as consequências da sua forma; assim como procurámos estabelecer qual o seu potencial enquanto edifício, colocando desde logo uma acentuada tônica sobre o tema da sua governabilidade e produtividade – questão premente perante a contínua necessidade de manutenção de qualquer património.

Quer-se com isto dizer que se partiu para o terreno com parâmetros delineados. Por outras palavras, partiu-se para o terreno para saber se os edifícios atingem os standards desejáveis.

## 2.1. Levantamento

A consciência sobre o património em estudo ganhou uma dimensão mais significativa a partir do momento em que se avançou para o terreno com duas pequenas equipas (de 2 a 3 elementos) que, através do desenho, da recolha de informações, do registo de alterações e intervenções dos moradores, e, da conversa com os mesmos, foram dando corpo a um conjunto de documentos cuja sua soma é o retrato destes bairros.

A opção de usar apenas duas pequenas equipas reunia duas qualidades essenciais, a primeira, a de não alterar o quotidiano do bairro com a presença das mesmas, procurando um retrato do bairro tão próximo da realidade quanto possível; a segunda qualidade, a de não expandir a discussão dos conceitos em debate para além dos elementos necessários, salvaguardando o acordo entre membros de equipas sobre os aspectos a serem retratados, e a forma de os retratar.

## 2.2 Conceitos de Diagnóstico

Os aspectos retratados, cujos conceitos trazemos a debate na presente comunicação, foram organizados num conjunto de quatro elementos: (1) Desenhos de Levantamento, onde estão registados o usos, e as alterações e intervenções ao edificado e feitas pelos moradores, ao longo dos anos; (2) Desenhos de Níveis de Permeabilidade, onde se retrata a permeabilidade

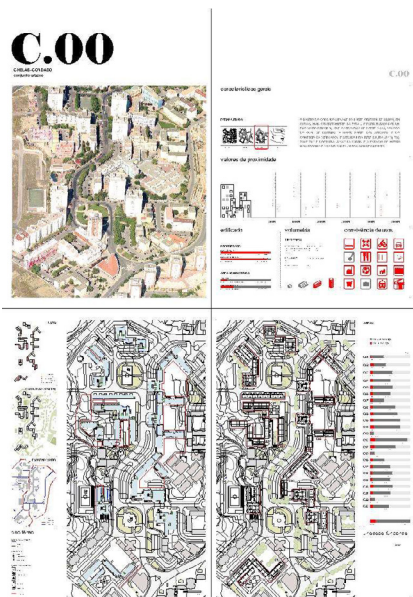


Figura 7. Ficha de diagnóstico urbano - bairro do Condado. (Fonte: Relatório final do estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção nos bairros do Condado e dos Lóios em Marvila.)



Figura 8. Ficha de diagnóstico das unidades funcionais – bairro do Condado. (Fonte: Relatório final do estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção nos bairros do Condado e dos Lóios em Marvila.)

disponível face à ocupação de áreas de circulação comuns dos edifícios; (3) Fichas de Diagnóstico dos Conjuntos Urbanos, e, as (4) Fichas de Diagnóstico das Unidades Funcionais, nas quais é registado todo o conjunto de informações complementares à caracterização dos edifícios: situação, composição em relação ao número de lotes, número de pisos e número de circulações verticais, os valores de proximidade, a composição quanto ao número de piso, as tipologias, os acessos, a caracterização dos espaços intermédios (acessos, halls, pátios, galerias, corredores, terraços, etc.), o tipo de usos (habitação, comércio, serviços, restauração, lazer, etc.), a composição construtiva, as patologias estruturais, a acessibilidade às redes, a situação geográfica, a forma de assentamento no terreno, o tipo de protecção solar dos vãos, o aproveitamento passivo de energia, aspectos relativos à segurança contra incêndios, e por fim, os aspectos relativos à gestão dos edifícios e à produtividade.

São estes os conceitos de diagnóstico, ou parâmetros para a definição de cenários para o futuro destes bairros que entendemos trazer a debate na presente comunicação. Fazemo-lo não por acreditarmos que exista um carácter inovador individual em qualquer um deles, mas sim, por entendermos que no seu conjunto, estes conceitos reúnem uma visão sobre a cultura arquitectónica da habitação colectiva contemporânea, permitindo encontrar uma maior ou menor aproximação, positiva e negativa, que os diferentes casos de estudo podem ter em relação a uma referência ou padrão:

**Forma urbana:** As qualidades específicas de cada bairro dependem, em primeiro lugar, do bom aproveitamento da sua localização e da sua forma urbana. Existem aspectos característicos, que deverão ser tidos em conta, que dependem directamente da forma e da génese do tecido urbano. **Valores de proximidade:** O acesso às comodidades disponíveis na cidade ou no bairro pode ser um indicador de atractividade, bem como do conforto que se oferece ao cidadão no normal desenrolar da sua vida diária. Neste contexto, as distâncias aos equipamentos, educação, comércio, meios de transporte público ou a determinados centros urbanos assumem especial importância.

**Volúmetria:** O número de pisos, bem como a forma como se desenvolvem os acessos às fracções, apontam para diferentes ocupações, questões e/ou possíveis problemas. Nomeadamente no que diz respeito à distribuição das redes, percursos de fuga, quantidade de fogos dependentes de uma mesma circulação, etc.

**Relação com o espaço público:** A forma como as actividades que ocupam o edifício se relacionam com a rua interfere na segurança e na possibilidade de vigilância sobre o espaço público. Uma actividade comercial ou equipamento pode ser fonte de vida, garantindo movimento de pessoas nas diferentes horas do dia.

**Unidades funcionais:** Quando os lotes partilham dependências - as mesmas escadas, percursos de circulação, elevadores, acessos, etc. -, passam a funcionar como uma unidade funcional.

**Espaços intermédios:** Enquanto áreas do edifício que intermedeiam o domínio público e o domínio privado, têm uma importância singular: são o espaço de controlo de acessos, de estabelecimento de relações de vizinhança e do primeiro contacto entre visitantes e habitantes. São a última fronteira para o estabelecimento de relações de pertença com o espaço de circulação comum.

**Convivência de usos:** Em contraponto à monofuncionalidade, reconhece-se que a variedade de actividades é positiva tanto para o edifício como para a cidade. Constitui-se fonte de bem-estar, vigilância e segurança. Habitação; sala de convívio; estacionamento bicicletas; estacionamentos automóveis; actividades culturais; restauração; actividades pedagógicas; actividades religiosas; actividades oficiais; actividades desportivas; serviços; actividades associativas; comércio; alojamento; actividades de saúde; actividades administrativas.

**Tipologias:** O levantamento das tipologias importa à compreensão dos universos sociais que os edifícios servem e que, potencialmente, podem vir a servir e/ou proporcionar.

**Funções:** O edifício pode tornar-se um sistema complexo de difícil compreensão e, conseqüentemente, de difícil gestão. A distribuição das funções pode constituir-se fonte de conflito de interesses ou converter-se em fonte de bem-estar, vigilância e segurança. A organização e arranjo do edifício pode ajudar na eficácia do seu funcionamento.

**Circulações:** Os espaços de circulação são as “veias que alimentam a vida” do edifício; são o suporte físico para o funcionamento dos percursos de acesso às diferentes fracções. Enquanto espaços comuns, assumem especial relevância, já que são eles que organizam o edifício.

**Composição:** O número de pisos, a quantidade e variedade das tipologias, bem como as possibilidades de acesso às fracções, revelam a adequação a diferentes famílias e pessoas. Por outro lado, apontam para o universo social possível dentro de cada edifício. Escadas; elevadores; rampas.

**Composição construtiva:** A construção, além de ter influência directa no conforto que um edifício oferece aos seus utilizadores, interfere com as necessidades energéticas do normal desenrolar das actividades quotidianas. A existência e localização das patologias traduzem pontos sensíveis, evidenciando necessidades de reparação. Infiltrações; fissuras; armaduras expostas.

**Segurança contra incêndio:** A importância da questão da segurança contra incêndios prende-se directamente com o valor da vida humana. No presente caso de estudo verificam-se a existência percursos de fuga obstruídos (normalmente por portões e grades instalados pelos moradores), e valores deficientes no que diz respeito às unidades de passagem e distâncias dos caminhos de fuga.

**Propriedade:** A contabilização das fracções - distribuídas entre lojas e habitações, alienadas e atribuídas - ajuda no esclarecimento da posição e papel que cabe a cada um dos utilizadores dos edifícios (proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes ilegais).



**Área administrada:** A relação entre a área útil de circulação e a área bruta de uma unidade funcional evidencia a proporção entre os espaços destinados às áreas comuns e às áreas privadas do edificado. a relação entre as áreas de circulação e os valores da sua apropriação pode indicar a possível obstrução dos percursos de fuga e a necessidade de controlo da circulação dentro dos edifícios.

**Produtividade:** Independentemente do tipo de administração, a produtividade de um edifício pode assumir especial importância no que diz respeito à sua gestão. Além de poder amortizar os gastos do seu consumo diário, também pode garantir algum espaço de manobra no que diz respeito a acções de manutenção, etc.

**Ambiente:** A disposição de usos, espaços e forma dos edifícios resultam, necessariamente, em ganhos e perdas energéticas, na óptica do utilizador. A morfologia do edificado interfere directamente com as necessidades de iluminação, aquecimento e ventilação, tendo consequências directas no consumo dos recursos, ao longo da vida útil de um edifício, casa ou divisão.

### 3. Diagnóstico

Um dos objectivos delineados na execução do diagnóstico, era que este se constituísse instrumento, ou seja, mais que uma fórmula cuja resolução nos trouxesse uma resposta sobre o futuro destes edifícios, procurou-se que cada uma das fichas de diagnóstico fosse um instrumento para cada uma das entidades responsáveis pela gestão desse edifício (IHRU, CML, Gebalis, Moradores, etc.).

Com a execução do levantamento e das fichas de diagnóstico, muitas das questões consideradas ganharam uma dimensão mensurável que dividimos em 4 capítulos e que, resumidamente, passamos a referir:

#### 3.1. Sobre o espaço urbano

À confirmação dos pressupostos considerados inicialmente, juntaram-se outras preocupações, próprias da escala de investigação considerada. Estes bairros não funcionam de forma complementar com a cidade que os envolve. Tratam-se de bairros que servem apenas os seus habitantes e utilizadores, raramente são atravessados por terceiros. Como que se de

um “impasse social” se tratasse, esta não transversalidade urbana/viária, reforça a sua característica de “ilhas urbanas”.

Mais, são assinaláveis as dificuldades na relação entre o edifício e os espaços urbanos directamente adjacentes. Estas decorrem da complexidade formal dos edifícios no piso térreo, da relação de frentes cegas com a rua e pelo conjunto de elementos construídos que dificultam a leitura e controlo do espaço público. Estes, são reconhecíveis obstáculos a que a vida proveniente da actividade dos edifícios se aproprie (positivamente) da rua.

Neste aspecto, é notória a forma como o crescente encerramento dos pisos térreos, empurra as áreas exteriores para a condição de “terra de ninguém”, onde a vigilância fraqueja, e a manutenção escasseia.

#### 3.2. Sobre os edifícios

Em primeiro lugar, confirma-se a impressão de degradação dos edifícios. O que por um lado, resulta dos aspectos construtivos e de manutenção, e por outro, pelo modo como os utilizadores se apropriaram dos edifícios. Existem todo um conjunto de patologias, consideradas a pormenor por um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), e que em caso extremo colocam em causa a segurança estrutural dos edifícios, sobretudo no bairro do Condado.

As condições contrutivas dos edifícios são também a causa dos baixos níveis de conforto térmico, quer no Verão quer no Inverno, e portanto o grande obstáculo ao aproveitamento passivo de energia.

A idade, falta de manutenção e limpeza dos edifícios, a má utilização do espaço, os actos de vandalismo, quer nas áreas comuns dos edifícios, quer no espaço urbano que lhe está adjacente contribuem gravemente para a degradação dos conjuntos.

No entanto, é o esquema funcional destes edifícios que maioritariamente dificulta a leitura dos mesmos. Verificando-se situações complexas, anárquicas, e por vezes, lambirínticas, na forma como as circulações se distribuem nos edifícios.

As áreas de circulação comum são as áreas dos edifícios que intermedeiam o domínio público e o domínio privado, e que portanto, têm uma importância singular: são o espaço de controlo de acessos, espaço de estabelecimento de relações de vizinhança e, o primeiro espaço de contacto entre visitantes e visitados.

Nos bairros em causa, os acessos aos lotes raramente são verdadeiramente controlados, seja pelo mau funcionamento dos trincos, ou pela ausência de campainhas, o que leva a que a “porta da rua” esteja por regra aberta, tornando o espaço de hall num contínuo do espaço público que só parece acabar nos controlos de apropriação “ilegal” de galerias, ou na própria porta de casa.

A apropriação de espaços de circulação, quer seja pela necessidade de criar fronteiras (controlo de acesso), para intermediar o espaço público e o espaço privado, e aumentar a sensação de segurança dos habitantes, ou, pela necessidade de colmatar uma carência espacial do fogo; têm para nós um lado negativo e positivo que importa salvaguardar. Isto é, se por um lado, temos os aspectos negativos decorrentes da instalação de controlos como, a multiplicação de obstáculos à circulação de pessoas de mobilidade reduzida, à circulação em caso de fuga e o número excessivo de controlos no circuito casa-rua; registamos, por outro lado, o estabelecimento de relações de pertença com o espaço de circulação comum apropriado que, naturalmente, resulta na manutenção desses espaços.

Seria expectável que a apropriação das áreas comuns constituísse a principal preocupação em matéria de segurança em caso de fuga. Mas estes - os já referidos obstáculos nos circuitos de fuga e o encerramento de circulações verticais (ou das suas saídas para a rua) – correspondem apenas a um acréscimo de preocupação face à ausência de manutenção dos meios de combate aos incêndios (quando eles existem), e, sobretudo, face ao próprio desenho dos edifícios: na maioria dos casos os percursos de fuga não têm as dimensões das unidades de passagem desejáveis, nem as situações de impasse cumprem as distâncias desejáveis às circulações verticais.

Repare-se que o registo médio de distância máxima às circulações verticais, em situação de impasse, no Condado é de 44,2m, nos Lóios de 53,5m. A distância máxima a circulação vertical registada no Condado é 88,9m e nos Lóios de 81,7m.

Ainda sobre esta matéria, sobretudo no Condado, há que registar a partilha dos mesmos acessos, e das mesmas circulações com usos diferenciados (habitação serviços e equipamentos), numa fórmula de distribuição de funções pouco convencional. Estas circulações, para melhor conforto e permeabilidade desejável, deveriam ser separadas e de clara leitura.

Há, no entanto, que reconhecer e salutar a convivência de usos registada nos conjuntos urbanos em estudo; é que a alternativa – formações urbanas mono funcionais – têm por norma um impacto negativo na qualidade de vida dos seus habitantes, especialmente aqueles que não se deslocando ao emprego, continuamente o habitam: os desempregados, as donas-de-casa, os que trabalham a partir de casa, as crianças, os adolescentes, os idosos, etc<sup>14</sup>. O que está em causa não é apenas a qualidade de vida dos habitantes ou a valorização programática e patrimonial do bairro, está também a produção de emprego, economia, e cultura nas áreas residenciais. A presença de diferentes valências no espaço residencial é um garante de vitalidade da vida urbana, e os conjuntos urbanos em estudo, comprovam-no.

### 3.3. Sobre a gestão dos edifícios

O principal obstáculo a uma gestão convencional dos edifícios estudados é a sua forma, e este aspecto reflecte-se sobretudo no modo de funcionamento dos edifícios. Na maioria dos casos, os lotes têm dependências comuns que obrigam à partilha da mesma caixa de escadas, dos mesmos elevadores, do mesmo acesso, etc.

A esses conjuntos de lotes chamámos “unidades funcionais”. Note-se que, segundo esta definição, dos 43 lotes estudados do Condado e dos 9 lotes estudados nos Lóios, apenas 11 e 5, respectivamente, funcionam de forma isolada, sendo que os restantes estão aglomerados sob a forma de

<sup>14</sup> MONTANER, Josep Maria e MUXI, Zaida, *Habitar el Presente*, Ministerio de Vivienda, Madrid, 2006, p.34.

unidade funcional – questão que, desde logo, não permite o convencional funcionamento e gestão destes edifícios.

A par com a complexidade formal dos edifícios, existe uma difícil leitura da posição e papel que cabe a cada uma das entidades (IHRU, CML, Administrações, Associações de Moradores, Moradores, Lojistas, etc), os quais, em conformidade com a sua condição – proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes (ilegais) – têm necessariamente interesses e responsabilidades distintas que importam esclarecer.

Ainda de referir, a ausência geral de produtividade, ou seja, de meios que permitam recolher receitas para a manutenção dos edifícios. Excepção feita para um lote, onde, mediante “venda” de direito de utilização de cobertura, foi registada a instalação de uma antena.

#### **4. Sobre o Diagnóstico**

Presentemente conseguimos avaliar a experiência feita com os referidos casos de estudo; e a par com esta avaliação, importará também uma palavra sobre os edifícios estudados à luz da cultura arquitectónica contemporânea no que se refere à habitação colectiva.

A hipótese de análise explorada quando confrontada com os casos de estudo, efectivamente permite, um esclarecimento da potencialidade subjacente a cada opção projectual considerada. Como pretendido, parece-nos ser um instrumento válido para o dialogo entre as diferentes partes, no que se refere à tomada de decisões e definição das prioridades. Verifica-se nos casos de estudo, que sempre que se regista um maior investimento na concepção inicial, melhor é a avaliação do imóvel no que se refere aos níveis de habitabilidade identificáveis. Ainda nestes casos, importa referir que a acentuada tónica dada ao aspecto da governabilidade e produtividade dos edifícios, denota uma conclusão incontornável: Na sua actual forma os edifícios são “inadministráveis” ou se preferirmos “ingovernáveis”. Aspecto que decorre da deficiente definição dos limites de lote, partilha e continuidade dos espaços de circulação entre lotes e, da partilha de circulações verticais com situações de impasse de largas dezenas de metros, facilitando processos de apropriação ilegal das mesmas.

Enquanto edifícios de habitação social, e portanto instrumentos de apoio a um período de insolvência das famílias, para reestruturação das suas vidas, dos seus projectos e das suas responsabilidades cívicas, tratam-se de edifícios sem qualquer valor pedagógico positivo.

Não se quer com isto dizer que são “maus edifícios”, é neste aspecto que importa ressaltar a lógica desenvolvida e o pensamento científico de quaisquer más interpretações no desenvolvimento do presente diagnóstico. Não se quer com o presente estudo dizer o que é um “bom” e um “mau” bairro.

É do nosso entender que a reprodução de hipóteses não reside exclusivamente na capacidade de indicar a presença ou ausência de aspectos construtivos dentro dos padrões ou, de acordo com as normas. Enquanto quadro de diagnóstico, a reunião destes conceitos, permite-nos sim, trazer à evidência a capacidade de resposta de um edifício, abrindo-se caminho para o desenvolvimento do seu potencial, mesmo que, com outros níveis ou géneros de ocupações.

## Bibliografia

AA.VV. (2006), **Operação Cova da Moura, Iniciativa Operação de Qualificação e inserção Urbana em Bairros Críticos – Volume I - Diagnóstico**. Malheiros, Jorge, (coord. geral), Lisboa.

ALBUQUERQUE, Carlos. **Habitações modernas berlinenses tornam-se patrimônio mundial**, Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,3469237,00.html>>. Acesso: 11 de Outubro de 2010.

ALVES COSTA, Alexandre. “Excertos de Escritos Dispersos dos Anos 80”, **J-A Jornal Arquitectos**, 200, p.36, 2001.

ALVES, Pedro Marques. “Uma” casa portuguesa? **Formas de Habitar Contemporâneas e a Capacidade de Respostas dos Modelos de Habitação Colectiva existentes, o seu papel nos Processos de Transformação Urbana**. Trabalho teórico de projecto Final de Arquitectura do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL (Texto policopiado). Lisboa: ISCTE-IUL, Julho 2009.

ASCHER, François. **Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos dos Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

CABRITA, A.M. Reis. Conjunto habitacional em Chelas: Zona 2, in **Revista Arquitectura**, Lisboa: S. 4, n. 140, p.19-29, Maio 1981.

CML (DMCRU – Unidade de Projecto de Chelas), IHRU (instituto da Habitação e reabilitação Urbana). **Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila – Documento Estratégico, A situação de Referência**, Lisboa: Dezembro de 2008.

COSTA, Alexandre Alves. “Tipologia e Luta de Classes: A Propósito da Demolição das Torres do Aleixo no Porto”. In **JA**, nº 237, p.6-8, Out. Nov. Dez. 2009.

FREITAG, Michel. **Arquitectura e Sociedade**, Lisboa: Publicação D. Quixote, 2004.

HEITOR, Teresa Valsassina. **A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas. Uma abordagem Sintáctica**. Lisboa: FCG e FCT, 2001.

HEITOR, Teresa Valsassina. **Olivais e Chelas: Operações urbanísticas de grande escala**, Disponível em: <[http://in3.dem.ist.utl.pt/msc\\_04history/aula\\_5\\_c.pdf](http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf)>. Acesso: 11 de Outubro de 2010.

LAPUERTA, José Maria de; ALTOZANO, Fernando. **Vivenda, Envolvente, Hueco – Un Catálogo de Soluciones Constructivas para la Vivienda**. Madrid: Actar, 2010.

MONTANER, Josep Maria; MARTINEZ, Zaida Muxí. **Habitar el Presente. Vivienda em Espanha: Sociedad, Ciudad, Tecnología y Recursos**. Madrid: Ministerio de Vivienda 2006.

IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana). **Portal da Habitação**. Disponível em: <<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/>>. Acesso em: 21 de Agosto de 2010.

PEREIRA, Luz Valente; GAGO, M. Amélia Corrêa; e, LOPES, M. José: **Inquérito à Habitação Urbana**. Lisboa: LNEC, 1984.

PORTAS, Nuno. **Arquitectura (s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto**. Porto: FAUP Publicações, 2005.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. **Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SALGADO, Manuel e LOURENÇO, Nuno. **Atlas Urbanístico de Lisboa**. Lisboa: Argumentum edições, Novembro de 2006.

SILVA, Christopher; PEREIRA, David; LEITE, Gonçalo; VIEIRA, Liliãna; RIBEIRO, Luís. **CHELAS: ZONA N2 Byrne e Reis Cabrita O “Pantera Cor-de-Rosa”**, (Trabalho de História da Arquitectura Portuguesa, Lisboa: ISCTE, 5º ANO, 08/09).

SILVA, Luís Octávio da, **Primórdios da habitação social: as experiências do entreguerras na Europa e Estados Unidos (1)**, Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp475.asp>>. Acesso em: 11 de Outubro de 2010.

SILVA, Teresa Madeira da. **O lugar arquitectónico: um modelo teórico de interpretação**. (Texto policopiado – tese de doutoramento), Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2009

## A Evolução do Traçado Urbano a partir da Cartografia e Iconografia : O Caso da Cidade de São Tomé

The Evolution of Urban Tracing from Cartography and Iconography - The São Tomé City.

(Org. GAZZENERO, Luiz Manoel). Representações da Cidade no Mundo Lusófono e Hispânico. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, p. 204-213, 2013.



Cidade de São Tomé. Edifício na Baixa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 1998)

## Resumo

Esta comunicação<sup>1</sup> pretende mostrar a metodologia utilizada na construção de plantas relativas à evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé no arquipélago de São Tomé e Príncipe, desde as primeiras ocupações (século XV), até meados do século XVII. Com base em cartografia existente, iconografia e textos relativos à cidade de São Tomé foram construídas plantas de várias épocas históricas, do Traçado Urbano da Cidade de São Tomé, nomeadamente: na actualidade, no início do século XX, no final do século XIX, no final do século XVIII, na primeira metade do século XVII, no final do século XVI e no final do século XV e início do século XVI. Dado que a cartografia por si só não constituiu elemento suficiente para a compreensão do traçado urbano da cidade desde o século XV (a planta mais antiga encontrada da cidade data de meados do século XVII – 1646), neste estudo, as referências à bibliografias e iconográficas, constituem elementos importantes de apoio à cartografia.

## Abstract

This paper aims to show the methodology used in the construction of plants for the evolution of the urban layout of São Tomé city in Sao Tome and Principe archipelago, from the earliest occupations (fifteenth century), until the mid-seventeenth century. Based on existing maps, iconography and texts relating to São Tomé were built in various historical periods, the Sao Tome urban city tracing, namely: at present, in the early twentieth century, in the late nineteenth century, the late eighteenth century, in the first half of the seventeenth century, in the late sixteenth century and in the late fifteenth and early sixteenth century. Since the mapping alone does not constitute a sufficient basis for understanding the urban layout of the city from the fifteenth century (the oldest plant found the city dates from the middle of the seventeenth century - 1646), in this study, the bibliographies and iconographic references are important elements to support mapping.

---

<sup>1</sup> Este texto tem por base a apresentação, com o título A cartografia como suporte para o estudo da evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé, proferida no Colóquio A Representação da Cidade de Origem Portuguesa na Cartografia Urbana Histórica, realizado no Rio de Janeiro, 2001.

## 1. Metodologia adotada – a escolha da planta referencial

Para a elaboração dos diferentes traçados urbanos da cidade de São Tomé com base na cartografia existente, a metodologia adotada inicia-se, naturalmente a partir da pesquisa e da recolha de toda a cartografia existente da cidade. O objetivo inicial é a escolha da planta que vai servir de referencial para a elaboração dos esquemas dos diferentes traçados e faz-se a partir da observação de todas as plantas possíveis, dos dados bibliográficos e iconográficos de que dispomos assim como do conhecimento direto da cidade. É muito comum em determinadas épocas históricas a existência de plantas ou desenhos fantasiosamente executados de diferentes cidades, ou cujo registo cartográfico não contém o rigor que actualmente se pratica, neste sentido muitas dúvidas se levantam quanto à elaboração dos traçados, uma vez que estes pretendem uma reconstituição com o maior rigor possível.

Por outro lado, dado que o desenho do traçado urbano é o registo de uma forma precisa e objectiva (não pode ser mais ou menos), é um registo concreto no papel, as dúvidas e a inexistência de informação e rigor tornam este trabalho por vezes difícil de concretizar. A planta de referência é normalmente uma planta recente, em primeiro lugar, porque contém um maior número de informação sobre o edificado construído, em segundo lugar porque podemos compreendê-la melhor uma vez que a podemos testar no terreno, (compará-la com a realidade construída), e por último porque são plantas com um grau de rigor bastante significativo e com formas de representação semelhantes às que actualmente se praticam. Depois da escolha da planta de referência, o passo seguinte é desenhá-la, com um grafismo próprio e, neste sentido, a escolha do grafismo a utilizar é fundamental sendo necessário adequá-lo ao estudo que se pretende realizar. A escolha da escala gráfica, das cores a utilizar para cada uma das representações (ruas, caminhos, edifícios significativos, etc.), a espessura dos traços de representação, a orientação relativamente aos pontos cardeais, são factores a ter em conta. No caso em estudo, a cidade de São Tomé, a planta mais adequada como planta de referência, é a planta de 1957, à escala 1/1000.<sup>2</sup> Dado que, para cobrir a totalidade da

cidade, à escala 1/1000 o desenho seria muito extenso (vários desenhos em formato A1), foram feitas reduções e montagens da planta por forma a obter um desenho mais pequeno. Uma vez que esta é relativamente recente podemos encontrar nela representada a localização de grande parte dos edifícios construídos ao longo de várias épocas históricas e que ainda se encontram na cidade actual. Com data posterior a esta, outras plantas foram encontradas é o caso de uma planta de carácter turístico. Se por um lado, é mais actual (e por isso mais conveniente), por outro contém informação de forma muito esquemática, pouca rigorosa e por isso não seria útil como planta de referência.

Muitas vezes o que nos faz compreender qual o rigor de cada planta é tentar perceber, qual o fim da sua realização. Neste caso a planta turística em referência tem como objetivo localizar de uma forma esquemática e estilizada alguns edifícios de interesse para um visitante (turista), sem rigor no que respeita às suas formas e localização precisas. Com data anterior a esta, vamos encontrar outras plantas, onde a cidade se encontra representada de uma forma bastante esquemática. Se atentarmos aos fins para que foram realizadas essas plantas, podemos perceber a razão para que tal aconteça. A título de exemplo a planta do “Porto Comercial de São Tomé - 1916-1917”<sup>3</sup>, tem como principal objectivo representar um “esboço hidrográfico” e uma “ideia geral do porto comercial”, (como indicado na legenda da planta), e não a cidade. Por esse facto facilmente se compreende o grau de rigor da representação do porto e a informação esquemática que nos é dada a nível do tecido urbano da cidade propriamente dita. Voltando mais uma vez à planta que serviu de referencial e com base nesta planta foi feito um reconhecimento do local à mão levantada, foi verificada a localização dos edifícios, caminhos, ruas, praças, etc., no terreno. Procurou-se nesta fase do trabalho a maior compreensão possível do existente. Depois de se obter a planta actual com um grafismo adequado, foram desenhadas várias plantas de épocas anteriores: com base numa outra planta, de 1916<sup>4</sup>, foi desenhado o traçado a cidade no início do século XX. Foram feitos vários

<sup>2</sup> Planta estereofotogramétrica da cidade de S. Tomé. Câmara Municipal de São Tomé, 1957. Escala do original 1:1 000

<sup>3</sup> O Porto Comercial de São Tomé - Ideia Geral do Plano do Porto Comercial. Escala 1/25 000. Esboço de parte do Estudo Hidrográfico feito pela Missão Hidrográfica em 1916 - 1917. Origem Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

<sup>4</sup> Cidade de São Tomé (1916), escala 1/5000. Redução feita no Grupo de Trabalho da Cartografia e Cadastro de São Tomé e Príncipe em Abril de 1965, da antiga planta. Origem S.C.O.T.R.D.S.P.

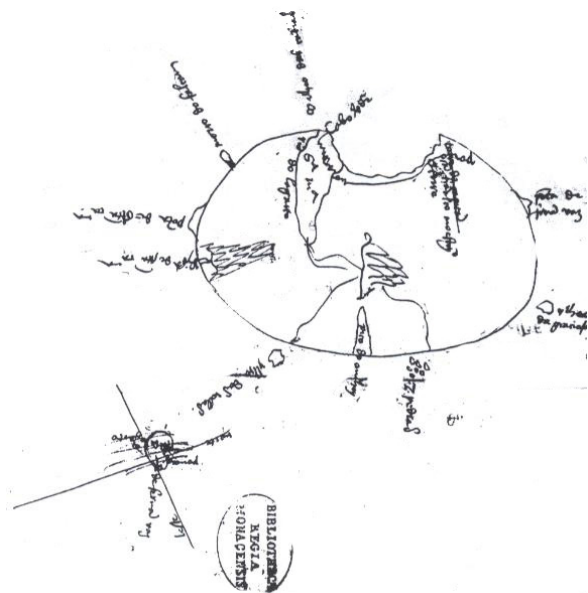


Figura 1. Ilha de S. Tomé. (Fonte: Códice Valentim Fernandes, Leitura Paleográfica, Notas e Índice de José Pereira da Costa, Academia Portuguesa de História, Lisboa, MCMXCVII.)

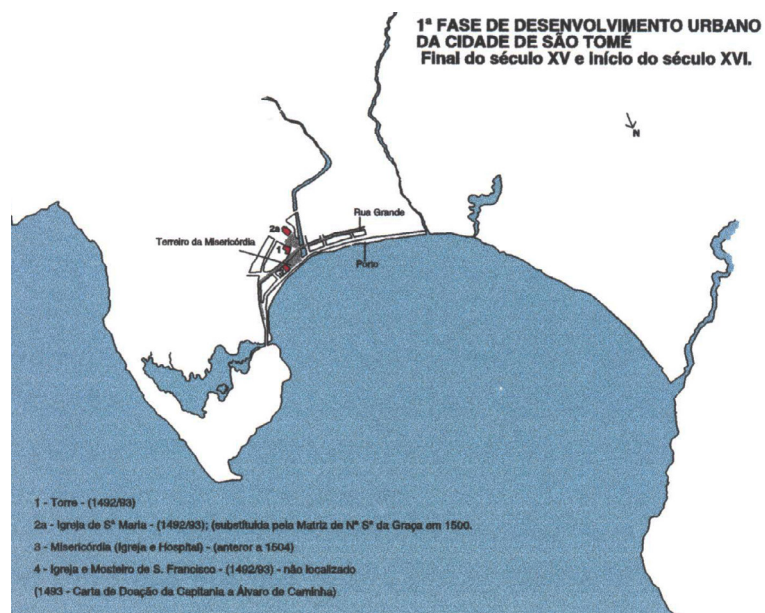


Figura 2. 1ª Fase de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Tomé. (Final do Século XV e Início do Século XVI). (Fonte: T. Madeira da Silva, 1999)

esquemas gráficos para representar a cidade nesta época até se chegar a um traçado definitivo. Com base noutra planta, a planta de 1889<sup>5</sup>, elaborou-se o traçado urbano da cidade de São Tomé no final do século XIX. Neste caso as incertezas quanto à elaboração do traçado foram algumas, uma vez que no desenho da planta se encontravam algumas distorções, em relação à forma de representação, no que se refere às dimensões das vias e à localização de alguns edifícios. Esses aspetos agravam-se à medida que recuamos no tempo, uma vez que a forma de representação se altera e se diferencia da actual. A importância desta planta, neste estudo, para além de nos fornecer dados relativos à localização de edifícios importantes, (igrejas, Sé, fortaleza, alfândega, cadeia, etc.) fornece-nos igualmente dados importantes relativos à toponímia. Nesta planta estão registados, em legenda, o nome das ruas com designações anteriores aos que até então teríamos encontrado. Neste caso em particular, a utilidade desta planta deveu-se ao facto de a partir dela ser possível passar para um esquema gráfico (uma planta), elementos bibliográficos, como por exemplo um documento escrito em 1615: a “Descrição da cidade de S. Tomé (8-2-1615)” onde se encontra a “designação das Ruas da cidade de S. Tomé, especificando o comprimento de cada uma em braças.”<sup>6</sup>.

## 2. A reconstrução do traçado urbano: Três Fases de Desenvolvimento.

Depois de serem representados os elementos urbanos significativos em períodos relativamente actuais, procedeu-se à construção dos outros traçados. A execução dos traçados foi realizada por ordem cronológica desde a actualidade até ao século XV.

### 1ª Fase de Desenvolvimento

Para a primeira fase de desenvolvimento da cidade de São Tomé (que se inicia com a chegada dos primeiros povoadores quando a ilha é doada a João Paiva em 1485 e termina em meados do século XVI), a observação da cartografia de Valentim Fernandes do início do século XVI (1506-1510), os

<sup>5</sup> Cidade de S. Thomé / (Ilha de S. Thomé) / 1889. Escala do original 1: 5000. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia Impressa nº 239.

<sup>6</sup> BRÁSIO, A., M. M. A., África Ocidental (1611-1621), Vol. VI, A.G.U., Lisboa, MCMLV, Doc. 61, p. 190. Para além de publicado na Monumenta Missionária Africana, este documento, em manuscrito original, encontra-se na Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda arquivado com a referência de “Treslado da despesa que S. Magestade faz n’ esta Ilha de S. Thomé com os Ministros Eclesiásticos” e com data de 5 de Janeiro de 1607.





Figura 3. Planta da Baía de Ana Chaves. Compreende a Cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de N.ª Senhora da Graça (1646 Dezembro 16). 427X312mm; MS; Color; Av. (pormenor). (Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, c.m. doc. nº 170)

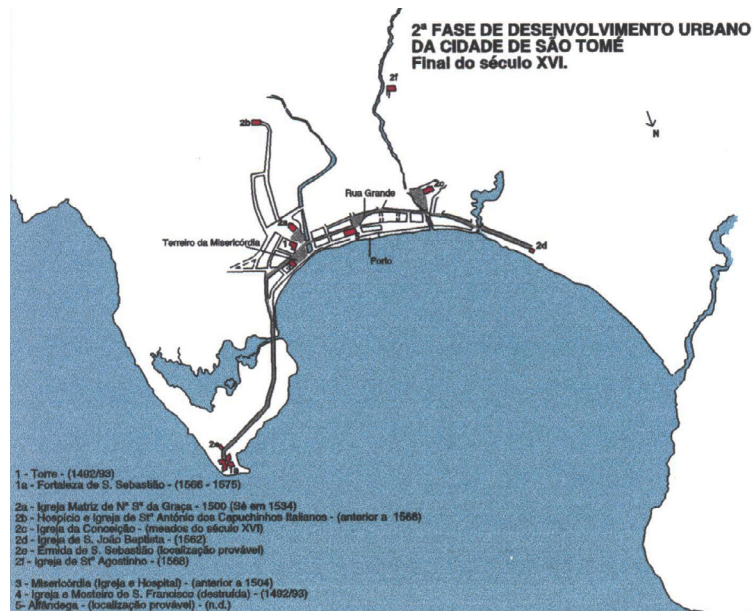


Figura 4. 2ª Fase de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Tomé. (Final do Século XVI). (Fonte: T. Madeira da Silva, 1999)

dados bibliográficos e uma planta de 1646 são fundamentais. Através das imagens do Manuscrito de Valentim Fernandes (Fig.1), podemos localizar a cidade: - “a pouaçam”, indicado na legenda, o número de habitações da ilha por essa altura e a localização de alguns elementos urbanos existentes na povoação, nomeadamente: a torre do capitão, a ribeira, o Mosteiro de S. Francisco e a igreja de Santa Maria. A planta de 1646 (Fig.3), por outro lado, fornece-nos informações importantes, embora datada de 1646, ela dá-nos pistas mais precisas quanto à existência e localização de grande parte dos edifícios existentes neste período.

Através destes elementos podemos traçar as linhas caracterizadoras do aglomerado urbano que se implantou junto à baía de Ana Chaves com Álvaro de Caminha (primeiro capitão da ilha), no final do século XV e início do século XVI (Fig.2). Para além de integrar um conjunto de cerca de duzentos fogos, nela existiam alguns edifícios significativos e era servida por uma ribeira e um importante porto. Das primeiras construções existentes no início do século XVI destacam-se: a torre do capitão, as igrejas de Santa Maria e de S. Francisco (incluída no mosteiro com o mesmo nome), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, a Igreja da Conceição e a Igreja e Hospital da Misericórdia. Estes edifícios e os espaços urbanos confinantes, o porto, as casas dos primeiros habitantes os armazéns para guardar o açúcar e as ruas, constituíam os elementos fundamentais da origem da cidade de São Tomé.

A torre do capitão, construída por Álvaro de Caminha por volta de 1492/1493 era um ponto de defesa da cidade e simultaneamente a habitação do capitão, foi provavelmente um dos primeiros edifícios a ser construídos. Situando-se junto à ribeira, na parte poente do núcleo central da actual cidade de São Tomé (no local onde hoje se situa o palácio governamental), juntamente com algumas casas que lhe estavam próximo e onde moravam alguns dos primeiros habitantes da ilha, constituiu o primeiro conjunto edificado da então Povoação. Para além do conjunto edificado constituído pela torre e pelas duas igrejas próximas da ribeira, entre o edifício da torre e a igreja matriz, situava-se mais para norte e por conseguinte mais perto da praia, a Igreja e o Hospital da Misericórdia. Este Hospital e a sua Igreja situavam-se, não longe da Sé e da Torre, no local onde actualmente se encontra

o Tribunal. Paralela ao mar e separando o quarteirão da Misericórdia do quarteirão dos edifícios confinantes com a torre, nasce uma pequena rua que acompanhando o terreno se desenvolve junto à costa. Esta liga o núcleo da Sé e da Misericórdia ao porto e constituiu o que posteriormente se designou por Rua Grande<sup>7</sup> ou Rua Direita<sup>8</sup>. Nomes que vêm indicados na planta de João Rozendo Tavares Leote, de 1788-1796 e no documento escrito acerca da descrição da cidade de São Tomé de 1615, anteriormente referido.

### **2ª Fase de Desenvolvimento (segunda metade do século XVI)**

Para a 2ª fase de desenvolvimento da cidade de São Tomé (relativa à segunda metade do século XVI), a planta de 1646<sup>9</sup> é um elemento fundamental para a construção do traçado. A partir desta planta podemos apreender um conjunto de informações de grande utilidade e construir aquilo a que designamos a 2ª fase de desenvolvimento da cidade de São Tomé (Fig. 4). Como podemos ver, estão representadas a Sé, algumas igrejas, as vias mais importantes, os quarteirões, as fortalezas e os fortes, etc. Dado tratar-se de uma planta com fins militares (foi realizada a quando da ocupação dos holandeses às ilhas de São Tomé), ela contém informações rigorosas no que diz respeito ao traçado da cidade. Se atentarmos no quadro explicativo em anexo e existente no Arquivo Histórico Ultramarino, podemos perceber um conjunto de informações relevantes. Nele são descritas as posições dos fortes, das fortalezas, dos baluartes, das trincheiras, e até das pontes, dos terreiros, etc. Na segunda fase de desenvolvimento urbano, a cidade cresce como se pode verificar, para uma outra zona localizada do outro lado da ribeira, e por conseguinte para poente. A esta zona da cidade, marcadamente de carácter mercantil, está ligado o porto e os edifícios cujas funções com ele estão associadas: a Alfândega e a Câmara Municipal.

Nesta Segunda Fase à semelhança de muitas cidades portuguesas do continente, a rua (neste caso a Rua Direita), desempenha também um

<sup>7</sup> [Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] Petipé de palmas para medir a fortaleza 350 [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; MS; Color; Av, in A.H.U., c.m., nº176.

<sup>8</sup> BRÁSIO, A. "Descrição da cidade de S. Tomé (8-2-1615)" in Monumenta Missionária Africana, vol. VI, doc. 61, Lisboa, MCLV, p.190.

<sup>9</sup> [Planta da Baía de Ana Chaves. Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de Nª. Senhora da Graça] [1646 Dezembro 16]. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia Manuscrita, nº 170, atribuída a José Martins.

papel fundamental na estruturação do traçado urbano, normalmente de carácter comercial, desempenha duas funções: por um lado, liga vários elementos urbanos institucionais: a Sé, a Misericórdia e a Alfândega. Por outro é o elemento gerador de novas ruas com ela relacionadas estruturando por conseguinte o tecido urbano. Esta rua principal que se estende ao longo da costa no sentido longitudinal, estrutura uma malha urbana constituída por outras novas ruas que se cruzam com estas, mais ou menos na perpendicular. Cria-se assim uma estrutura regular de quarteirões alongados, A malha urbana, anteriormente descrita, de ruas e travessas ainda hoje se pode adivinhar através do traçado existente, bem patente na planta de 1646, e no traçado atual.

Característico deste tipo de malha urbana, tal como se verificou para as outras cidades, é uma hierarquia de ruas de frente e de traseiras, cortadas por ruas transversais, as travessas. Os lotes urbanos são paralelos uns aos outros e ocupam de um lado ao outro do quarteirão. Para além da Alfândega e da Câmara Municipal de São Tomé, novos edifícios religiosos e uma fortaleza (a de S. Sebastião edificada em meados do século XVII - cerca de 1566) começam a pontuar a envolvente da cidade e a criar novos pólos de atracção sendo esta também uma forma de estruturação da cidade já verificada noutras cidades portuguesas.

### **3ª Fase de Desenvolvimento (1ª metade do século XVII)**

Para a terceira fase de desenvolvimento da cidade de São Tomé (primeira metade do século XVII), o traçado urbano da cidade foi realizado essencialmente com base nas plantas de João Tavares Leote<sup>10</sup> (Fig.5), e de Gaspar Barleus<sup>11</sup> (Fig. 6). Relativamente à primeira, embora contenha muita informação esta planta é de difícil leitura uma vez que as dimensões se encontram distorcidas em relação à planta de referência. Para tentar localizar a malha urbana desta planta de uma forma correcta foram feitos vários esquemas gráficos na tentativa de compreender este traçado relativamente aos períodos anteriores e posteriores. Será de referir que

<sup>10</sup> [Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] Petipé de palmas para medir a fortaleza 350 [por] João Rozendo Tavares Leote. Arquivo Histórico Ultramarino, cartografia Manuscrita, nº 176.

<sup>11</sup> Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido.

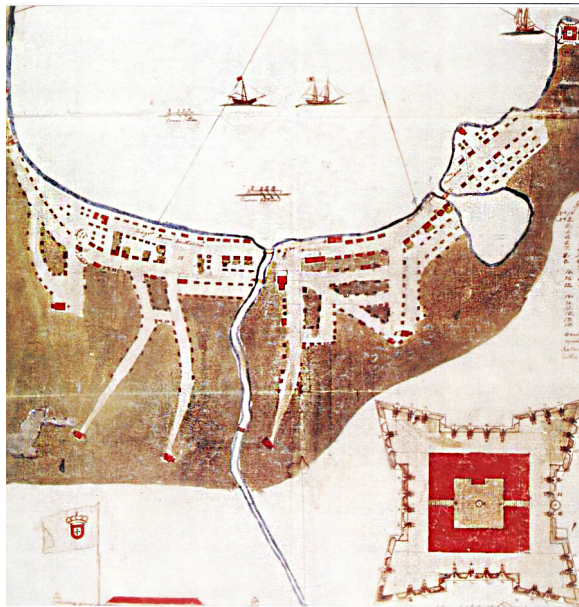


Figura 5. (Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da Cidade de S. Tomé e a perspectiva e Planta da Fortaleza de S. Sebastião/ 1788-1796). Petipé de palmos a medir a Fortaleza 350 (por) João Rozendo Tavares Leote. (Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, c.m., nº 176)

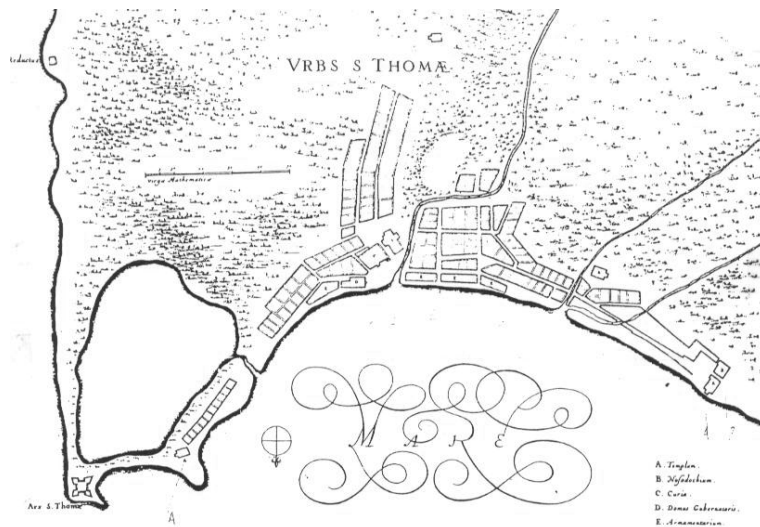


Figura 6. Mapa da Cidade de São Tomé, na Ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641 por uma esquadra holandesa partida do Recife. Autor desconhecido. (Fonte: BARLEUS G., História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil, Tradução de Claudio Brandão, Recife, 1980)

muitas vezes, damos conta que, apesar das transformações que muitas cidades atravessam, o traçado inicial permanece. Ao transpormos o traçado marcado nesta planta verificamos precisamente que ele ainda permanece em grande parte na actualidade.

Relativamente à segunda, a planta de Gaspar Barleus datada de 1647, o contributo foi igualmente essencial. Ao contrário da planta anterior o grafismo aqui utilizado marca o traçado de uma forma mais homogénea, sem, no entanto, como no caso anterior, fazer distinção de espaços verdes, quintais, construções, etc. Se novamente tentarmos transpor estes traçados para a planta de referência, encontramos na malha urbana um conjunto de referências, facilmente identificáveis, que nos permitem traçar com alguma certeza uma nova planta.

Através destas duas plantas podemos construir as linhas caracterizadoras da evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé e aquilo a que chamaremos a terceira fase de desenvolvimento da cidade (Fig.7).

Do que nos é dado perceber pelos elementos cartográficos e bibliográficos deste período, e por comparação com as outras cidades portuguesas, esta fase é marcada por duas tendências em relação ao crescimento da cidade. A primeira tendência, é fruto das tipologias urbanas usadas no continente nos séculos XV e XVI (período renascentista) nomeadamente no que diz respeito a reformas e expansões de cidades portuguesas do continente, e origina uma expansão da cidade onde o traçado urbano é igualmente regular, como na fase anterior, mas agora com um sentido diferente e inovador. Este alargamento da cidade estende-se para a zona do actual centro da cidade. A segunda tendência corresponde ao desenvolvimento da cidade mais para o interior na sequência da implantação das igrejas e edifícios de grande significado em pontos afastados do núcleo urbano central. Estas implantações permitiram a criação de vias que originaram o desenvolvimento posterior neste sentido. Se observarmos a planta de Gaspar Barleus publicada (em primeira edição) em 1647<sup>12</sup> podemos

<sup>12</sup> "Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido." In BARLEUS G., História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil; Recife, 1980.



Figura 7. 3ª Fase de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Tomé. (Primeira Metade do Século XVII).  
 (Fonte: T. Madeira da Silva, 1999)

verificar essa nova extensão da cidade marcada pela existência de uma malha urbana reticulada composta de ruas paralelas e perpendiculares onde as ruas em muitos casos formam ângulos quase rectos, dando origem a quarteirões de forma quase quadrada. No que respeita à estrutura do quarteirão, pelo que podemos ver pela planta publicada por Barleus, verificam-se alterações em relação ao esquema anterior: a forma dos quarteirões passa a ser mais parecida com o quadrado ao contrário da estrutura anterior que se assemelhava a um rectângulo e ainda hoje se pode observar no traçado actual. Relativamente à segunda tendência atrás referida, o desenvolvimento das ruas para o interior, também se verificou na cidade de São Tomé. Como noutros casos já referenciados, o núcleo urbano estende-se para o interior através da implantação de igrejas ou pontos defensivos criando uma rede viária em estrela. Também a existência de uma ribeira que penetra para o interior acentua esta tendência uma vez que o aglomerado se desenvolve acompanhando-a para o interior. Através da observação das plantas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino dos séculos XVII<sup>13</sup> e XVIII<sup>14</sup> podemos bem verificar esta tendência.

### 3. Conclusão

Uma vez que o objetivo deste artigo é apresentar a metodologia utilizada na construção dos traçados urbanos da cidade de São Tomé a partir de plantas da cidade, o entendimento da forma da cidade e a sua representação é um eixo relevante em termos de metodologia de trabalho. Assim, a partir da recolha bibliográfica e iconográfica, e da observação direta da cidade, foram observadas e identificadas as ruas as praças, os edifícios significativos (Fortes, Fortalezas, Igrejas, Palácios, Edifício da Alfândega, Câmara, Mercado, etc.), a forma dos quarteirões, as linhas de água, o mar, assim como outros elementos relevantes para a evolução da cidade. A razão pela qual foram identificados e representados os edifícios significativos com algum enfoque foi por se verificar que em muitas cidades, são eles que condicionam o tecido urbano. Para além disso, como são edifícios representativos, e por isso com alguma importância,

<sup>13</sup> (Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de N.ª Senhora da Graça), (1646 Dezembro 16), A. H. U. c. m. nº 170.

<sup>14</sup> "[Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] Petipé de palmos para medir a fortaleza 350 [por] João Rozendo Tavares Leote". 440x670mm; MS; Color; Av. A. H. U., c.m., nº 176.

são os que mais resistem às transformações das cidades ao longo dos diferentes períodos históricos e por isso oferecem possibilidades de leitura e interpretação de grande riqueza para a construção dos traçados urbanos e sua evolução ao longo dos diferentes períodos de desenvolvimento.

## **Bibliografia**

ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA; *Fontes para a História do Antigo Ultramar Português*, Vol. II - São Tomé e Príncipe, Lisboa, MCMLXXXII.

ALBUQUERQUE, Luís de; (direção de); *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1989.

BARLEUS, Gaspar; *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, (Tradução de Cláudio Brandão) Recife, 1980.

BRÁSIO, António; *Monumenta Missionária Africana*, (coligida e anotada), A.G.U., 1955.

BRÁSIO, António; *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental (1600-1622)*, Lisboa, 1968.

CORTESÃO, Armando; (Direção de) *Portugalia e Monumenta Cartografica (6 Vols)*, Lisboa, 1960.

CORTESÃO, Armando; *Descobrimento no Atlântico e Evolução da sua Antiga Representação Cartográfica*, C.E.C.A. - CXLII, Coimbra, 1981.

CORTESÃO, Armando; *Descobrimento e Cartografia das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, LXII, J.I.U., Coimbra, 1971.

FERNANDES, Valentim; *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, Leitura e Revisão de Provas de António Baião, Lisboa, MCMXL.

FERNANDES, Valentim; *Códice Valentim Fernandes*, Notas de José Pereira da Costa, Lisboa, 1997.

MADEIRA DA SILVA, Teresa (1999). *Estudo Morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades Insulares de origem portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura e Urbanismo, Lisboa: ISCTE-IUL.

PEREIRA, Duarte Pacheco; *Esmeraldo de Situ Orbis*, Academia Port. de História, 1988.

SILVEIRA, Luís; *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, 4 volumes, (Vols. I e II), J.I.U. Lisboa, 1956.

TENREIRO, Francisco; "Descrição da Ilha de S. Tomé no século XVI" in Garcia da Orta, vol. I, nº 2, Lisboa, 1953.



## **Teresa Madeira da Silva**

ISCTE - IUL, DINÂMIA'CET-IUL

Arquiteta, Doutorada em Arquitetura e Urbanismo pelo ISCTE-IUL. Professora Auxiliar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ISCTE-IUL), e investigadora no DINÂMIA-CET. Tem vários anos de experiência profissional, recebeu (1989), o Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura, em co-autoria. Coordenou (2012), um Estudo sobre edifícios de habitação social em Marvila, (1500 unidades).

Publicou vários artigos em revistas científicas com revisão por pares, capítulos de livros, e trabalhos em atas de eventos. Participou em diversos encontros científicos. Atualmente leciona no Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, no Mestrado em Estudos Urbanos (U-Nova/ISCTE-IUL) e coordena o Seminário Multidisciplinar em Estudos Urbanos no Doutoramento em Estudos Urbanos (U-Nova/ISCTE-IUL).